



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

BRUNA LUIZA FERREIRA SILVA

**SÃO CRISTÓVÃO/SE, DO CAMPO AO LABORATÓRIO: UMA PERSPECTIVA
INTEGRADA PARA COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS
ARQUEOLÓGICOS DESCONTEXTUALIZADOS**

Laranjeiras - SE

2026

BRUNA LUIZA FERREIRA SILVA

**SÃO CRISTÓVÃO/SE, DO CAMPO AO LABORATÓRIO: UMA PERSPECTIVA
INTEGRADA PARA COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS
ARQUEOLÓGICOS DESCONTEXTUALIZADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Linha de pesquisa: Práxis Arqueológica

Laranjeiras - SE

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA - SIBIUFS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S657s Silva, Bruna Luiza Ferreira

São Cristóvão/SE, do campo ao laboratório: Uma perspectiva integrada para compreensão e interpretação de dados arqueológicos descontextualizados. / Bruna Luiza Ferreira Silva. Orientador.; Fernando José Ferreira Aguiar. – Laranjeiras/ SE, 2026.

165 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia- PROARQ) – Universidade Federal de Sergipe. CAMPUSLAR, 2026.

1. Arqueologia 2. Técnicas de pesquisa .3. Curadoria. 4.Coleções arqueológicas 5. Análise e preservação. I. Aguiar, Fernando José Ferreira. (Orient.) II. Título.

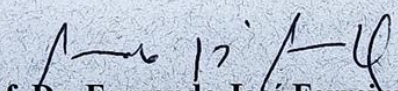
CDU 902.4(813.7)



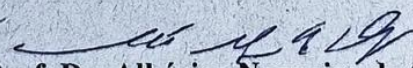
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

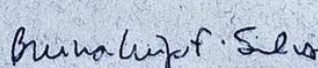
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO/PROARQ/UFS

As 14:00 horas do dia 24 (vinte e quatro) do mês de fevereiro de 2026, reuniram-se na sala 101 do Campus Laranjeiras os membros da Comissão Examinadora, formada pelos Professores Doutores Fernando José Ferreira Aguiar (Presidente – PROARQ/UFS), Jenilton Ferreira Santos (1º Examinador – Externo ao Programa – DARQ/UFS) e Albérico Nogueira de Queiroz (2º Examinador Interno – PROARQ/UFS), para a realização da Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “São Cristóvão/SE, do campo ao laboratório”: Uma perspectiva integrada para compreensão e interpretação de dados arqueológicos descontextualizados”, da mestranda **Bruna Luíza Ferreira Silva**. Após a apresentação da candidata e a arguição dos membros da Comissão, a candidata foi considerada APROVADA. Não havendo mais nada a tratar, eu, Fernando José Ferreira Aguiar, presidente da banca, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e por todos que participaram desta banca. Campus de Laranjeiras, 24 de fevereiro de 2026.


Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar
Presidente – PROARQ/UFS


Prof. Dr. Jenilton Ferreira Santos
1º Examinador Externo ao Programa – DRAQ/UFS


Prof. Dr. Albérico Nogueira de Queiroz
2º Examinador Interno – PROARQ


Bruna Luíza Ferreira Silva
Candidata

*A todos que viram em mim o que eu, por um tempo, esqueci.
Dedico esta dissertação à confiança e ao afeto que me sustentaram*

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre foi minha raiz. Digo que é um privilégio ser apoiada em qualquer situação, infelizmente é raro, enquanto deveria ser um direito básico de todos. Eu tenho esse privilégio e antes de tudo e por tudo, agradeço à Deus!

À Deus, principalmente, pelos meus pais Jader e Cláudia, que sempre foram a base de tudo que eu conquistei, sem eles eu não seria tão abençoada.

Agradeço aos meus pais por serem meu apoio, desde o estímulo para realizar meus sonhos até o suporte quando necessário desistir. As chegadas e partidas com vocês foram mais leves.

Aos meus irmãos, Derlúcio, Lalá e Laris, por serem meus melhores amigos e fazerem parte do meu mundo. Vocês são os primeiros amores e eu os levarei sempre em meu coração.

Aos avós, Luiz, Dayse, Evaristo e Mercedes, que hoje descansam, mas estão em todos os lugares que me lembram a infância.

Aos tios e tias e aos primos e primas, por permanecerem unidos e sempre apoiando uns aos outros.

Aos amigos que a arqueologia me deu e que seguem comigo há mais de dez anos: George, Luana e Sofia. Vocês atravessaram fases da minha vida e permaneceram entre momentos de diversão e de responsabilidade. Obrigada pelo afeto, parceria e resistência dentro e fora da arqueologia.

Aos que chegaram ao longo do caminho e se tornaram igualmente essenciais: Larousse, Chico e Adriano. Obrigada pelas trocas, pelas risadas, pelo companheirismo e por dividirem comigo os momentos incertos durante a pandemia.

Àqueles que me apresentaram a prática arqueológica e me ensinaram, na vivência cotidiana, o que significa estar em campo, em laboratório e em equipe: Jessica e Marcinha, amigas que a Legado me deram na minha primeira casa arqueológica. Aos companheiros de trabalho Clara, Marcelo, Daniela, Guilherme e Lucas pela parceria e aprendizados constantes, muito do que sou profissionalmente nasceu dessas experiências compartilhadas com vocês.

Aos professores, que foram muito mais do que docentes. Ao Ton, que além de amigo, me orientou dentro do LABAAC, confiou no meu trabalho e me ajudou a crescer com autonomia e responsabilidade. Ao Alberico e à Olívia, pela gentileza constante, pela escuta e pelo

acolhimento em diferentes momentos da minha trajetória. À Márcia, minha primeira orientadora na arqueologia, responsável por abrir caminhos e despertar olhares que sigo carregando até hoje.

Em especial, agradeço ao meu orientador Fernando, por me apoiar tanto, por ser palavra de carinho e acolhimento, para além dos ensinamentos acadêmicos. Obrigada por permanecer, confiar e me ensinar tanto ao longo desse percurso, sempre com sensibilidade, generosidade e compromisso com a formação humana e científica.

À Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituição pública que possibilitou minha trajetória acadêmica na arqueologia e reafirma, diariamente, a importância do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para a realização e dedicação a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS (PROARQ/UFS) e ao Departamento de Arqueologia da UFS (DARQ/UFS), agradeço a todo o corpo docente, técnico e administrativo, pelo suporte institucional, pela infraestrutura e pelas trocas acadêmicas que tornaram este trabalho possível. Esta pesquisa é, também, fruto desse esforço coletivo.

O meu desenvolvimento profissional, humano e acadêmico só foi possível com as pessoas que caminharam comigo, ensinaram, aprenderam e permaneceram. Esta pesquisa também é feita de encontros, afetos e vínculos que dão sentido à minha vida e à arqueologia que escolhi fazer.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades interpretativas das coleções arqueológicas descontextualizadas presentes em reservas técnicas. São abordados a gestão arqueológica e a curadoria de coleções, explorando a trajetória dos dados arqueológicos desde a etapa de campo até sua preservação em instituições responsáveis pela guarda dos materiais. Para embasar essa discussão, o estudo insere-se em uma perspectiva interpretativa e socialmente engajada, abordando a evolução da teoria e da prática arqueológica, bem como os avanços teóricos, metodológicos e institucionais e os desafios da gestão de dados no contexto brasileiro, marcado pela necessidade de consolidar práticas sistematizadas, reflexivas e socialmente comprometidas.

A proposta central deste trabalho consiste na avaliação analítica das trajetórias e práticas curatoriais de coleções provenientes da primeira etapa das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no centro histórico de São Cristóvão, Sergipe, bem como na análise de sua contribuição para a restituição simbólica do patrimônio à sociedade. Para isso, foram realizadas análises qualitativas que combinaram revisão bibliográfica, levantamento e análise documental, contextualização histórica do espaço urbano e exame dos processos curatoriais iniciais da coleção proveniente da obra. A investigação articula teoria arqueológica, dados materiais e informações históricas e institucionais, buscando compreender as possibilidades interpretativas da coleção mesmo diante das lacunas decorrentes da ausência de registros arqueológicos sistemáticos.

Palavras-chave: Coleções arqueológicas descontextualizadas; Curadoria de coleções; Gestão arqueológica; Interpretação; São Cristóvão (SE).

ABSTRACT

This study aims to analyze the interpretive potential of decontextualized archaeological collections housed in technical reserves. It addresses archaeological management and collection curation, examining the trajectory of archaeological data from the fieldwork stage to their preservation in institutions responsible for safeguarding these materials. To support this discussion, the research is framed within an interpretive and socially engaged perspective, addressing the development of archaeological theory and practice, as well as theoretical, methodological, and institutional advances and the challenges related to data management in the Brazilian context, marked by the need to consolidate systematic, reflexive, and socially committed practices.

The central objective of this work is the analytical evaluation of the trajectories and curatorial practices associated with collections originating from the first stage of the expansion works of the sewage system in the historic center of São Cristóvão, Sergipe, as well as the analysis of their contribution to the symbolic restitution of heritage to society. To achieve this, qualitative analyses were conducted, combining a literature review, documentary research, historical contextualization of the urban space, and examination of the initial curatorial processes of the collection derived from the project. The investigation articulates archaeological theory, material data, and historical and institutional information in order to understand the interpretive possibilities of the collection despite the gaps resulting from the absence of systematic archaeological field records.

Keywords: Decontextualized archaeological collections; Collection curation; Archaeological management; Interpretation; São Cristóvão (SE).

LISTA DE FIGURAS

Figura 4-1: Capas dos volumes físicos arquivados no IPHAN. Foto: Bruna Ferreira.	72
Figura 4-2: Imagens anexadas aos relatórios de viagem, respectivamente em 01 de setembro à esquerda e 30 de setembro de 2010. Fontes: Bonjardim, 2010; Bonjardim; Ribeiro Junior 2010.	73
Figura 4-3 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos à esquerda e Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2 à direita. Foto: Autoria própria, 2026.	83
Figura 4-4 - Edifícios localizados no entorno da Praça de São Francisco. À esquerda, Igreja e Casa da Misericórdia e Museu Histórico de Sergipe. Foto: Autoria própria, 2026.	83
Figura 4-5 – Igreja e Convento de São Francisco de Assis. Praça de São Francisco. Foto: Autoria própria, 2023.	84
Figura 4-6 – Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido à esquerda e Igreja e Convento do Carmo à direita. Foto: Autoria própria, 2026.	84
Figura 4-7 Área de intervenção. Ver mapa completo em ANEXO A. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPHAN (2025), Mello e Costa, (2011) e Costa, 2014.	84
Figura 4-8 – Logradouros com coleta de material. Fonte: Construção da autora a partir de COSTA, 2014.	92
Figura 4-9 – Início do processo de curadoria da coleção de faianças, com a realização da triagem. Esse material foi acondicionado originalmente em apenas 1 saco. Ao fundo da primeira imagem, observam-se as caixas polionda. Foto: Jenilton Santos, 2022; Autoria própria, 2022, respectivamente.	93
Figura 4-10 - Mapa formulado para sintetizar o projeto e auxiliar na etapa de curadoria.	94
Figura 4-11 – Primeira intervenção realizada nas peças, observa-se a incoerência nos registros. Foto: Arquivo LABAAC, 2022.	95
Figura 4-12 – Processos curatoriais iniciados em 2022. Foto: Autoria própria, 2022.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 2-1 – Elementos fundamentais das principais correntes teóricas na arqueologia.	
Construção própria.	23
Tabela 2-2 - Síntese da legislação arqueológica brasileira.	39
Tabela 4-1– Linha do tempo do processo.	69
Tabela 4-2 – Principais documentos emitidos ao longo do processo.	70
Tabela 4-3 – Tabela de diagnóstico urbano simplificada.	78
Tabela 4-4 – Bens tombados da área de entorno imediato do Centro de São Cristóvão.	82

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I – Mapa da área de intervenção.....	108
Apêndice II – Fichas de Diagnóstico Urbano.....	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

D.O.U. - Diário Oficial da União

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FAPESSE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOMOS - Conselho Internacional de Sítios e Monumentos

ICOM/UNESCO -International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus) /
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

IMN - Inspetoria de Monumentos Nacionais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEPA/UFPel - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da
Universidade Federal de Pelotas

LEPA/UFSM - Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal
de Santa Maria

MAA-UFPR - Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPR

MAE-UFBA - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia

MEC - Ministério da Educação

MHN - Museu Histórico Nacional

MINC/SPHAN - Ministério da Cultura / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPF - Ministério Público Federal

PGAArq - Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico

PROARQ/UFS - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Universidade Federal de
Sergipe

SES - Sistema de Esgotamento Sanitário

SNC - Sistema Nacional de Cultura

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
2. A TEORIA E PRÁTICA ARQUEOLÓGICA:	21
2.1. Uma práxis arqueológica?	21
2.1.1. O papel da teoria na prática arqueológica	22
2.1.2. Percurso das teorias arqueológicas	23
2.1.3. A crítica pós-processualista e a interpretação situada	27
2.1.4. Arqueologia interpretativa, multivocalidade e subjetividade	28
2.1.5. Multivocalidade como prática ética	30
2.2. Burocracia institucional e ética profissional	31
2.3. Gestão arqueológica – Dos dados de campo, do laboratório às coleções museológicas	49
3. DESCONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA: PROBLEMÁTICAS, LIMITES E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS	55
3.1. O Fenômeno da Descontextualização e a Crise Curatorial	58
3.2. Problemáticas e potencialidades das coleções descontextualizadas	60
3.3. A Coleção descontextualizada de São Cristóvão e a necessidade de abordagens integradas	62
4. PROJETO DE LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO	63
4.1. Contextualização do projeto	63
4.2. A coleção Arqueológica da primeira etapa – Do campo ao laboratório	71
4.2.1. Problemáticas processuais	71
4.2.2. Locação das obras e contextualização urbana	75
4.2.3. Problemáticas curatoriais	90
5. DISCUSSÃO	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos estudos arqueológicos no decorrer das últimas décadas, impulsionadas pela amplitude das instituições e elaboração de uma legislação mais atenta voltada para a preservação do patrimônio cultural, tem possibilitado a ampliação das vertentes de atuação na área, bem como o surgimento de novas demandas operacionais e atividades que exigem a sistematização de dados.

Das áreas de atuação da arqueologia, faz-se o recorte convencional que transita entre as ações de campo, de laboratório e de escritório, embora ocorra uma maior complexidade quando se trata das questões integrativas nas gestões de projetos. As atividades que vão desde a abertura de processos, desenvolvimento e execução de projetos, geração e interpretação dos dados, atividades de conservação, curadoria e análise das coleções, produção de relatórios e construção de narrativas, requerem uma gama de elementos que exigem a condução com rigor e complexidade.

A presente pesquisa é consequência de várias reflexões e inquietações acerca da prática da arqueologia no laboratório, a qual não se limita às atividades de curadoria e análise, mas também à urgência de produzir e gerir dados capazes de abarcar a compreensão do material arqueológico, como parte de um sistema que envolva o espaço, as características físicas, a cultura material e a sua interpretação.

O interesse em trabalhar com esse tema surge após a experiência na análise e gestão de dados durante minha atuação como estagiária no Laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade (LABAAC) e como arqueóloga responsável pelas análises de materiais arqueológicos no âmbito da arqueologia preventiva.

Enquanto estudante de arqueologia e estagiária de laboratório, enfrentei questões relacionadas ao estudo de materiais com ausência de dados de campo e coleções descontextualizadas oriundas de processos iniciados anos antes, motivo pelo qual foi necessária a busca por metodologias alternativas a fim de gerar dados e auxiliar os métodos de curadoria e análise. Foi indispensável nesse processo, questionar a falta de informações de coleta e georreferenciamento e discutir abordagens que possibilitassem a construção de uma narrativa arqueológica consistente, incluindo a produção de catálogos de análise tecno-morfológica, construção de mapas com base nos poucos dados existentes e ações de curadoria, a fim de reformular os registros e reduzir os índices de degradação.

Já na atuação profissional voltada às pesquisas de licenciamento arqueológico, deparei-me com questões acerca da dinâmica intensa e de curto prazo para a execução das análises e integração de dados, sendo então necessário identificar abordagens sistemáticas e práticas na produção do conhecimento e contextualização arqueológica.

Dito isso, parto dessas premissas e inquietações para a formulação dessa dissertação com foco em quatro pontos, sendo eles: a) a produção e organização de dados em campo e laboratório; b) a compreensão do processo do empreendimento e sua retomada visando a produção do relatório final; c) a curadoria e análise da coleção com a integração dos dados de campo e laboratório e a interpretação e construção de narrativas arqueológicas; d) por fim, as considerações acerca do potencial construtivo das coleções descontextualizadas por uma perspectiva integrada e sua devolutiva para a sociedade.

No decorrer da escrita dissertativa, lançamos mão da abordagem integrada como ponto fundamental na construção de processos de gestão e análise de dados, tendo como objeto de estudos a compreensão do processo, no âmbito da primeira etapa, do projeto “Levantamento e mapeamento do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela ampliação do sistema de esgotamento sanitário de São Cristóvão”, de Processos nº 01504.000612/2010-74 e 01504.000967/2013-14, esse que foi desenvolvido em duas fases distintas, que envolveram inicialmente uma parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e a Companhia de saneamento de Sergipe, seguida pelas ações executadas por empresa de arqueologia contratada através de licitação para tal fim. Essa etapa se configurou como um processo marcado por descontinuidades, lacunas documentais e entraves administrativos, revelando-se um verdadeiro imbróglio. Diante disso, tornou-se necessária a sua compreensão enquanto objeto de estudo, tendo esse entendimento como ponto de partida para qualquer desenvolvimento prático posterior.

Ao me deparar com a coleção arqueológica do processo supracitado, diversas problemáticas foram observadas antes mesmo de iniciados as etapas curatoriais, a saber: por se tratar de uma intervenção iniciada uma década antes, quando a arqueologia ainda não se apoiava nas normativas hoje estabelecidas, nada se resultou das etapas de campo além das 52 caixas amarelas de montagem produzidas por polionda e repletas de sacos acumulados sem tratamento ou sequer organizados; nas caixas, encontravam-se pacotes de materiais arqueológicos frágeis em peso sobre outros menores, e como registro, algumas etiquetas contendo o nome da rua em que foram coletados, além do ano e nome do responsável. Quando presente e íntegra. Esse cenário evidenciou, desde o primeiro contato, um processo de grande descontextualização do acervo.

Nesse momento, foi tomada como ponto de partida a construção de um mapa do centro histórico de São Cristóvão recortado pela área contemplada durante as obras, a fim de construir e identificar os nomes das ruas antigos e atuais e uma breve síntese das características locais, como a arquitetura e a presença de edifícios públicos. O processo de curadoria e análise se deu de início pelas faianças, sendo então definidos parâmetros de análise e construído um guia com as cronologias e características decorativas, com base em catálogos provenientes de diversas pesquisas arqueológicas anteriores, no Brasil e em Portugal¹. Foi dado em sequência, o início ao tombamento e análise da coleção, assim tratado no decorrer desse trabalho.

Diante desse quadro, em observação às atividades realizadas no LABAAC, o presente trabalho passou a se concentrar na compreensão do percurso da coleção até sua chegada ao laboratório, nas primeiras impressões acerca de seu estado de acondicionamento e conservação e nas problemáticas decorrentes da ausência de dados de campo consistentes

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se estrutura a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e analítico, ancorada nos pressupostos da arqueologia pós-processual. Operacionalmente, se trata de um estudo de caso, tomando como unidade de análise o processo arqueológico vinculado às intervenções no município de São Cristóvão, compreendido em sua dimensão documental, material e institucional. A investigação foi desenvolvida a partir da análise integrada de diferentes conjuntos de dados, incluindo documentação administrativa, registros curatoriais, acervo arqueológico e produção cartográfica.

No âmbito empírico, foram empregados procedimentos de revisão documental sistemática, elaboração de cartografias interpretativas e revisão e reestruturação curatorial da coleção. Esses procedimentos foram conduzidos de forma articulada, buscando não a descrição dos vestígios, mas a compreensão dos processos que condicionaram sua formação enquanto acervo descontextualizado.

A abordagem adotada privilegia, portanto, a integração entre dados materiais, registros institucionais e interpretação teórica, compreendendo o processo arqueológico como um sistema complexo, atravessado por dimensões técnicas, administrativas e epistemológicas.

Para que seja possível a sua execução, a pesquisa foi iniciada na formação do pensamento arqueológico, com base em teorias que abordam a perspectiva pós processualista interpretativa, a multivocalidade e à prática arqueológica pelas perspectivas do campo e do

¹ Dos autores brasileiros destacam-se ALBUQUERQUE, 2001 e BANDEIRA, 2011. Dos portugueses, SEBASTIAN, 2010; FORMIGO, 2014; GUERREIRO, 2011.

laboratório. Visa ainda tratar pontos que abrangem a gestão dos processos, a ética profissional, as burocracias institucionais e um debate sobre os aprofundamentos científicos realizados no âmbito da arqueologia de contrato *versus* a acadêmica, essas que se divergem e produzem resultados completamente distintos no que tange a realidade profissional.

A discussão teórica nesse trabalho perpassa pelas ideias concebidas e discutidas ao longo das últimas três décadas do século XX, tendo nas propostas de Michael Shanks, Christopher Tilley, Ian Hodder, Bruce Trigger e Julian Thomas, um embasamento acerca do fazer arqueológico mais crítico, reflexivo e engajado com os contextos os quais se associam. Essa abordagem interpretativa e pós-processualista propõem uma crítica às ideias positivistas, questionando a objetividade absoluta dos métodos e construção de dados e valoriza a agência humana e a construção social do conhecimento, sendo atento à ética e ao contexto da prática arqueológica.

Avançando nesse trabalho, o segundo capítulo aborda o conceito de contexto (e descontexto), perpassando pela concepção teórica, que permeia pela sua compreensão como uma rede de informações físicas que permite a interpretação, tratada pela perspectiva processual e como uma rede de significados históricos, sociais e simbólicos, aplicados pela arqueologia pós-processual. Assim como contexto situado nos possibilita a construção da narrativa arqueológica, a sua perda pode ser ressignificada por uma nova perspectiva e não tratada apenas como uma falha técnica, mas como um indicativo de fragilidades mais amplas nos modos de produção do conhecimento arqueológico, especialmente em contextos urbanos e em intervenções realizadas sob pressões institucionais e administrativas.

Ao longo do capítulo, busco também inserir a curadoria como parte do processo do processo interpretativo. Ao dialogar com a noção de crise da curadoria com os debates sobre coleções descontextualizadas, apoiado pelas ideias de Barbara Voss e Daiane Pereira, discuto tanto as problemáticas quanto as potencialidades desses acervos, defendendo que, mesmo fragmentados, eles podem sustentar leituras críticas sobre a cultura material, os processos urbanos e os modos de produção do conhecimento arqueológico. Esse enquadramento fundamenta a análise da coleção proveniente das escavações urbanas em São Cristóvão, assumindo a descontextualização não como um limite absoluto, mas como um ponto de partida para reflexões integradas e reflexivas.

Já no terceiro capítulo partimos para a análise do processo das pesquisas realizadas em São Cristóvão, no decorrer da primeira etapa da instalação dos dutos de saneamento ocorridos no centro histórico. Embora ocorra um recorte, à primeira etapa, busca-se compreender o processo como um todo. Nessa etapa perpassa-se pela comunicação entre as partes envolvidas

com base no sistema processual do SEI/IPHAN, buscando uma maior fluidez nas descrições, visto o imbróglio ocorrido ao longo dos anos. Em um segundo momento do capítulo, procura-se situar a etapa das obras no contexto urbano do município, observando-a a partir da perspectiva do centro histórico posteriormente diagnosticado. Por fim, na terceira parte do capítulo, a análise volta-se para a coleção arqueológica resgatada, buscando esclarecer as condições a ela atreladas, como sua chegada ao LABAAC, bem como as primeiras impressões acerca do acondicionamento e da conservação do material.

A ausência de dados de campo no decorrer das obras provocou um *déficit* incapaz de produzir uma narrativa pela perspectiva da arqueologia tradicional. Diante disso, o foco deste trabalho não reside na interpretação direta dos contextos arqueológicos, mas na problematização das condições que levaram a essa lacuna informacional. A contextualização do processo junto ao IPHAN, aliada à discussão das fragilidades documentais e institucionais observadas, constitui, portanto, o cerne do terceiro capítulo. Diante desse cenário, o trabalho passa a direcionar o olhar para além da simples constatação da ausência de informações contextuais, buscando compreender os impactos que essa lacuna provoca na produção do conhecimento arqueológico. A descontextualização dos vestígios não se configura apenas como uma limitação técnica ou metodológica, mas reflete um conjunto de práticas, decisões institucionais e condicionantes estruturais que atravessam a atuação da arqueologia. A fragilização dos registros de campo compromete a construção de narrativas arqueológicas tradicionais, baseadas na associação entre contexto, materialidade e estratigrafia, exigindo, portanto, abordagens mais críticas e reflexivas sobre o próprio fazer arqueológico.

A análise do percurso institucional das obras da DESO em São Cristóvão, aliada às condições de seu acondicionamento, conservação e curadoria da coleção resgatada, passa a ser compreendida como parte integrante do próprio processo arqueológico. Assim, o foco desloca-se da interpretação direta dos vestígios para a reflexão sobre as práticas que os constituíram enquanto acervo, considerando os contextos administrativos, técnicos e institucionais que moldaram sua trajetória.

Para além disso, o trabalho também busca explorar as possibilidades interpretativas que ainda se fazem presentes, mesmo diante da ausência de dados de campo. A cultura material, analisada a partir de suas características tecnológicas, formais e funcionais, permite a construção de leituras que não dependem exclusivamente do contexto estratigráfico. A partir de uma perspectiva pós-processualista e multivocal, torna-se possível valorizar diferentes narrativas, reconhecendo a agência dos sujeitos envolvidos e os múltiplos sentidos atribuídos aos objetos ao longo de sua trajetória.

Dessa forma, a pesquisa procura contribuir para o debate sobre a gestão, a interpretação e a ressignificação de coleções arqueológicas descontextualizadas, evidenciando tanto as problemáticas decorrentes da ausência de registros quanto as potencialidades analíticas, éticas e sociais que esses acervos ainda podem oferecer. Ao articular teoria, prática institucional e análise material, busca-se ampliar as formas de compreensão do patrimônio arqueológico, reafirmando o compromisso da arqueologia com uma abordagem crítica, reflexiva e socialmente engajada.

Nisso, fez-se então necessário a proposição de alguns objetivos específicos capazes de nortear seu desenvolvimento, sendo esses:

- 1- Revisar a bibliografia arqueográfica e museográfica que abordam as temáticas sobre teoria, curadoria de coleções, gestão e legislação e ética profissional;
- 2- Analisar o processo do projeto de Levantamento e mapeamento do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela ampliação do sistema de esgotamento sanitário de São Cristóvão, reconhecendo os entraves administrativos, as descontinuidades processuais e as fragilidades documentais observadas ao longo de sua execução.
- 3- Investigar as dinâmicas de produção, organização e gestão dos dados arqueológicos nas etapas de campo, laboratório e escritório, considerando suas implicações na construção do conhecimento arqueológico.
- 4- Analisar as condições de acondicionamento, conservação e curadoria da coleção arqueológica resgatada, identificando os impactos da ausência de dados de campo na preservação e interpretação do acervo.
- 5- Refletir sobre as implicações éticas, institucionais e profissionais da arqueologia de contrato na formação de coleções descontextualizadas.
- 6- Explorar as possibilidades de ressignificação das coleções arqueológicas descontextualizadas por meio de abordagens integradas, multivocais e reflexivas.
- 7- Contribuir para a construção de narrativas arqueológicas críticas e socialmente engajadas, considerando a devolutiva do conhecimento à sociedade como parte fundamental do processo arqueológico.

Espera-se que este trabalho resulte na compreensão da importância da integração entre as diversas etapas do processo e o caráter potencializador das abordagens academicistas e do contrato profissional a fim de contribuir significativamente para a sistematização e eficiência das pesquisas arqueológicas, permitindo a geração de narrativas mais confiáveis e integradas

no campo da arqueologia. Além disso, ele tem o potencial de melhorar a qualidade e a das práticas arqueológicas em laboratórios e projetos, beneficiando a comunidade arqueológica como um todo.

Em suma, esta dissertação está estruturada de modo a articular reflexão teórica, análise empírica e prática curatorial em torno da problemática das coleções arqueológicas descontextualizadas. No primeiro capítulo, desenvolve-se uma discussão conceitual sobre a formação do pensamento arqueológico e as abordagens que sustentam a compreensão das práticas contemporâneas de gestão, curadoria e interpretação, enfatizando o papel da teoria como fundamento da prática. No segundo capítulo, são discutidas as problemáticas e as potencialidades atribuídas às coleções descontextualizadas, tendo como objeto de estudo a primeira etapa das obras. O terceiro capítulo apresenta o percurso do processo das obras da DESO em São Cristóvão, a constituição da coleção e as circunstâncias que conduziram à sua descontextualização. Por fim, as considerações finais retomam as reflexões centrais, reafirmando a importância de uma arqueologia comprometida com a memória, a ética e o diálogo entre teoria e prática.

Para concluir, é importante destacar o uso pontual de ferramentas de inteligência artificial² como recurso auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, especialmente no apoio à organização textual, sistematização de ideias e revisão linguística. O uso dessas ferramentas não substituiu as etapas analíticas, interpretativas ou decisórias da pesquisa, sendo empregado de forma crítica e supervisionada pela autora. Tal uso encontra respaldo na Portaria nº 2664/2026, que orienta o uso ético e transparente de tecnologias digitais em atividades acadêmicas, sendo garantida a autoria intelectual, a responsabilidade sobre o conteúdo produzido e a rastreabilidade dos processos de elaboração.

2. A TEORIA E PRÁTICA ARQUEOLÓGICA:

2.1. Uma práxis arqueológica?

A arqueologia sempre foi mais do que um conjunto de técnicas aplicadas ao estudo do passado. Ela é, antes de tudo, uma forma de produzir conhecimento sobre o mundo, e esse

² ChatGPT (OpenAI) e Manus (Butterfly Effect Pte. Ltd.).

conhecimento é sempre atravessado por escolhas teóricas. As perguntas que fazemos, os dados que consideramos relevantes, os caminhos metodológicos que trilhamos está profundamente enraizado em posicionamentos conceituais que, muitas vezes, nem sempre são explicitados, mas que moldam diretamente os sentidos que atribuiremos ao registro arqueológico.

Arelada ao fazer arqueológico, a teoria nem sempre é vista como parte importante na construção do conhecimento. Culturalmente, ela muitas vezes é vista como produzir elitista e distante da humanização que requer o processo de compreensão acerca das sociedades. De fato, é preciso reconhecer que por muito tempo a ciência, de modo geral, se construiu a partir de uma supremacia produzida por poucos e com viés conservador, sobretudo (Shanks; Tilley, 1992). Mas nas últimas décadas, a democratização do acesso às Universidades, bem como a ampliação de canais de discussão e a presença de congressos e de eventos, possibilitaram um maior diálogo entre as partes, contribuindo para a formulação de teorias acessíveis e de múltiplas abordagens.

Desde as primeiras ações na formulação de projetos de pesquisas à coleta de dados de campo a teoria arqueológica se faz presente, buscando abordagens no pensar e nas metodologias praticas a fim de construir dados contextualizados e assertivos a partir de diversas perspectivas (Johnson, 2000).

2.1.1. O papel da teoria na prática arqueológica

Pensar a teoria como parte constitutiva da prática arqueológica é, no entanto, especialmente importante quando lidamos com situações que desafiam os modelos tradicionais de análise, como as coleções descontextualizadas. Essas coleções, geralmente formadas a partir de coletas particulares (realizadas por um público leigo), escavações emergenciais, descartes irregulares, intervenções em áreas urbanas com poucos ou nenhum dado de proveniência e sobretudo aquelas antigas dispostas em instituições, costumam ser vistas como problemáticas. E de fato, elas impõem limites, principalmente no que diz respeito à reconstituição de contextos arqueológicos pós deposicionais e estratigráficos. Mas não são inviáveis.

O que fazer com as coleções arqueológicas que permanecem esquecidas em reservas técnicas, sem dados de campo ou registros documentais que as contextualizem e com déficit quanto aos processos curatoriais? Abro aqui com essa pergunta que orienta uma reflexão necessária sobre os caminhos possíveis para a interpretação e valorização desses conjuntos, e que exige uma revisão das propostas teóricas pelas quais a arqueologia constrói conhecimento. Essa discussão que mesmo após mais de um século ainda se faz presente, sobretudo pelas teorias

diversas que hora se opõem e hora se complementa no seu modo prático de ser. A arqueologia enquanto ciência, agrega o princípio interdisciplinar mais efetivo entre os diversos ramos do conhecimento, portando e integrando as humanidades, às ciências biológicas, da terra e das exatas (Araujo, 2018).

Os desafios impostos sobre as coleções descontextualizadas abrem espaço para olhares mais sensíveis, e principalmente, mais teóricos. É aqui que a abordagem interpretativa da arqueologia e multivocalidades se mostram extremamente potentes.

2.1.2. *Percurso das teorias arqueológicas*

Ao fazer um panorama da história da arqueologia, percebe-se um significativo e rápido desenvolvimento, cuja efervescência que se deu com a nova arqueologia, contribuiu para que essa disciplina se tornasse dinâmica e múltipla quanto ao seu modo de fazer, conhecer e pensar a história humana. Dentre os pontos de divergência se destacam a concepção de cultura, as metodologias e as críticas as quais foram essenciais para que possibilitasse tal dinamismo. De maneira simplificada, no quadro abaixo é possível compreender esses elementos fundamentais entre tais abordagens.

Tabela 2-1 – Elementos fundamentais das principais correntes teóricas na arqueologia. Construção própria.

Abordagem Teórica	Modo de pensar a cultura	Teorias Substantivas Associadas	Metodologias Comuns	Características / Divergências	Críticas Principais	Referências Bibliográficas
Arqueologia Histórico-Cultural	Cultura como conjunto de características materiais associadas a grupos étnicos; ênfase em difusão e delimitação de áreas culturais.	Difusionismo, migrações, tipologia de artefatos, delimitação de ‘complexos culturais’.	Classificação tipológica, análise de estilos, comparação de artefatos por áreas geográficas.	Ênfase descritiva; foco em estilos e cronologias; pouca atenção a processos sociais.	Pouca explicação dos processos; acusada de determinismo cultural e etnocentrismo.	Childe (1929, 1950); Kossinna (1911); Willey & Sabloff (1993)

Arqueologia Processual (Nova Arqueologia)	Cultura como sistema adaptativo; busca por leis gerais e regularidades nos processos sociais e ambientais.	Ecologia cultural, sistemas de assentamento, economia da subsistência, modelagem ambiental.	Estatística, modelagem, análise de padrões espaciais e funcionais, testes de hipótese.	Explicação científica, generalização, objetividade, controle de variáveis.	Criticada por ignorar subjetividade, agência e contexto cultural simbólico.	Binford (1972, 1980); Flannery (1973); Clarke (1968)
Arqueologia Pós-processual / Interpretativa	Cultura como construção simbólica e experiencial; foco na agência, identidade, ideologia, significado.	Identidade, gênero, consumo, poder, ritual, memória, multivocalidade.	Análise contextual, hermenêutica, uso de fontes orais e visuais, participação comunitária.	Interpretação situada, reflexividade, crítica ao positivismo, multivocalidade.	Críticas à falta de sistematização e à excessiva subjetividade interpretativa.	Hodder (1986, 1991, 2003); Shanks & Tilley (1987); Atalay (2006, 2008)
Arqueologia Marxista / Social	Cultura como expressão das relações de produção; foco em conflito, desigualdade e transformação histórica.	Classes sociais, ideologia, resistência, modos de produção, controle material e simbólico.	Análise materialista, estudo de contextos de dominação e resistência, crítica ideológica.	Histórico-materialista, crítica, voltada à transformação social e à justiça.	Criticada por excesso de estruturação e por reduzir cultura a fatores econômicos.	Trigger (1984, 2006); Leone (1995); Gándara Vázquez (2006); McGuire (2008)

Fonte: Elaboração própria.

A partir do fim do século XIX e durante a primeira metade do XX, o histórico culturalismo protagonizou a prática arqueológica, promulgando nesse período a consolidação da disciplina. Nessa abordagem, entendia-se que diferentes culturas humanas podiam ser identificadas e delimitadas por meio de padrões recorrentes nos vestígios materiais, sobretudo pelas análises tecno-morfológicas. A partir dessas recorrências, definia-se o que se chamava de “cultura arqueológica”, associada a um grupo humano específico, com território e identidade próprios. A cultura arqueológica seria então “um conjunto de vestígios materiais recorrentes que podem ser atribuídos a um povo específico, com território e identidade próprios” (Childe, 1950).

A base dessa forma de pensar estava fortemente ligada ao difusionismo e à crença de que as mudanças culturais aconteciam principalmente por migração ou contato entre povos. A cultura era tratada quase como algo dado, estático, transmitido mecanicamente de um grupo

para outro, sem associação com investigações acerca das questões sociais ou processos individuais.

Curiosamente, nesse período, os arqueólogos não se intitulavam como histórico-culturais, sendo eles apenas profissionais produzindo o conhecimento. Nas palavras de Gary Webster:

Archaeologists seem not to have used the term themselves until the 1930s (Kidder 1932) and only rarely before the 1960s to differentiate a distinctive kind of approach (Taylor 1948; Willey and Phillips 1958). Rouse's (1953) often cited programmatic essay "The Strategy of Culture History" is a review of "research planning with respect to the study of culture history," and not a description of one particular paradigm compared to others. It is likely that most archaeologists of the period saw themselves simply as archaeologists doing archaeology-as studying the archaeological record, with the only real distinction being whether they were dealing with prehistoric or historic remains. In contrast to later periods there was less reflection, less self-awareness; the modern (or rather postmodern) idea of alternate archaeologies (Hodder 1999) would have been foreign (Webster, 2008, p. 11-12)³.

Por outro lado, não dá para ignorar a importância que esse modelo teve na construção de muitos procedimentos metodológicos que ainda usamos hoje. As classificações tipológicas, os estudos de estilo e a definição de cronologias relativas nasceram desse momento da teoria arqueológica, e seguem sendo ferramentas úteis, inclusive para quem, como eu, trabalha com coleções fragmentadas e descontextualizadas.

Apesar das críticas, principalmente pela rigidez teórica, pela associação direta entre cultura material e identidade étnica, e pelo pouco esforço explicativo, revisitar o histórico-culturalismo é também uma forma de entender como certas práticas se consolidaram e por que, em muitos contextos, elas ainda aparecem. Em vez de simplesmente rejeitar, acho que é mais produtivo olhar para essas heranças de forma crítica e pensar como elas ainda são utilizadas na arqueologia atual.

³ Tradução: Os arqueólogos parecem não ter usado o termo [histórico-culturalismo] por conta própria até a década de 1930 (Kidder 1932) e apenas raramente antes da década de 1960 para diferenciar um tipo específico de abordagem (Taylor 1948; Willey e Phillips 1958). O ensaio programático frequentemente citado de Rouse (1953), "The Strategy of Culture History" [A Estratégia da História Cultural], é uma revisão sobre "planejamento de pesquisa em relação ao estudo da história cultural", e não uma descrição de um paradigma específico em comparação com outros. É provável que a maioria dos arqueólogos do período se visse simplesmente como arqueólogos fazendo arqueologia — isto é, estudando o registro arqueológico, sendo a única distinção real se estavam lidando com vestígios pré-históricos ou históricos. Em contraste com os períodos posteriores, havia menos reflexão, menos autoconsciência; a ideia moderna (ou melhor, pós-moderna) de arqueologias alternativas (Hodder 1999) teria sido estranha àquela época.

A importância da revisitação às propostas teóricas – e no histórico-culturalismo – é refletida por Stephen Shennan (1993) ao retomar a abordagem de Gordon Childe acerca da Evolução Social. O autor argumenta que em sua base, essa perspectiva pode ser atualizada a partir de aportes contemporâneos. Segundo ele, Childe considerava os esquemas de evolução social como estruturas interpretativas gerais, cujas implicações deveriam ser testadas pela arqueologia, e não como estágios fixos aos quais os dados deveriam se ajustar.

Tal reflexão direciona o reconhecimento sobre Gordon Childe como forte precursor da visão marxista na arqueologia, sendo orientado, mesmo que em seu contexto temporal e cultural, a refletir sobre as questões sociais como contribuintes para as transformações culturais.

A transição entre a arqueologia histórico-cultural e os debates processuais pode ser situada na publicação de *Method and Theory in American Archaeology*, de Gordon R. Willey e Philip Phillips, em 1958. Os autores, ao realizarem a primeira tentativa sistemática de articular um modelo teórico para a arqueologia americana, estabeleceram um marco teórico importante para o desenvolvimento da chamada “Nova Arqueologia”, que moldaria a reflexão teórica não apenas no interior do Processualismo, mas também na gênese dos debates pós-processualistas.

Nesse contexto, os autores também contribuíram para explicitar a divisão entre o que se convencionou chamar de arqueologias pré-históricas e históricas, que no caso americano, revela-se mais complexa do que nas tradições arqueológicas ocidentais europeias. Embora ainda inseridos no contexto da tradição cultural-histórica, o livro já demonstra uma preocupação com aspectos sociais e relacionais da cultura, antecipando debates que viriam a ser retomados e aprofundados por correntes teóricas posteriores.

A arqueologia americana deve ser concebida como uma vertente da antropologia, incorporando não apenas suas finalidades interpretativas, mas também seus métodos voltados à busca por explicações culturais mais amplas. Ao aproximar a arqueologia da antropologia cultural, é necessário o uso de três níveis de organização “aplicáveis à análise científica: observação, descrição e explicação” (p.4), sem desconsiderar a necessidade de ir além da classificação de dados materiais, mas agregando à arqueologia, a capacidade de investigar processos sociais. (Willey; Phillips, 1958).

Embora os debates pós-processualistas tenham surgido majoritariamente em contextos anglófonos, autores latino-americanos também desenvolveram reflexões críticas profundas sobre o fazer arqueológico. Lumbreras (1974), por exemplo, já defendia uma arqueologia como ciência social comprometida com a transformação e a justiça histórica. Para ele, o objeto da

arqueologia não é apenas a cultura material, mas os processos sociais que a moldam e que a tornam inteligível em sua historicidade. Essa perspectiva aproxima-se das proposições pós-processualistas, mas carrega um compromisso político mais radical com as desigualdades e os processos de exclusão que marcam o continente latino-americano.

A incorporação dessas vozes críticas do Sul é fundamental para evitar que a arqueologia latino-americana permaneça apenas como uma aplicação periférica de teorias produzidas no Norte Global. Ao contrário, pensar com autores como Lumbreras ou Gándara Vázquez é reconhecer que há uma longa tradição de reflexão sobre teoria arqueológica em nossos contextos, articulando materialidade, memória e transformação social.

2.1.3. A crítica pós-processualista e a interpretação situada

A Arqueologia processual é a ortodoxia que surgiu em resposta ao histórico culturalismo, no fim da década de 1950. Com a finalidade de criticar e romper com as abordagens descritivas do passado, ela se moldou com uma proposta científicista exata, em busca de métodos sistemáticos e rígidos que vão desde os dados de campo às suas interpretações. A integração e interpretação dos dados de campo sem a teoria é inconcebível (Hodder; Shanks, 1998).

A chamada Nova Arqueologia propôs justamente um modelo mais científico e sistemático de investigação, baseado em hipóteses testáveis e generalizações. Apesar de ter representado um avanço em termos metodológicos, essa abordagem carregava uma pretensão de objetividade que foi sendo cada vez mais questionada. É nesse contexto que começam a ganhar força perspectivas mais críticas e interpretativas, que recolocam o sujeito arqueólogo no centro do processo de produção do conhecimento.

Autores como Ian Hodder foram fundamentais nesse reposicionamento. Sua defesa da interpretação contextual como base da arqueologia rompe com a ideia de que os objetos "falam por si". Na verdade, são os arqueólogos situados em contextos históricos, sociais e ideológicos específicos que constroem narrativas a partir do que escavam, observam e registram. Ao invés de buscar verdades absolutas sobre o passado, passamos a lidar com interpretações possíveis, parciais e carregadas de significado. E é justamente esse entendimento que considero essencial quando nós voltamos para acervos problemáticos, como os das coleções descontextualizadas.

Um dos principais pontos da arqueologia pós-processual é o reconhecimento da ação individual na sociedade e da variabilidade como parte constitutiva da cultura material. Ao invés de encaixar os vestígios em tradições rígidas, é defendida a necessidade de compreender as mudanças conforme o contexto em que estão situadas. Essa ênfase desloca o foco das grandes estruturas para a agência, reconhecendo que trajetórias semelhantes podem ocorrer em momentos distintos e por motivações diversas. A cultura material é vista como um “texto” que pode ser lido e interpretado de diferentes maneiras.

Em um primeiro momento, essa noção de culturas heterogêneas de interpretações conflitantes e sobrepostas, pode parecer confusa, mas ela pode ser carregada de um significativo potencial. Nisso, Hodder (1989) justifica:

Los arqueólogos ya no necesitan forzar sus datos en categorías bien delimitadas, por lo que pueden buscarse múltiples dimensiones superpuestas usando una metodología contextual. Podemos enfrentarnos, por tanto, a la complejidad real de los datos arqueológicos (p.170)⁴.

2.1.4. *Arqueologia interpretativa, multivocalidade e subjetividade*

Desenvolvida sobretudo a partir da década de 1980, essa perspectiva teórica parte do reconhecimento da subjetividade e da multiplicidade de vozes envolvidas na produção do conhecimento arqueológico. Ela convida à escuta, à dúvida, à construção coletiva de sentidos e, sobretudo, à responsabilidade do arqueólogo diante das narrativas que constrói.

Retorno à questão inicial, propondo que ao invés de considerar tais coleções como casos perdidos ou meramente residuais, há a necessidade de abordá-las a partir de uma perspectiva teórica que reconhece o papel ativo da interpretação, da mediação e da prática no processo de construção do conhecimento sobre o passado. Nessa abordagem, a arqueologia deixa de ser uma disciplina pautada exclusivamente pela busca de dados objetivos e se fortalece como uma prática interpretativa, situada no tempo e nas condições sociais de sua produção (Hodder, 1999; Shanks; Tilley, 1987).

⁴ Tradução: Os arqueólogos já não precisam forçar seus dados em categorias rigidamente delimitadas, podendo, assim, buscar múltiplas dimensões sobrepostas por meio de uma metodologia contextual. Podemos, portanto, encarar a complexidade real dos dados arqueológicos.

Ainda assim, é preciso reconhecer que a teoria definida para o desenvolvimento da pesquisa, será sempre pautada com base no conhecimento empírico, nos elementos culturais que são intrínsecos do modo de vida e pensar dos arqueólogos que as guiam. A abordagem teórica deve ser utilizada de forma honesta, compreendendo que a ideia de neutralidade é utópica e que os arqueólogos são detentores de sua própria percepção de mundo atravessados por escolhas políticas, culturais e sociais.

Como afirma Matthew Johnson:

Electivamente, la elaboración de un análisis totalmente objetivo es intelectualmente una entelequia; los puntos de vista más parciales y sesgados sobre cualquier tema académico acostumbran a provenir de aquellos que abiertamente proclaman que su posición es neutral, distante y desinteresada (2018, p.12)⁵.

A arqueologia precisa reconhecer o caráter interpretativo da prática arqueológica e deslocar o foco da busca por explicações objetivas e rígidas, para uma atenção mais cuidadosa às relações entre sujeitos, objetos e contextos. Com isso, a neutralidade da compreensão do passado é substituída pela compreensão de que ele possui interpretações múltiplas e que os arqueólogos, podem participar ativamente, sendo situados no seu próprio tempo e lugar. A produção do conhecimento arqueológico é, portanto, vista como uma prática carregada de escolhas, interpretações e posicionamentos, de maneira subjetiva inserindo os pesquisadores como parte constitutiva do fazer arqueológico (Hodder, 1986; Shanks; Tilley, 1987).

Além disso, a interpretação dessas coleções exige assumir que a arqueologia é sempre uma prática situada, que se faz no presente e é atravessada por escolhas, interesses e posicionamentos. A escrita arqueológica não é uma representação neutra do passado, mas uma produção discursiva que carrega consigo as marcas do tempo em que é feita produção (Hodder, 1999; Shanks; Tilley, 1987). Por isso, trabalhar com coleções esquecidas, abandonadas ou mal documentadas implica também um gesto político: o de resgatar vozes silenciadas, de restituir agência a objetos negligenciados e de propor narrativas alternativas que desafiem as hegemonias estabelecidas no campo arqueológico (González-Ruibal 2013; Meskell 2005).

⁵ Tradução: Efetivamente, a elaboração de uma análise totalmente objetiva é, intelectualmente, uma quimera; os pontos de vista mais parciais e enviesados sobre qualquer tema acadêmico costumam vir justamente daqueles que abertamente proclamam estar em uma posição neutra, distante e desinteressada. Além disso, seria insincero afirmar que o livro foi escrito a partir de uma neutralidade desinteressada.

2.1.5. *Multivocalidade como prática ética*

A arqueologia interpretativa parte do reconhecimento de que o conhecimento arqueológico é sempre situado, ou seja, depende de quem está olhando, de onde está olhando e com quais referências. Para isso se torna fundamental assumir a subjetividade como parte do fazer arqueológico. Implica também, principalmente, abrir espaço para outras vozes que não apenas a do pesquisador.

É nesse ponto que a ideia de multivocalidade se torna central. Pensar em múltiplas vozes é reconhecer que os vestígios materiais podem ter significados diferentes para diferentes pessoas e grupos sociais. Populações indígenas, comunidades locais, agentes de memória, trabalhadores da obra onde o sítio foi encontrado, todos podem ter relações e interpretações válidas sobre o material arqueológico. Essa abertura para o diálogo com diferentes perspectivas enriquece a análise e aproxima a arqueologia de uma prática mais ética e comprometida.

Pensar multivocalidades vai além de reconhecer as diversas perspectivas enquanto metodologia de pesquisa, ela representa uma postura ética e aberta nos diversos sentidos. A arqueologia, quando feita em diálogo com as comunidades, pode se tornar um espaço de escuta, negociação e construção coletiva de sentido. Sonya Atalay (2008) defende que:

This view of multivocality does not simply involve addressing multiple perspectives at the level of interpretation of a particular site or region. It is a more comprehensive approach to multivocality that attempts to find ways of combining Western and Indigenous theoretical and methodological concepts that begin at the planning stages of research, and works to create diverse approaches to long-term management of archaeological resources, as well as both the tangible and intangible aspects of heritage (Atalay, 2008, p.34)⁶.

A autora também reconhece, enquanto arqueóloga indígena, que abrir as portas para um fazer arqueológico multivocal deve ter efeito na prática profissional, essa que vai desde o planejamento até as discussões e interpretações. Somente assim é possível centralizar a

⁶ Tradução: "Essa visão de multivocalidade não envolve simplesmente abordar múltiplas perspectivas no nível da interpretação de um determinado sítio ou região. Trata-se de uma abordagem mais abrangente da multivocalidade, que busca encontrar formas de combinar conceitos teóricos e metodológicos ocidentais e indígenas desde as etapas iniciais do planejamento da pesquisa, e trabalha para criar abordagens diversas para a gestão de longo prazo dos recursos arqueológicos, assim como dos aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio."

descolonização. Ela ainda defende que a multivocalidade deve incorporar de fato a diversidade cultural e atingir campos pelas diversas perspectivas, mas que a inclusão precisa ser crítica e atenta às desigualdades históricas. Se tratarmos todas as interpretações como igualmente válidas, sem considerar os contextos de onde elas vêm ou as disputas de poder envolvidas, corremos o risco de neutralizar as vozes justamente daqueles que mais lutaram para serem ouvidos.

Essa escuta ativa se fortalece quando inserida em projetos de arqueologia pública, nos quais o envolvimento comunitário ultrapassa o papel de “informante” e passa a integrar todas as etapas do processo arqueológico. Experiências de arqueologia colaborativa têm demonstrado que, quando há abertura para que moradores, agentes culturais e grupos locais co-criem interpretações, os sentidos atribuídos aos objetos ganham potência e ressonância social. Como destacam Copé e Rosa (2008), a arqueologia feita com as comunidades (e não apenas para elas) é capaz de tensionar os paradigmas disciplinares e gerar práticas mais éticas, democráticas e implicadas com o presente.

Por isso, falar em multivocalidade não pode ser só uma questão de “colocar todo mundo na mesa”, mas sim de repensar quem tem sido historicamente silenciado e como garantir que esses saberes sejam valorizados com a profundidade e a força que merecem. No caso das coleções descontextualizadas, essa abordagem se torna ainda mais relevante. Quando o contexto original do objeto está ausente ou fragmentado, é justamente por meio das conexões possíveis com fontes históricas, com outros materiais, com o território e com as pessoas que ele pode voltar a fazer sentido. Não se trata de “recuperar” uma verdade perdida, mas de construir sentidos possíveis a partir do que temos em mãos.

2.2. Burocracia institucional e ética profissional

A consolidação da gestão arqueológica no Brasil está diretamente entrelaçada à construção de um aparato legal e institucional voltado à preservação do patrimônio cultural. Desde as primeiras tentativas, ainda nas décadas iniciais do século XX, a proteção de bens arqueológicos, históricos e artísticos evoluiu de iniciativas pontuais e fragmentadas para um sistema estruturado de normas, órgãos e procedimentos. Essa trajetória, no entanto, não foi linear nem fluida, ela revela avanços significativos na formalização de políticas públicas, mas

também demonstra lacunas, contradições e disputas entre interesses políticos, científicos, institucionais e econômicos.

Olhar para a legislação arqueológica brasileira em ordem cronológica desde sua gênese embrionária nos anos 1930 até a atualidade permite compreender como se moldaram as práticas burocráticas que hoje orientam a atuação profissional. Essas dinâmicas se articulam não apenas à aplicação técnica em campo e laboratório, mas também à construção e difusão das narrativas arqueológicas, que, por natureza, são públicas e socialmente orientadas. Ao mesmo tempo, a inserção da arqueologia no contexto do licenciamento ambiental e das pesquisas de contrato, intensifica o debate sobre ética profissional, autonomia científica e efetividade da proteção legal do patrimônio arqueológico.

Assim, é importante construir um panorama legislativo e crítico com o objetivo de compreender como a burocracia institucional molda a prática arqueológica e como, diante dela, o arqueólogo se coloca como mediador entre a legislação, as demandas sociais e o compromisso ético com o conhecimento histórico.

No Brasil, o patrimônio arqueológico é protegido por diversos instrumentos legais e institucionais, com destaque para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse que tem função fiscalizadora e ordenadora das pesquisas em seu desenvolvimento prático. A Lei do Tombamento (Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961) é um dos principais marcos legais que permite a proteção de bens culturais, incluindo sítios arqueológicos. Além disso, o país adere à Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, que reconhece e protege bens arqueológicos de relevância internacional. Políticas de preservação e regulamentações específicas para a arqueologia preventiva também são essenciais (IPHAN, 2021).

A busca pela preservação do patrimônio arqueológico tem no Brasil suas primeiras tentativas, ainda na década de 1920, cuja proposta de lei orientada pelo professor arqueólogo e conservador Alberto Childe, se caracterizou pela preocupação com os sítios arqueológicos e a defesa de sua desapropriação, atribuindo sua propriedade à união. Embora fosse essa proposta negada, ele guiou uma série de novos projetos também rejeitados pelo Congresso Nacional no decorrer dessa década até a primeira metade dos anos 30 (Pedro, 2000; Silva, 1996).

Esses projetos de lei possibilitaram uma abertura no tema voltado à preservação do patrimônio arqueológico, abordando pontos que ainda hoje permanecem atuais ou até negligenciados, como a proteção dos monumentos e de seu entorno, a relação entre natureza e

sociedade, a conservação das jazidas arqueológicas, a proibição de sua exploração indevida e a necessidade de extroversão do conhecimento. Demonstrou-se então, a urgência na criação do sistema que priorizasse a proteção do patrimônio cultural no país.

O primeiro passo concreto nessa direção ocorreu em 1933, com a promulgação do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Ele foi o responsável por inaugurar uma nova fase política, cujo objetivo foi erigir a cidade de Ouro Preto como monumento nacional. O texto garante a responsabilidade do poder público em “defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história” (BRASIL, 1933).

A necessidade da formulação de uma instituição federal que trabalhasse em prol da defesa do patrimônio brasileiro e da fiscalização comércio de antiguidades, essa defendida por Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, desde 1930, com o interesse em integrar a proteção dos monumentos dentro das atividades institucionais, provocando o que pode ser considerado o primeiro órgão criado a essa função no país, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) (Magalhães, 2015).

A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi criada em 14 de julho de 1934, pelo Decreto nº 24.735, integrada ao Museu Histórico Nacional (MHN). Dentre suas funções principais, estavam a inspeção de edificações de valor histórico e artístico, e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades. Embora não tivesse autonomia para designar monumentos, deveria colaborar com os governos estaduais para uniformizar a legislação de proteção e conservação. Seu regulamento priorizava a fiscalização do comércio de objetos históricos, exigindo que proprietários informassem ao MHN sobre suas coleções e que negociantes de antiguidades se registrassem. No entanto, a IMN se mostrou ineficaz no controle do comércio de objetos, não realizando apreensões ou aumentando as coleções do MHN. Por outro lado, destacou-se na conservação de monumentos, organizando um catálogo iconográfico de paisagens e monumentos brasileiros, especialmente em Ouro Preto (Magalhães, 2017).

Apenas dois dias depois da criação da Inspetoria, foi promulgada a Constituição de 34, que lançou a base para a criação de um instrumento organizado voltado para o patrimônio, mesmo que ainda de forma singela. O artigo 148 no capítulo II voltado para a Educação e Cultura, dentro do Título V, destinado à Família, Educação e Cultura, diz:

Cabe à União, aos Estados e ao Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras a da cultura em geral, proteger o objectos do interesse historico e o patrimonio artístico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual [sic] (Constituição, 1934).

Essa articulação se consolidou em 1937, quando, sob liderança de Gustavo Capanema, Mário de Andrade, Oswaldo Teixeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, integrado ao Ministério da Educação e Saúde. O SPHAN, que substituiu a Inspetoria, tinha como objetivo promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional em todo o território brasileiro.

Em três parágrafos descritos nesse artigo, o SPHAN foi garantido por um Conselho Consultivo constituído pelo Diretor do Serviço, Diretores dos Museus nacionais de coisas históricas ou artísticas e dez membros nomeados pelo Presidente da República. Outrossim, deveria haver a cooperação entre os museus nacionais e o órgão.

Ainda em 1937, foi promulgado o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com o objetivo estabelecer as bases institucionais do SPHAN e criar mecanismos legais para a proteção de bens de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico. O artigo 1º do decreto define como patrimônio protegido “os bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu vínculo a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Essa definição ampla permite incluir uma diversidade de bens culturais, inclusive os arqueológicos, que passam a ser reconhecidos como parte do patrimônio nacional.

Na ocasião, o decreto instituiu o tombamento como principal instrumento jurídico de proteção. Ele consiste em um ato administrativo por meio do qual o Estado reconhece o valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico ou etnográfico de um bem, público ou privado, impondo-lhe restrições legais com o objetivo de garantir sua preservação. Ele é mais do que um ato jurídico e burocrático, ele declara a importância do bem em prol da memória coletiva.

O tombamento, embora concebido como instrumento de proteção do patrimônio cultural e detendo de extrema importância, apresenta natureza marcadamente burocrática e seletiva, sujeita a condicionantes como a vontade política da administração e sua concepção ideológica de cultura. Nesse sentido, historicamente, a aplicação do tombamento privilegiou bens

associados a narrativas e valores dominantes, deixando à margem expressões culturais populares ou de grupos socialmente marginalizados (Pedro; Perez, 2000).

O procedimento formal do tombamento envolve o registro do bem em um dos Livros do Tombo, que funcionam como instrumentos de catalogação e salvaguarda. Esses livros foram definidos no artigo 4º do Decreto-Lei nº 25/1937 e dividem-se em quatro categorias e podem conter vários volumes:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras; (BRASIL, 1937).

A inscrição de um bem em um desses livros não é apenas um registro formal, ela é o ato que confere ao bem a condição de protegido pela União e após inscrito, qualquer intervenção, alienação ou exportação passa a ser protegida, e eventuais danos ou destruições podem implicar em sanções administrativas e penais (BRASIL, 1937; BRASIL, 1988).

No campo da arqueologia, o tombamento de sítios e acervos assume uma relevância particular. Ao integrar um bem ao Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Estado reconhece seu valor científico e cultural, impedindo que seja destruído ou modificado sem a devida autorização. Isso é especialmente importante em um país onde a pressão imobiliária, agrícola e minerária coloca em risco inúmeros vestígios arqueológicos.

Mais do que um mecanismo jurídico, o tombamento carrega um sentido simbólico e político: ele afirma que o patrimônio pertence a toda a sociedade e que sua preservação é um direito coletivo e um dever do Estado (Fonseca, 2005; Sant'Anna, 2015). Ao olharmos para os Livros do Tombo, não vemos apenas listas ou registros, mas um reflexo das escolhas e valores de uma época e escolhas que moldam a memória cultural que será transmitida às futuras gerações.

Diante da limitação do Decreto-Lei 25/37, que não abrangia todos os bens arqueológicos, estados como Paraná e São Paulo iniciaram ações pioneiras para proteger seus sítios pré-

históricos. O Paraná, com o trabalho do professor José Loureiro Fernandes, criou decretos específicos para preservar os sambaquis. Em São Paulo foi formada por acadêmicos e especialistas, em 1958, a Comissão de Pré-história, que teve como objetivo, a proteção dos sambaquis e das jazidas pré-históricas. Essa comissão teve papel decisivo ao dialogar com o governo federal, especialmente com o Ministério da Agricultura, para excluir os sítios arqueológicos da definição de recursos minerais prevista no Código de Minas, além de influenciar a formulação de uma lei específica voltada para a arqueologia (Coeli, 1998).

Tanto o Decreto-Lei nº 25/37, quanto essas iniciativas estaduais, culminaram diretamente na elaboração da Lei que estabeleceu diretrizes federais para a preservação do patrimônio arqueológico, especialmente os sambaquis e grutas. A Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, representa um marco na proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, pois foi a primeira legislação a tratar especificamente desse campo, estabelecendo que todos os monumentos arqueológicos e pré-históricos existentes no território nacional são bens da União, de caráter inalienável e imprescritível (BRASIL, 1961). Essa determinação é fundamental porque retira tais bens da esfera privada, afirmando seu valor coletivo e garantindo que sua preservação esteja vinculada ao interesse público.

Entre os pontos centrais da lei está a exigência de autorização prévia da União para a realização de pesquisas e escavações arqueológicas, competência atualmente desempenhada pelo IPHAN. Além disso, o texto legal proíbe a destruição, a mutilação ou o uso indevido de monumentos arqueológicos, e determina que os materiais coletados em campo sejam destinados a instituições científicas e museus, assegurando sua conservação e acesso público (BRASIL, 1961).

A importância dessa legislação não se limita ao aspecto jurídico, mas se estende ao simbólico: ao reconhecer oficialmente o patrimônio arqueológico como parte da memória nacional, a lei inaugurou um caminho de valorização desse campo, que viria a ser ampliado pela Constituição Federal de 1988, ao incluir o patrimônio arqueológico no rol dos bens culturais brasileiros (BRASIL, 1988, art. 216).

Outro ponto importante na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 é a orientação sobre as escavações arqueológicas e da propriedade dos bens. Ao tempo em que as pesquisas científicas passam a ser conduzidas sob autorização prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)– atual IPHAN, sendo necessárias as informações acerca do “local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os indícios que

determinaram a escolha do local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado”, conforme expresso no Parágrafo único do art. 16 (BRASIL, 1961)..

Já no art. 22, é garantido que o aproveitamento econômico das jazidas arqueológicas poderá ser realizado conforme as condições prescritas pelo Código de Minas, se e somente após realizadas as pesquisas científicas mediante o parecer técnico favorável emitido pelo DPHAN ou outro órgão oficial autorizado. Nesse sentido, como observa Funari (2003), a lei de 1961 consolidou uma visão de que a arqueologia não se restringe ao interesse acadêmico, mas deve responder também às demandas sociais de preservação e valorização da memória coletiva. Ademais, a Lei proíbe a transferência de bens arqueológicos para o exterior e garante que o depósito do material arqueológico em museus e instituições científicas reconhecidas.

No que tange o Decreto-Lei nº 25/1937 e a Lei nº 3.924/1961, ambos são movimentos fundamentais para a preservação do patrimônio arqueológico. Embora o Decreto-lei não o trate com exclusividade, ele se insere como parte fundamental do patrimônio cultural, considerando a Lei como a primeira de fato específica para esse conteúdo. Regina Coeli (1996) fez uma importante reflexão sobre a abrangência de ambos os marcos ao considerar os processos jurídicos de preservação. Enquanto o Tombamento coloca sobre tutela pública os bens de características excepcionais a partir da ação, caracterizando um ato administrativo seletivo, os sítios arqueológicos são reconhecidos de maneira automática e geral, independentemente de seu registro. Ele é por si, um elemento protegido pela Lei em caráter universal e compulsório. Para a autora, não se trata “da preservação pela exceção, mas estendendo-se a toda uma categoria, ou seja, aquela formada por todos os bens de interesse arqueológico” (Coeli 1996, p.20).

Na prática, isso significa que todos os sítios arqueológicos são protegidos pela lei de 1961, mas alguns podem receber tombamento adicional pelo DL nº 25/37, seja para reforçar a proteção, seja para ampliar sua visibilidade social e política.

A promulgação da Lei nº 3.924/1961, que garantiu a proteção e preservação do patrimônio Arqueológico, pode ser considerada um ponto de partida na normatização dos processos que envolvem as pesquisas científicas, a institucionalização e guarda dos bens, a educação patrimonial cultural e a consolidação da arqueologia preventiva dentro do licenciamento ambiental. Nesse momento havia estabelecido que todo sítio arqueológico é propriedade da União, mas a Constituição Federal de 1988 ampliou o alcance jurídico ao situar esses bens

dentro de um conceito mais amplo de patrimônio cultural brasileiro. Assim, a proteção dos sítios não é apenas uma questão legal e administrativa, mas também um direito cultural e um dever social (BRASIL, 1961; BRASIL, 1988).

Locado na Seção II, que trata da Cultura, o art. 216 da Constituição Federal de 1988 define o patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” Nesse rol, são incluídos os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arqueológico, paisagístico, paleontológico, ecológico e científico, além das formas de expressão e tudo aquilo relacionado às manifestações artísticas, culturais, tecnológicas e científicas (BRASIL, 1988). Em outras palavras, nossa Carta Magna rompe com esse viés restritivo e inclui os vestígios e sítios arqueológicos como parte essencial da memória nacional, garantindo a eles status de patrimônio cultural a ser preservado.

No parágrafo primeiro do art. 216 é garantido que o Poder Público, e a comunidade em geral, são os responsáveis pela promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Como efeito e reforço à essa responsabilidade, foi publicada a Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, que acrescentou o art. 216-A à Constituição, garantindo a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) (BRASIL, 1988; BRASIL, 2012).

O SNC é considerado um instrumento de fortalecimento da democracia cultural, pois cria mecanismos de participação social na formulação de políticas, além de garantir que a cultura seja tratada como um direito de todos e dever do Estado. Para a arqueologia e o patrimônio, o SNC é relevante porque inclui a proteção e a valorização do patrimônio cultural (material e imaterial) como parte da política cultural e possibilita a articulação entre IPHAN, secretarias estaduais e municipais, e conselhos de cultura para gestão integrada de sítios arqueológicos, museus e coleções (BRASIL, 2012).

Ao longo do tempo, a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil foi construída em diferentes níveis normativos, que para sua melhor compreensão podem ser agrupados em dois grandes blocos, considerando as bases jurídicas, que asseguram o reconhecimento da arqueologia como parte do patrimônio cultural e as normas específicas, que organizam a prática profissional e garantem que essa proteção se efetive na realidade dos projetos de pesquisa, das obras de infraestrutura e da gestão do patrimônio arqueológico em todo o território nacional.

Cronologicamente, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 71, de 2012, formam a base estrutural da legislação arqueológica, propiciando a formulação de um corpo normativo que hoje orienta os processos de preservação no âmbito prático. Indiretamente, a arqueologia também é embasada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política

Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981). Inicialmente, essa lei não trata da arqueologia, mas posteriormente passou a ser reconhecida como base para a disciplina, devido à elaboração de normativas que a associam à Arqueologia no contexto do Licenciamento Ambiental.

Após tratarmos a respeito das bases legislativas e antes de entrarmos nos instrumentos legais específicos, o quadro a seguir possibilita a observação de um panorama visando o conteúdo e o impacto na arqueologia brasileira (IPHAN, 2025; SGEARQ/DEPAM/IPHAN, 2006;). É preciso também compreender que tais instrumentos orientaram a prática arqueológica tanto pela perspectiva científica, quanto pelo cumprimento da lei dentro do licenciamento, visando a esfera econômica e a estruturação espacial do território.

Tabela 2-2 - Síntese da legislação arqueológica brasileira.

Categoria	Instrumento legal	Ano	Conteúdo principal	Impacto para a arqueologia
Bases jurídicas	Decreto-Lei nº 25	1937	Instituiu o tombamento como mecanismo de proteção de bens culturais.	Primeira legislação geral sobre patrimônio; elitizada, com foco em monumentos e bens artísticos, sem ênfase na arqueologia.
	Lei nº 3.924	1961	Declarou os sítios arqueológicos como propriedade da União.	Marco jurídico específico para arqueologia, garantindo proteção automática e permanente.
	Constituição Federal	1988	Incluiu os sítios arqueológicos no patrimônio cultural brasileiro (art. 216).	Ampliou a legitimidade da proteção, tornando-a responsabilidade do Estado e da sociedade.
	Emenda Constitucional nº 71	2012	Instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC).	Criou modelo federativo de gestão cultural, ampliando a corresponsabilidade sobre a proteção arqueológica.

	Lei nº 13.653	2018	Regulamenta a profissão de arqueólogo.	Define requisitos técnicos e qualificação profissional, garantindo segurança científica na prática arqueológica.
Base jurídica indireta	Lei nº 6.938	1981	Estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o licenciamento ambiental.	Estabeleceu a estrutura do licenciamento ambiental, base para a exigência posterior de estudos de impacto sobre o patrimônio cultural, incluindo a arqueologia.
Normas específicas	Lei nº 7.542	1986	Regula a pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens afundados ou submersos em águas nacionais.	Base legal para a arqueologia subaquática; garante que naufrágios e bens submersos sejam da União e somente pesquisados/removidos com autorização do governo.
	Lei nº 9.605	1998	Define sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente (Crimes Ambientais).	Tipifica como crime a destruição ou dano a bens arqueológicos protegidos, fortalecendo a proteção e a responsabilização civil e penal.
	Lei nº 10.166	2000	Altera a Lei nº 7.542/86, exigindo experiência para autorizados e mantendo a União como detentora dos bens resgatados.	Reforça o caráter científico e estatal da arqueologia subaquática.
	Decreto nº 95.733	1988	Prevê recursos orçamentários para prevenir ou corrigir prejuízos ambientais/culturais.	Estabelece financiamento público para mitigação de impactos sobre patrimônio cultural e arqueológico.
	Decreto nº 99.556	1990	Protege cavidades naturais subterrâneas como patrimônio cultural.	Reconhece legalmente cavernas como bens culturais, abrindo possibilidade para pesquisas arqueológicas e regulamentando seu uso científico e educativo.

	Decreto nº 4.887	2003	Regulamenta titulação de terras quilombolas.	Permite proteger contextos arqueológicos em territórios quilombolas, reconhecendo o valor cultural associado.
	Decreto nº 22.872	2003	Obriga pesquisa arqueológica em obras de intervenção urbana (Rio de Janeiro).	Fortalece a rotina de arqueologia preventiva em áreas urbanas, integrando a proteção arqueológica ao planejamento urbano municipal.
	Decreto nº 5.040	2004	Aprova estrutura e cargos do IPHAN.	Fortalece a capacidade institucional do IPHAN, apoiando diretamente a supervisão e aprovação de projetos arqueológicos.
	Portaria Interministerial nº 69	1989	Estabelece normas sobre bens afundados/submersos de valor histórico/artístico.	Define procedimentos coordenados para arqueologia subaquática, unificando a atuação entre Marinha e Cultura.
	Portaria IPHAN nº 07	1988	Regulamenta a necessidade de autorização para pesquisas arqueológicas.	Primeiro passo de normatização do fazer arqueológico.
	Portaria Iphan nº 241	1998	Cria o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.	Cria sistema oficial de registro e monitoramento de sítios arqueológicos.
	Portaria IPHAN nº 230	2002	Estabelece parâmetros metodológicos para submissão de projetos e relatórios.	Padroniza a prática da pesquisa arqueológica.
	Portaria DPC nº 46/DPC	2003	Aprova Normas da Autoridade Marítima (NORMAM-10/2003).	Reforça normas para pesquisa, salvamento e proteção de bens submersos, consolidando diretrizes de arqueologia subaquática.

	Portaria IPHAN nº 28	2003	Institui o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).	Cria sistema de registro oficial de sítios arqueológicos, essencial para a gestão e monitoramento da pesquisa.
	Portaria Interministerial nº 419	2011	Regulamenta a atuação conjunta de FUNAI, FCP, IPHAN e Ministério da Saúde nos processos de licenciamento ambiental federal, garantindo avaliação de impactos sociais, culturais e ambientais	Garante a participação obrigatória do IPHAN na análise de empreendimentos que possam afetar sítios e coleções arqueológicas. Fortalece a arqueologia preventiva, assegura proteção, documentação e mitigação de danos ao patrimônio arqueológico e promove coordenação entre instituições, integrando ética, multivocalidade e responsabilidade social na preservação do patrimônio.
	Portaria Iphan nº 159	2016	Regulamenta Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).	Institui procedimento formal para ajustes e responsabilidades em empreendimentos que impactem sítios arqueológicos.
	Portaria Iphan nº 195	2016	Procedimentos para movimentação de bens arqueológicos em território nacional.	Regula transporte e movimentação de acervos arqueológicos.
	Portaria Iphan nº 197	2016	Solicitação de remessa de material arqueológico para análise no exterior.	Define regras para exportação temporária de material arqueológico para estudos científicos.
	Portaria nº 375	2018	Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN.	Padroniza diretrizes de preservação do patrimônio cultural, incluindo sítios arqueológicos.
	Portaria IPHAN nº 316	2019	Procedimentos para identificação e	Define critérios técnicos e administrativos para registro e

			reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan.	reconhecimento de sítios arqueológicos.
Portaria IPHAN nº 317	2019		Diretrizes para análise da comprovação de atividades científicas do arqueólogo (Lei nº 13.653/2018).	Consolida exigências da Lei nº 13.653/2018 na prática profissional.
Portaria Iphan nº 271	2025		Conservação de bens arqueológicos móveis; cria Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, Termo de Recebimento e Ficha de Cadastro.	Organiza curadoria de coleções, garantindo rastreabilidade, conservação e registro oficial de acervos arqueológicos.
Resolução CONAMA nº 001	1986		Estabelece diretrizes para EIA/RIMA.	Inclui o patrimônio cultural/arqueológico nas avaliações de impacto ambiental, consolidando a arqueologia preventiva no licenciamento ambiental.
Decreto nº 6.844	2009		Reorganiza a estrutura regimental do IPHAN.	Reforça a competência institucional do IPHAN na gestão do patrimônio arqueológico.
IN IPHAN nº 01	2015		Regulamenta a arqueologia no licenciamento ambiental.	Estabelece fases obrigatórias (diagnóstico, resgate, curadoria, educação patrimonial).
IN IPHAN nº 01	2025		Atualiza procedimentos de gestão de acervos e uso do SINAU.	Detalha curadoria de coleções arqueológicas e integração com políticas públicas.
Memorando Circular nº 14	2012		Revoga orientações sobre Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo do Memorando nº 002/2008 GEPAM/DEPAM.	Atualiza procedimentos técnicos, promovendo padronização no diagnóstico arqueológico.

	Ofício Circular nº 58/2018/CNA/DEPAM- IPHAN	2018	Diretrizes sobre procedimentos de pesquisa arqueológica.	Orienta metodologias e procedimentos, promovendo uniformidade no manejo dos sítios arqueológicos.
--	---	------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Solange Bezerra Caldarelli (2015), em seu trabalho sobre a arqueologia preventiva enquanto uma confluência da arqueologia pública e do licenciamento Ambiental, trata brevemente sobre a legislação e o impacto no desenvolvimento e expansão da disciplina. Segundo a autora, a arqueologia preventiva desempenha um papel fundamental na intensificação das pesquisas arqueológicas em todo o mundo, contribuindo para ampliar nosso conhecimento sobre o passado, especialmente em regiões pouco exploradas pela pesquisa acadêmica convencional, promovendo também a revisão de resultados de estudos anteriores.

No contexto brasileiro, a Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988, do IPHAN, foi a primeira a regulamentar a prática da pesquisa arqueológica, diretamente orientada pela Lei nº 3.924/1961 (BRASIL, 1961). Ela estabeleceu os procedimentos necessários para a solicitação de permissão e autorização de pesquisas arqueológicas, orientando os elementos que constituem os projetos e relatórios técnicos, além de considerar a divulgação do conhecimento gerado como parte integrante do processo. A produção desse conhecimento é vista como fundamental para compensar os danos causados ao patrimônio cultural do Brasil (BRASIL, 1988; Caldarelli 2015).

Posteriormente, com influência também da Lei nº 6.938/1981 (BRASIL, 1981), a Lei dos Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/1998 (BRASIL, 1998) – e a Portaria IPHAN nº 230/2002 (IPHAN, 2002), reforçou-se a importância da pesquisa arqueológica e da divulgação do conhecimento científico no país.

A Lei nº 9.605/1998 trata especificamente dos crimes contra o patrimônio cultural, impondo sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estabelecendo a obrigação de reparar os danos causados ao patrimônio cultural. Na Seção IV, que trata dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, os arts. 63 e 64 preveem pena respectivamente por alterar o aspecto ou construir em local sem considerar o “seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida” (BRASIL, 1998, arts. 63-64).

Já a Portaria IPHAN nº 230/2002 definiu os procedimentos esperados pelo IPHAN para projetos associados à pesquisa de arqueologia preventiva, visando compatibilizar a pesquisa com as fases dos empreendimentos. Além de esclarecer os procedimentos, essa portaria manteve a necessidade de submissão de projetos ao IPHAN, reconhecendo implicitamente a arqueologia preventiva como uma disciplina científica.

Ainda conforme Caldarelli (2015), a Portaria Interministerial 419/2011 introduziu medidas de mitigação e correção, programas de proteção e resgate arqueológico em projetos potencialmente prejudiciais ao patrimônio arqueológico, bem como a necessidade de Educação Patrimonial. No entanto, a geração de conhecimento científico foi negligenciada. Essa lacuna foi posteriormente preenchida pela Instrução Normativa IPHAN 01-2015 e a Portaria Interministerial 60-2015, que destacaram a divulgação científica como um objetivo central das pesquisas arqueológicas preventivas. Assim, o IPHAN reconhece a importância de gerar conhecimento sólido como parte integral desse processo, visando à proteção e compreensão do patrimônio arqueológico do Brasil.

É com base na legislação que integra o escopo da pesquisa arqueológica no Brasil, bem como na expansão da disciplina enquanto ciência acadêmica, que tem sido possibilitada a construção de metodologias capazes de suprir uma demanda profissional a partir do fluxo de processos de licenciamento. Por um lado, a urgência dos prazos para execução e atender tais demandas econômicas, por outro, a importância de produzir narrativas e conhecimento arqueológico acerca da ocupação do território de forma integrativa e confiável. Nesse sentido, a gestão dos processos se torna cada vez mais evidentes e complexas.

O arcabouço legislativo ao contemplar a pesquisa, a proteção e a preservação vinculada à gestão integrada entre os entes envolvidos, embora desafiadores, tem fornecido um retorno para a sociedade como um todo. Além da preservação cultural, têm sido fomentados, ainda que de maneira discreta, avanços tecnológicos, centros de pesquisa, programas de socialização, dentre outros que asseguram que a pesquisa arqueológica produza conhecimento metodológico, científico e social relevante (Campos; Rodrigues; Funari, 2017).

Esse expansionismo da arqueologia brasileira, no entanto, suscitou preocupações de acadêmicos e dos gestores, sobretudo quando realizada de maneira assimétrica com as comunidades interessadas, sendo necessária uma gestão que integra as diversas partes sociais e econômicas a fim de promover a mitigação dos riscos (Campos; Rodrigues; Funari, 2017).

Esse fazer arqueológico compreende um emaranhado de prerrogativas que são atravessadas por diferentes camadas de exigências, normativas, científicas e éticas, que orientam cada etapa do trabalho, desde a coleta de dados em campo até a curadoria e a

interpretação das coleções. As dimensões normativas garantem que a prática arqueológica esteja em conformidade a legislação local. As éticas asseguram o compromisso com as comunidades, com o patrimônio e com a própria disciplina. E as científicas, fundamentam a produção de conhecimento com rigor metodológico e analítico. Assim, a arqueologia se constitui em um emaranhado de responsabilidades múltiplas, que reforçam sua natureza complexa e sua inserção em um campo onde ciência, sociedade e política se encontram.

A arqueologia mesmo com sua robusta legislação, ainda enfrenta dilemas éticos. Funari e Robrahn-González (2008) fazem essa reflexão pela perspectiva do capitalismo, esse que no contexto nacional é o que garante a robustez das pesquisas atuais, ou seja, ela é basicamente instrumentalizada pelos interesses econômicos. Nesse processo, os profissionais podem sofrer pressões que chegam a orientar a ocultação de vestígios para não inviabilizar empreendimentos, demonstrando a tensão entre a pesquisa científica e os interesses do mercado (Funari; Robrahn-González, 2008).

Pensar a ética em arqueologia significa reconhecer que cada escolha metodológica, interpretativa e curatorial está atravessada por valores e responsabilidades que extrapolam a dimensão técnica. A prática arqueológica não se reduz à coleta de dados em campo, mas envolve um contínuo processo de reflexão que se estende ao tratamento das coleções, ao diálogo com comunidades e ao modo como os resultados são socializados.

Nesse sentido, a ética não pode ser vista apenas como um conjunto de normas externas, mas como um eixo constitutivo do fazer arqueológico, orientando o arqueólogo diante das pressões institucionais e mercadológicas, e se comprometendo com a preservação da materialidade e com a legitimidade das interpretações produzidas.

O Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) reforça essa dimensão ao afirmar que a ética deve ser entendida como uma construção político-contextual, que envolve o respeito ao coletivo, à própria disciplina e a uma postura contrária à mercantilização da cultura material. Esses princípios iluminam a prática profissional em três eixos interdependentes: a relação entre arqueólogos e arqueólogas, o diálogo com pessoas e coletivos, e o tratamento da materialidade arqueológica. Em cada um desses aspectos, as responsabilidades éticas se articulam ao processo de produção do conhecimento, desde a obtenção de dados até sua interpretação (SAB, 2016).

No que diz respeito à coleta de dados, a ética orienta o arqueólogo a respeitar normas culturais e sociais das comunidades envolvidas, a considerar os impactos políticos e ambientais de sua prática e a recusar contratos de sigilo que impeçam a divulgação dos resultados. Já no campo da curadoria, os princípios éticos asseguram que a materialidade seja preservada como

bem coletivo, vedando a comercialização de vestígios e reforçando a importância da salvaguarda das coleções e da documentação associada. Por fim, na interpretação, a ética exige uma reflexividade que se atenta à pluralidade de vozes e narrativas e do reconhecimento de que o fazer arqueológico científico vai além da esfera acadêmica, sendo de fundamental importância o diálogo com as comunidades locais, com os povos originários e com os grupos afetados pelas pesquisas (Atalay, 2008; Hodder, 2003).

Quando se trata de coleções descontextualizadas, esse horizonte ético se torna ainda mais relevante. A ausência de registros de campo e de informações contextuais impõe ao pesquisador a necessidade de adotar práticas interpretativas sensíveis e responsáveis, que evitem a reificação da materialidade e a produção de narrativas simplistas. A ética, nesse caso, opera como um guia que impede que a pesquisa se reduza à mera descrição técnica, estimulando uma abordagem crítica que insere a coleção em debates mais amplos sobre memória, identidade e produção social do espaço. Assim, a prática arqueológica ética, dentro e fora de campo, reafirma que a materialidade arqueológica é um bem coletivo e que sua interpretação deve estar comprometida com a diversidade de vozes e significados que a constituem.

As coleções e os sítios arqueológicos para além de serem objetos de estudos científicos, também elementos repletos de memória, identidade e significado e precisam ser reconhecidos e respeitados nas práticas arqueológicas (Funari; Robrahn-González, 2008). Essa perspectiva se articula com os princípios do pós-processualismo, que defendem a interpretação multivocal do registro arqueológico, reconhecendo que cada ator social, pesquisador, comunidade ou instituição, contribui para a produção de sentidos e significados (Hodder, 2003).

A ética na arqueologia envolve decisões contínuas sobre como investigar, documentar, curar e divulgar os achados, especialmente no contexto de coleções descontextualizadas, comuns em áreas urbanas ou provenientes de projetos de infraestrutura. A ausência de registros precisos de proveniência limita a interpretação científica, tornando ainda mais urgente a necessidade de práticas éticas que preservem a integridade do patrimônio e respeitem os interesses comunitários (Atalay, 2008). A responsabilidade do arqueólogo não se restringe à proteção material; ela abrange a transparência dos procedimentos, a mediação entre interesses acadêmicos, legais e sociais, e o engajamento com as comunidades locais, valorizando seus saberes e narrativas.

Nesse contexto, a Arqueologia Preventiva surge como um campo estratégico, conectando a formação acadêmica à prática profissional em campo. Projetos de licenciamento de empreendimentos têm impulsionado sua expansão, mas ainda existe uma dicotomia entre a Arqueologia acadêmica e a preventiva. Zanettini e Wichers (2014) enfatizam a necessidade de

integração curricular, incorporando gestão do patrimônio, comunicação e técnicas preventivas, bem como a articulação entre universidades, empresas e órgãos de gestão, visando formar profissionais capacitados para atuar de forma ética, reflexiva e socialmente responsável.

A abordagem de arqueologia pelas gentes, proposta por Wichers (2013), reforça essa perspectiva, defendendo a participação ativa das comunidades locais na investigação e gestão do patrimônio arqueológico. Ao incorporar os saberes e memórias das populações que convivem com os sítios, essa prática promove interpretações mais ricas, contextualizadas e socialmente relevantes. O diálogo contínuo com as comunidades permite que a arqueologia não apenas compreenda o passado, mas também contribua para a preservação da memória coletiva e a valorização do patrimônio cultural.

A conservação do patrimônio arqueológico complementa esse quadro, assumindo um papel ético fundamental. Froner (1995) destaca que a conservação preventiva garante a integridade material dos artefatos e preserva seu potencial de investigação, prevenindo a deterioração causada por agentes internos e externos. Em coleções descontextualizadas, onde muitas informações originais se perdem, a conservação preventiva se torna central para assegurar que os objetos continuem como testemunhos confiáveis e acessíveis para pesquisas futuras. A interdisciplinaridade é crucial nesse processo, combinando conhecimentos de química, biologia, física e museologia com princípios éticos, de modo a proteger a autenticidade e o significado cultural dos bens arqueológicos.

A articulação entre ética, multivocalidade e conservação preventiva fortalece a responsabilidade social e científica da arqueologia. Cada decisão tomada em campo, laboratório ou curadoria deve considerar o impacto sobre o patrimônio, as comunidades e o conhecimento gerado. A legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018, regulamenta a profissão de arqueólogo e estabelece responsabilidades técnicas e legais, reforçando que a prática arqueológica deve ser reflexiva, transparente e comprometida com o bem-estar social e a preservação cultural.

A ética na arqueologia brasileira deve ser compreendida como prática reflexiva, integrada e multivocal. A Arqueologia Preventiva, aliada à conservação preventiva, permite que o patrimônio material e imaterial seja protegido e interpretado de forma crítica e inclusiva, incorporando múltiplas vozes e saberes. Essa perspectiva garante que o trabalho arqueológico seja socialmente relevante, acadêmico e tecnicamente rigoroso, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e o fortalecimento da memória coletiva das comunidades envolvidas. É nesse terreno fértil que a arqueologia pública pode florescer como uma ciência verdadeiramente democrática.

2.3. Gestão arqueológica – Dos dados de campo, do laboratório às coleções museológicas

Enquanto campo do conhecimento, a arqueologia tem passado por constante evolução, marcada por avanços significativos nas últimas décadas, impulsionados pela crescente conscientização da importância da preservação do patrimônio cultural e pelo desenvolvimento de instituições e legislações voltadas para esse fim. No entanto, essa expansão e amadurecimento da arqueologia trouxeram consigo novos desafios operacionais e a necessidade de sistematização de dados em todas as etapas da pesquisa arqueológica.

Ao analisar a arqueologia no Brasil, é evidente que se trata de um campo ainda em processo de desenvolvimento, enfrentando desafios teóricos, legislativos e práticos. No entanto, essa situação não diminui o comprometimento de muitos pesquisadores que buscam estabelecer metodologias sólidas e produzir conhecimento substancial para fortalecer os alicerces da arqueologia no país.

Nas últimas décadas, a arqueologia no contexto ocidental passou por um significativo processo de revisão teórica e diversificação metodológica, levando a um pluralismo sem precedentes na disciplina. Esse movimento destacou a necessidade de uma arqueologia mais reflexiva e consciente de seu papel social.

No cenário brasileiro, embora a arqueologia esteja ganhando relevância na sociedade, a discussão sobre o papel do arqueólogo, especialmente em relação ao poder de avaliação e preservação do patrimônio arqueológico, está apenas começando. O desafio futuro reside na adoção de uma base teórico-metodológica adequada às questões nacionais e na promoção de uma prática de pesquisa arqueológica voltada para a comunicação e educação da sociedade, superando o isolamento histórico da disciplina e a falta de uma base teórica adaptada às condições locais (Barreto, 2000).

A prática arqueológica envolve diversas etapas, desde a prospecção e reconhecimento de possíveis sítios arqueológicos até a análise em laboratório e a interpretação dos dados. Nesse sentido, a gestão arqueológica abrange o planejamento, organização e coordenação de projetos arqueológicos, incluindo a alocação de recursos, a conformidade com regulamentações e a preservação das descobertas. Ambas desempenham um papel essencial na pesquisa, preservação e interpretação do patrimônio arqueológico, contribuindo para a compreensão de sociedades antigas e culturas, bem como para a construção da identidade cultural e histórica (Barker, 2013).

Gestão, ou gerenciamento é o processo de conduzir e dirigir organizações para alcançar metas específicas e no contexto do patrimônio arqueológico, ela envolve a proteção e

administração de sítios arqueológicos, considerando sua relação com a história e a sociedade contemporânea. A gestão eficaz desse patrimônio requer conhecimentos aprofundados em arqueologia, mas também em áreas como direito, história, antropologia, gestão cultural, economia e planejamento. Seu objetivo central é preservar os sítios arqueológicos, formando especialistas e promovendo a cooperação internacional. Gerir envolve compreender elementos, fontes, recursos e partes envolvidas, visando à qualidade das ações e tem a missão de abranger a preservação dos sítios arqueológicos, pesquisa, interpretação e compartilhamento com a sociedade, promovendo a conscientização da preservação (Pardi, 2002).

Pardi (2002) enfatiza a dimensão macro, vinculada à formulação de políticas públicas, à gestão institucional e à urgência de dar visibilidade social ao patrimônio arqueológico, enquanto Ballardo (2013) se debruça sobre a escala micro, evidenciando o cotidiano da curadoria e da documentação arqueológica como práticas técnicas e científicas que asseguram a preservação material e informacional dos acervos. Embora apoiadas em duas perspectivas distintas, ambas convergem para a mesma premissa e revelam que a preservação do patrimônio depende tanto de políticas estruturantes quanto da execução cuidadosa dos procedimentos que garantem sua continuidade no tempo.

Em seu trabalho sobre as perspectivas da musealização do patrimônio arqueológico em Rondônia, Bertolo (2017) integra as duas perspectivas de gestão arqueológica, ela demonstra como as coleções, que tem sido intensamente agregada a partir da arqueologia de contrato, precisam ser incorporadas em instituições que não apenas armazenem, mas socializem esses acervos. Dessa forma, a autora reforça que a preservação efetiva só é alcançada quando as políticas macro e os procedimentos micro convergem em projetos institucionais que garantam acesso, visibilidade e participação social.

Um dos desafios relacionados à gestão do patrimônio arqueológico está em compreender o material não apenas como um objeto de investigação a ser analisado no laboratório, mas também como uma parte integrante dos dados de campo e fundamental para a construção da narrativa. Frequentemente, a gestão de coleções se concentra na sua preservação após serem alocadas em instituições de guarda, dando menos atenção aos processos de gerenciamento durante a pesquisa, quando as coleções estão sob posse do laboratório ou da empresa responsável pelos estudos (Ballardo, 2013; Ballardo; Milder, 2016).

Santos e Mendonça (2019) defendem em seu trabalho a gestão apropriada de coleções arqueológicas é vital para preservar, interpretar e valorizar artefatos históricos e culturais. Museus e laboratórios de pesquisa desempenham um papel crucial nesse processo, não apenas conservando, mas também criando narrativas sobre as realizações humanas. Alinhar os

procedimentos de gestão com a estrutura da instituição é essencial para evitar inconsistências na interpretação. A colaboração com instituições que fornecem endosso institucional é comum, especialmente aquelas que coletam artefatos por meio de salvamentos acadêmicos ou contratos de arqueologia preventiva.

A gestão de coleções envolve a preservação a longo prazo, a segurança física dos artefatos e a documentação detalhada, essencial para interpretar os achados arqueológicos. Estabelecer protocolos para entrada, registro e manutenção das coleções permite melhorar pesquisa, conservação e disseminação de informações. As coleções arqueológicas representam testemunhos da experiência humana ao longo do tempo, e a interpretação adequada fornece informações valiosas sobre sociedades passadas. Portanto, a gestão eficaz dessas coleções é essencial para preservar o patrimônio cultural e compartilhar informações sobre as trajetórias das sociedades ao longo da história (Santos E Mendonça, 2019).

É crucial reconhecer a importância de estabelecer procedimentos que definam políticas institucionais e protocolos mínimos para a entrada e gestão de coleções. A criação desses protocolos visa a estabelecer condutas que protegerão museus e laboratórios de pesquisa quando concedem endosso institucional. É imperativo que as atividades de uma instituição, especialmente em relação a diferentes tipos de coleções, promovam a interação entre Museologia e Arqueologia, sempre considerando o futuro das coleções e da informação arqueológica. (Santos; Mendonça, 2019).

Dois pontos materiais são fundamentais para tratar inicialmente a gestão laboratorial. O primeira se trata dos dados de campo pela perspectiva do registro e das coletas materiais e o segundo pelos processos curatoriais capazes de atuar em prol da conservação, do inventário e das análises.

No livro "Manual de Arqueologia Pré-Histórica" (2006), Nuno Ferreira Bicho aborda a formação do registro arqueológico, tratando da importância de entender a formação dos sítios arqueológicos no decorrer do tempo, considerando os processos naturais e culturais. Ele destaca a necessidade de analisar a estratigrafia, a sedimentação, os processos de deposição e a relação entre artefatos, estruturas e amostras para datar e interpretar os sítios arqueológicos e defende que esse é “um dos aspectos mais importantes da investigação arqueológica” (p.381).

Ainda conforme Bicho (2006), as matérias primas produtoras dos vestígios arqueológicos devem ser mapeadas a fim de identificar suas origens, o que também pode potencializar as interpretações. O foco está na importância de identificar a proveniência das matérias-primas, ou seja, de onde elas foram extraídas, como pedra, cerâmica, ou outros

materiais, pois isso fornece dados valiosos sobre a mobilidade e o comércio das antigas sociedades.

Essa formação do registro arqueológico, no entanto, perpassa para além do objeto coletado e da compreensão da sua deposição, sendo fundamental também a leitura do espaço como um todo.

A vida social em todas as suas dinâmicas envolve interações entre as pessoas e a paisagem, gerando assim modificações permanentes que se tornam registro arqueológico. Os grupos sociais e seus sistemas culturais possuem formas distintas de moldar o meio em que vive, seja por questões de subsistência, econômica, social, religiosa, ou qualquer outro tipo de interação com o espaço. Estudar a paisagem dentro da perspectiva arqueológica potencializa a compreensão das ocupações e transformações da paisagem pelos grupos sociais, influenciados, limitados ou motivados por ela, inclusive, as coletas de informações sobre o espaço ocupado pelas sociedades, são fundamentais para interpretar a distribuição de artefatos portáteis (Zedeño, 1997; Lino, 2012).

Segundo Lino (2012), tanto na Geografia quanto na Arqueologia, a paisagem possui o mesmo significado, podendo ser definida como um determinado espaço organizado, cuja natureza é transformada e transformadora da cultura humana ali estabelecida.

A paisagem arqueológica nas últimas décadas, influenciada pela geografia cultural e pelas críticas pós-processualistas, passou a ser concebida como um fenômeno cultural, socialmente construído e ideologicamente carregado. Julian Thomas (2001) enfatiza a complexidade do conceito, possuindo o termo “paisagem”, múltiplos significados. Ela pode significar tanto a topografia de um lugar, o espaço e a porção de terra, como também objeto, uma experiência e uma representação. Em outras palavras, ela pode ser simultaneamente material e simbólica, corporal e discursiva, histórica e atual, sendo continuamente produzida por práticas cotidianas, movimentos, narrativas e interações.

A arqueologia contemporânea já reconhece que a paisagem pode integrar muitas informações sobre o passado. Essa nova perspectiva de fazer arqueológico, no entanto, não abandona o trabalho de identificar e mapear vestígios no campo, mas propõe que eles sejam usados de outra forma, que além de reconstruir economias ou modos de uso da terra, também tem potencial para refletir sobre os mundos de significado construídos pelas pessoas no passado (Thomas, 2001).

A interpretação arqueológica a partir dessa abordagem, permite que o espaço seja compreendido como um campo de relações, memórias e práticas, e não apenas como um suporte neutro para objetos. Afinal, cada vestígio carrega consigo não apenas uma função, mas também

uma história, uma intenção e uma presença simbólica que merece ser escavada com sensibilidade e profundidade.

Retomando à gestão arqueológica, os processos curatoriais, embora em grande parte laboratoriais, se iniciam no momento do registro arqueológico. Ela deve ser compreendida não somente com base no objeto coletado, mas considerar também os documentos como parte do acervo (Ballardo; Milder, 2016).

Esse processo de observação, georreferenciamento, coleta de vestígios, anotações e organização, garante a gênese de todo o processo que compreensão do sítio e do contexto social a ele associado. Bertolo (2017) chama esse processo do que na arqueologia já é familiarizado, como cadeia operatória, o que contempla as etapas de aquisição, salvaguarda e comunicação, que embora pela perspectiva do diagnóstico museológico, podemos utilizar como forma de compreender o contexto arqueológico, gerando sua interpretação e por fim, a construção da narrativa. Já Bruno (2020) destaca a importância desses procedimentos curatoriais de conservação, documentação, exposição e ações educativas, os considerando como verdadeiras “cadeias operatórias de ações técnicas e científicas” (p.16).

Embora não haja uma normatização e sistematização acerca da documentação museológica arqueológica, algumas instituições têm buscado desenvolver experiências que visam preservar informações, gerenciar dados e promover a integração entre as informações arqueológicas e museológicas. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA) propôs a criação de um instrumento museológico documental, que com o objetivo de complementar as informações do acervo, gerencia os sítios arqueológicos, intercambiando assim, informações entre objetos e contextos espaciais. O Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná (MAA-UFPR), estruturou um dossiê dividido em quatro partes, organizando dados geográficos, metodológicos, quantitativos e qualitativos. O LEPA/UFPel⁷ desenvolveu o PGAArq⁸, com foco na integração entre acervos e registro de sítios; e o LEPA/UFSM⁹ implantou um sistema documental que acompanha o processo desde o salvamento arqueológico até o laboratório, padronizando métodos e classificações (Ballardo, 2013; Ballardo; Milder, 2016).

Ao contemplar o segundo ponto fundamental na gestão arqueológica, a curadoria pode ser definida como o sistema que integra as ações relacionadas à coleção, sendo o conjunto de

⁷ Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas.

⁸ Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico.

⁹ Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.

mecanismos técnicos e científicos que envolvem a aquisição, a interpretação, a documentação e a divulgação dos acervos. (Dias, 2018), Ela deve ser realizada sistematicamente conforme um plano previamente estabelecido, para que seja necessária a integração ao laboratório com as informações necessárias para atingir o potencial investigativo.

A gestão de coleções e a curadoria arqueológica configuram processos fundamentais para a preservação e comunicação do patrimônio arqueológico, envolvendo desde o campo até as instituições de guarda. A curadoria, nesse contexto, não se restringe ao espaço laboratorial e museológico, mas começa ainda na escavação, quando o responsável delimita formas de acondicionamento e registro dos materiais, garantindo a preservação tanto dos objetos quanto das informações associadas. Cada peça recebe numeração de campo, associada a registros fotográficos, croquis e diários, sendo depois sistematizada no laboratório com procedimentos de higienização, marcação e catalogação institucional (Ballardo, 2015, p. 102-104).

Antes de qualquer início de procedimentos relacionados à análise e curadoria do material arqueológico, é fundamental ter ciência de que a ação de prospecção ou resgate resultará na destruição do sítio arqueológico, já que todos os vestígios arqueológicos perdem instantaneamente seu contexto original após a remoção. Portanto, é de extrema importância implementar procedimentos técnicos que tenham como objetivo garantir a preservação e conservação desses vestígios fora do solo e do contexto original, proporcionando a cada peça as salvaguardas necessárias para manter as condições ideais de conservação em todas as etapas, levando em consideração as particularidades de cada tipo de material. Por isso, a conservação deve ser compreendida como parte constitutiva da prática arqueológica, iniciando-se ainda no planejamento do projeto, e não apenas após a coleta do material. Seu objetivo central é duplo: garantir a preservação física dos vestígios e assegurar a manutenção das informações contextuais que dão sentido a esses objetos. (Stanley-Price, 1984; Ferreira, 2023).

Em campo, Stanley-Price (1984) define a necessidade de realizar os procedimentos técnicos básicos de conservação com a finalidade de garantir tanto a preservação física dos materiais quanto a manutenção das informações contextuais, utilizando como ponto central a interdisciplinaridade. Como base desse trabalho, essa concepção tratada pelo autor corrobora de fato a necessidade de uma atuação na perspectiva holística.

Dos procedimentos, o autor trabalha em conjunto com a justificativa acerca das problemáticas físicas e naturais no que tange os contextos deposicionais. Ao tratar das ações voltadas ao registro sistemático, coleta cuidadosa, acondicionamento imediato, estabilização de materiais frágeis e transporte adequado até os laboratórios ou instituições de guarda, ele ressalta

que o arqueólogo deve trabalhar em conjunto com conservadores, químicos, geólogos e outros especialistas, de forma a garantir a integridade dos achados.

Os vestígios arqueológicos não devem ser apenas preservados, mas também interpretados e comunicados à sociedade, integrando conservação, curadoria e musealização. A conservação em arqueologia não é apenas uma prática técnica, mas parte fundamental do processo de produção de conhecimento e de salvaguarda do patrimônio cultural (Stanley-Price, 1984).

Dos processos curatoriais já em laboratório, se destacam os procedimentos detalhados de higienização, catalogação, etiquetagem, análise e acomodação. Cada etapa é documentada em planilhas de inventário, fichas de cadastro, registros fotográficos e relatórios de análise laboratorial, assegurando a rastreabilidade e a confiabilidade científica das coleções (Ferreira, 2023). Essa organização permite não apenas a preservação física dos objetos, mas também o pleno aproveitamento de seu potencial interpretativo, transformando cada artefato em um elemento significativo para a reconstrução das sociedades do passado.

A curadoria é também uma prática epistemológica e ética, pois garante que os vestígios arqueológicos sejam disponibilizados para pesquisa, educação e socialização, permitindo que o patrimônio cultural cumpra sua função de memória coletiva. A integração entre políticas institucionais e procedimentos técnicos diários é fundamental para que as coleções permaneçam acessíveis, preservadas e interpretáveis, evitando lacunas que possam comprometer a continuidade do conhecimento arqueológico (Pardi, 2002; Bertolo, 2017).

3. DESCONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA: PROBLEMÁTICAS, LIMITES E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS

A noção de contexto ocupa posição central na prática arqueológica, constituindo-se como o principal elemento que confere significado científico à cultura material. Diferentemente de uma perspectiva antiquarista, que valoriza o objeto por sua raridade ou estética, a arqueologia fundamenta suas interpretações na relação entre os vestígios, o espaço, a estratigrafia e os processos de deposição.

Na sua definição clássica, o contexto é a rede de informações físicas que permite a interpretação de um artefato. A compreensão arqueológica que atribui valor científico ao objeto

depende da articulação entre três elementos que permitem reconstruir não apenas a cronologia, mas também os comportamentos humanos que originaram os vestígios. O primeiro elemento é a matriz, que é o material físico que se associa ao achado. Em seguida, a proveniência, que é a posição do objeto dentro da matriz, conferindo sua locação horizontal e vertical em deposição. Por fim, a associação entre os elementos articulados com outros que são capazes de identificar as atividades humanas. Quando esses vínculos são rompidos, o artefato perde parte substancial de sua capacidade explicativa, tornando-se fragmentado em termos informacionais, tornando-se apenas peças isoladas (Renfrew e Bahn, 2016).

Consolidada pela Arqueologia Processual, a noção de contexto, foi revolucionada pelas contribuições de Schiffer (1972), que compreendeu distinção entre o contexto sistêmico (quando o objeto faz parte de um sistema comportamental vivo) e o contexto arqueológico (quando o objeto interage apenas com o ambiente natural após o descarte). Schiffer demonstrou que o registro arqueológico não é um reflexo direto do passado, mas o produto de processos de formação culturais (*C-transforms*) e naturais (*N-transforms*). Embora essa abordagem tenha trazido rigor científico, ela manteve uma ênfase predominantemente funcionalista, tratando os objetos como indicadores de adaptação ambiental e comportamento humano padronizado.

Considerando essas uma visão limitada pela perspectiva processual, Ian Hodder promoveu uma redefinição mais ampla do conceito de contexto. Para Hodder (1986; 1987), o contexto não se restringe à localização física ou à associação estratigráfica, mas constitui uma rede complexa de significados históricos, sociais e simbólicos. A cultura material passa a ser entendida como um texto, cujo sentido só pode ser interpretado a partir das relações estabelecidas entre objetos, práticas e valores culturais específicos.

A perda ou precariedade dos dados de campo compromete a construção de narrativas baseadas na associação entre cultura material, espaço e estratigrafia, exigindo abordagens interpretativas mais críticas e reflexivas sobre o próprio fazer arqueológico. A formação de acervos descontextualizados está frequentemente associada a práticas de campo apressadas, à precariedade dos registros, à descontinuidade institucional e às pressões impostas por empreendimentos de licenciamento. Essa ausência de dados não é neutra, ela reflete relações de poder, prioridades econômicas e modelos de atuação que impactam diretamente a qualidade da produção científica.

Essa mudança teórica implica também uma crítica direta ao cientificismo e à pretensão de neutralidade da arqueologia processual. Ao reconhecer que toda interpretação é situada, Hodder (2003) argumenta que o próprio arqueólogo faz parte do contexto interpretativo, sendo influenciado por seus referenciais teóricos, políticos e sociais. Assim, o contexto arqueológico

passa a incluir não apenas os vestígios do passado, mas também as condições contemporâneas de produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, o contexto é compreendido como uma construção relacional que articula os vestígios materiais, suas associações e os processos que condicionam sua recuperação, registro e interpretação. O registro arqueológico deixa, portanto, de ser visto como reflexo passivo do passado, sendo entendido como resultado de múltiplas mediações.

Com essa ampliação conceitual, a descontextualização arqueológica não se configura apenas como uma limitação técnica decorrente da ausência de registros estratigráficos ou de informações de proveniência, mas como um fenômeno que revela fragilidades mais amplas nos modos de produção do conhecimento arqueológico.

No caso desta dissertação, essa perspectiva adquire centralidade ao considerar o processo de execução do projeto vinculado à DESO, no qual fatores como delimitação das áreas de intervenção, restrições de acesso, prazos operacionais, diretrizes do licenciamento ambiental e decisões metodológicas impactam diretamente a constituição do registro arqueológico. Tais condicionantes interferem na densidade e na distribuição dos vestígios identificados, bem como na representatividade das amostras analisadas, configurando um contexto que não se restringe ao sítio, mas se estende às circunstâncias de sua própria produção enquanto dado arqueológico.

Ao mesmo tempo, a perspectiva pós-processual oferece caminhos interpretativos que não dependem exclusivamente do contexto estratigráfico. A análise da cultura material a partir de seus aspectos tecnológicos, formais, decorativos e funcionais permite construir leituras que dialogam com redes mais amplas de significados históricos e sociais. Ian Hodder em sua obra *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things* (2012), propõe a teoria do emaranhamento, demonstrando como objetos e seres humanos mantêm relações de dependência e restrição mútuas. Mesmo deslocados de seus contextos originais, os artefatos preservam marcas de práticas, escolhas técnicas e valores culturais que podem ser interpretadas por meio de comparações tipológicas, análises tecno-morfológicas e referenciais históricos.

Além disso, a valorização da multivocalidade amplia as possibilidades de interpretação ao reconhecer que os objetos arqueológicos não possuem um único significado fixo. Diferentes narrativas como as acadêmicas, as institucionais, as comunitárias e as patrimoniais, podem ser construídas a partir dos mesmos vestígios, atribuindo novos sentidos à cultura material. Assim, as coleções descontextualizadas deixam de ser vistas apenas como registros incompletos do passado e passam a ser compreendidas como elementos ativos na produção de memória, identidade e reflexão crítica sobre a própria prática arqueológica.

3.1. O Fenômeno da Descontextualização e a Crise Curatorial

O estudo de coleções descontextualizadas exige uma abordagem que combine crítica institucional, reflexão teórica e estratégias metodológicas alternativas. Em vez de buscar reconstruções totalizantes, a arqueologia interpretativa propõe leituras situadas, conscientes de suas limitações, mas abertas às potencialidades analíticas da cultura material. Assim, a descontextualização não deve ser entendida apenas como um déficit informacional, mas como expressão de práticas institucionais marcadas por descontinuidades, pressões administrativas e modelos de atuação que privilegiam a escavação em detrimento das etapas pós-escavação.

É nesse ponto que as contribuições de Barbara Voss (2012) se mostram particularmente relevantes para a compreensão crítica da chamada “crise da curadoria”, que “pode ser compreendida como um profundo desequilíbrio entre a contínua geração de coleções arqueológicas por meio das escavações e a ausência correspondente de recursos e de infraestrutura destinados ao tombamento, à análise, à elaboração de relatórios, à curadoria e aos demais cuidados necessários com esses acervos” (p.146)¹⁰. Para a autora, a principal justificativa para a incorporação e manutenção de coleções subanalizadas ou subpublicadas baseia-se na ideia de “restaurar o potencial de pesquisa” desses acervos, frequentemente acompanhada de um argumento ético, que, enquanto os vestígios arqueológicos *in situ* constituem um recurso frágil e em constante desaparecimento, as coleções sob curadoria representam um patrimônio crescente, cuja integridade e utilidade podem ser ampliadas por meio do uso responsável (Voss, 2012). No entanto, esse ideal entra em tensão com a prática arqueológica, marcada por longos intervalos entre escavação e análise, perda de registros de campo e documentação contextual precária.

Voss (2012) observa que, mesmo entre autores que defendem o estudo de coleções existentes, há o reconhecimento de que os materiais curados funcionam como um substituto imperfeito em relação ao registro preservado *in situ*. Esse paradoxo evidencia uma contradição central da arqueologia contemporânea, onde existe uma obrigação ética de curar e estudar acervos oriundos de escavações passadas, ao mesmo tempo em que se reconhece que o potencial informacional dessas coleções foi, em muitos casos, severamente comprometido.

Essa hierarquização entre escavação e curadoria reforça uma compreensão limitada da produção do conhecimento arqueológico, ao desconsiderar que os dados só adquirem sentido

¹⁰ Original: The curation crisis can be understood as a gross imbalance between the continued generation of archaeological collections through excavation, and a corresponding lack of resources and facilities devoted to accessioning, analysing, reporting, curating and otherwise caring for these collections.

pleno nas etapas pós-escavação, como análise, interpretação e divulgação. Quando a curadoria é tratada apenas como um suporte técnico, as discussões sobre sua crise tendem a se concentrar em questões operacionais, como financiamento e infraestrutura, deixando de lado implicações teóricas mais profundas. Para Voss, superar essa crise exige uma reorganização conceitual das epistemologias arqueológicas, reconhecendo a curadoria como uma prática produtora de conhecimento.

Nesse sentido, a curadoria não deve ser vista apenas como uma etapa posterior à escavação, mas como um espaço privilegiado de reflexão crítica sobre a cultura material, seus significados e suas trajetórias. A análise sistemática de coleções, mesmo quando descontextualizadas, permite revisar categorias analíticas, questionar modelos interpretativos consolidados e construir novas narrativas sobre o passado. Longe de representar apenas limitações, essas coleções podem se tornar campos férteis para o exercício de uma arqueologia reflexiva.

A trajetória de uma coleção descontextualizada também inclui a forma como ela é armazenada, nomeada e documentada nas instituições de guarda. Ballard (2021) destaca que o trabalho de curadoria faz parte da construção de sentido e que a documentação museológica pode dialogar com os registros de campo na recomposição de camadas de informação. No entanto, no contexto brasileiro, a prática arqueológica tem revelado fragilidades nesse processo. Costa e Fernandes (2020) apontam que muitos acervos carecem de informações básicas de proveniência, o que limita sua reutilização científica e reforça a necessidade de repensar os processos de coleta, documentação e curadoria.

Longe do ideal, ao tratarmos dessas coleções é preciso impor a objetividade na gestão dos dados e formação documental, assim, o curador não deve apenas aceitar passivamente essas limitações, é preciso ser criativo e estratégico ao pensar quais informações são realmente necessárias e possíveis de registrar, de modo a estruturar um sistema de documentação museológica viável, compatível com a realidade da coleção, além de ajustar expectativas às condições reais dos dados, e transformar essas limitações em um sistema organizado, coerente e funcional, capaz de sustentar tanto a gestão do acervo quanto novas pesquisas Ballard (2021).

Barbara Voss (2012) amplia essa discussão ao introduzir o conceito de coleções órfãs, definidas como acervos que perderam suporte institucional ou foram abandonados, tornando-se difíceis de gerir e de utilizar em pesquisas. Para a autora, os processos curatoriais não são apenas etapas da pesquisa, mas encontros significativos entre estudiosos e objetos. Essa perspectiva desloca a curadoria do campo meramente técnico para o campo da produção de conhecimento, reconhecendo-a como pesquisa em si.

3.2. Problemáticas e potencialidades das coleções descontextualizadas

A chamada crise curatorial é resultado direto do desequilíbrio entre a produção incessante de coleções e os recursos destinados à sua gestão. No Brasil ela se manifesta de forma aguda devido ao crescimento da arqueologia preventiva.

Pereira (2025) aponta que, embora o termo “*curation crisis*” não seja amplamente utilizado, os elementos que configuram essa crise estão presentes, sendo eles o acúmulo de coleções mal geridas, a ausência de políticas públicas eficazes e a desvalorização da curadoria como campo de pesquisa. Em suas palavras:

Na prática, a crise curatorial significa o acúmulo das coleções arqueológicas armazenadas com pouco planejamento e pesquisa para médio e longo prazo, sem políticas institucionais e governamentais que garantam que os acervos cumpram suas funções sociais de preservação física, informacional e social (p.5).

Essas coleções órfãs e descontextualizadas, longe de serem descartadas, podem ainda oferecer potenciais interpretativos se submetidas a metodologias críticas e integradas. Entre as principais problemáticas das coleções descontextualizadas estão:

- **Perda de informação contextual:** sem registros de proveniência, torna-se impossível reconstruir a posição original dos vestígios, o que limita análises estratigráficas e cronológicas (Costa e Fernandes, 2020).
- **Dissociação entre objetos e dados:** a falta de inventários consistentes gera coleções fragmentadas, dificultando a associação entre artefatos e seus registros (Waller e Cato, 2016; Pereira, 2025).
- **Acondicionamento precário:** muitos acervos permanecem em reservas técnicas sem triagem ou conservação adequada, acelerando processos de degradação física (Costa e Fernandes, 2020; Pereira, 2025).
- **Fragilidade institucional:** a ausência de políticas públicas claras e a sobrecarga das instituições de guarda perpetuam a invisibilidade desses materiais, reforçando a chamada crise curatorial (Voss, 2012; Pereira, 2025).

Esses fatores não apenas limitam o potencial científico, mas também fragilizam a função social do patrimônio arqueológico, afastando a sociedade de bens que deveriam ser acessíveis e significativos. Por outro lado, é possível identificar potencialidades mesmo em acervos descontextualizados, como:

- **Análises tecno-morfológicas e comparativas:** mesmo sem contexto estratigráfico, os artefatos podem ser estudados a partir de suas características formais, tecnológicas e estilísticas, permitindo construir parâmetros cronológicos e culturais (Albuquerque, 2001; Bandeira, 2011).
- **Ressignificação social:** a interdisciplinaridade entre arqueologia e museologia abre caminhos para aproximar o público desses acervos, seja por meio da extroversão das reservas técnicas (Pereira, 2017), seja pela valorização de narrativas multivocais.
- **Curadoria como pesquisa:** ao reconhecer a curadoria como prática investigativa, é possível transformar coleções órfãs em fontes de novos conhecimentos, como demonstrado no caso do Market Street Chinatown, estudado por Voss (2012).
- **Educação patrimonial:** mesmo descontextualizados, os objetos podem ser mobilizados em ações educativas, contribuindo para a construção de pertencimento e memória coletiva.

Assim, ainda que marcadas por lacunas informacionais, as coleções descontextualizadas podem ser mobilizadas como fontes de conhecimento e como instrumentos de educação patrimonial. Essas potencialidades revelam que a descontextualização não significa inutilidade. Pelo contrário, exige abordagens críticas e criativas que ampliem o escopo da arqueologia, deslocando o foco da estratigrafia para a cultura material e para os múltiplos sentidos que os objetos podem assumir.

O que se coloca a partir dessa compreensão é a necessidade de não assumir como natural as deficiências informacionais que marcam parte das pesquisas arqueológicas, tampouco normalizar a precariedade curatorial como estratégia de legitimação da produção de conhecimento a qualquer custo. A naturalização dessas condições implica o risco de generalizações analíticas e do enfraquecimento crítico da interpretação arqueológica.

É preciso reconhecer que a descontextualização constitui uma condição concreta e recorrente em determinados conjuntos, mas não deve ser tomada como ponto de partida acrítico. Ao contrário, sua incorporação à análise exige um posicionamento reflexivo, no qual as deficiências informacionais são problematizadas e explicitadas.

Assim, propõe-se que, diante da ausência de dados, a interpretação arqueológica se construa a partir da ativação das potencialidades específicas de cada conjunto material, entendendo tais limitações não como justificativa metodológica ampla, mas como condição analítica que demanda estratégias interpretativas situadas.

3.3. A Coleção descontextualizada de São Cristóvão e a necessidade de abordagens integradas

É nesse quadro teórico e problemático que se insere o conjunto analisado nesta pesquisa. A coleção proveniente de São Cristóvão materializa, em escala empírica, muitas das questões discutidas, especialmente no que se refere à precariedade documental, à desarticulação entre objetos e registros e às possibilidades interpretativas abertas por abordagens integradas.

A ausência de dados de proveniência, de registros estratigráficos e de informações associadas ao contexto de coleta poderia, à primeira vista, inviabilizar qualquer tentativa de análise mais aprofundada. No entanto, a partir de uma perspectiva teórica que valoriza a interpretação e a multiplicidade de sentidos, esse desafio se transforma em possibilidade.

Assumir uma abordagem integrada, nesse caso, significa considerar o material não apenas por suas características físicas, mas também por sua trajetória: de onde veio, por onde passou, como foi reunido, armazenado, classificado, e que tipo de discurso ele pode alimentar hoje. Esse olhar ampliado permite que fragmentos ganhem espessura histórica e social, mesmo quando isolados de seu contexto arqueológico original.

O modo de produzir arqueologia no viés pós-processualista insere os artefatos como parte de redes simbólicas amplas. Um caco cerâmico, por exemplo, não é apenas um vestígio de uso doméstico; ele pode falar sobre práticas alimentares, sobre relações de consumo, sobre desigualdades sociais e sobre as formas como o passado é mobilizado no presente. Ao nos abirmos a essas possibilidades interpretativas, deixamos de ver as coleções descontextualizadas como um problema e passamos a vê-las como uma oportunidade de aprofundar a crítica sobre a própria prática arqueológica.

Implicações para o contexto urbano e histórico

Os contextos urbanos, em especial, trazem à tona de maneira bastante direta as contradições e desafios da arqueologia feita sob pressão. O ritmo acelerado das obras, a falta de tempo para registrar estratigrafias com o devido cuidado, a presença de camadas misturadas por intervenções anteriores, tudo isso contribui para a formação de acervos com pouca ou nenhuma contextualização. E, ainda assim, são justamente esses contextos os que mais exigem da arqueologia uma postura crítica, ética e criativa.

É por isso que vejo na teoria interpretativa um caminho potente para pensar os processos urbanos e históricos. Isso nos permite reconhecer a complexidade dos contextos, assumir os limites da documentação e, ao mesmo tempo, construir interpretações que dialoguem com questões mais amplas como memória, patrimônio, exclusão social e produção do espaço urbano. A reflexividade proposta por autores como Hodder e Atalay também nos convida a olhar para o nosso próprio papel como arqueólogas e arqueólogos: que histórias escolhemos contar? Para quem? A partir de que perspectiva?

Nesse sentido, trabalhar com coleções descontextualizadas em contextos urbanos não é apenas um exercício técnico, mas sobretudo um exercício político e teórico. É uma oportunidade de repensar a arqueologia não como uma ciência do passado, mas como uma prática que acontece no presente entre ruínas, documentos, discursos, silêncios e disputas.

4. PROJETO DE LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA PELA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO

4.1. Contextualização do projeto

A obra de instalação do Sistema de Esgoto da cidade de São Cristóvão, Sergipe, consolidou-se como um empreendimento longo, complexo e marcado por uma constante negociação entre diferentes agentes públicos e privados. A necessidade de conciliar infraestrutura urbana com a salvaguarda de um patrimônio cultural de relevância nacional

trouxe à tona os limites e as potencialidades da arqueologia preventiva em áreas urbanas tombadas.

O ponto de partida formal ocorreu ainda em 2009, quando a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) encaminhou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o Ofício nº 73/2009-DGA/DESO, apresentando a proposta de esgotamento sanitário para o município. Em resposta, o IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 42/2009, apontando a necessidade de um programa arqueológico antes do início das obras, dada a inserção do empreendimento em um contexto urbano histórico protegido. Desde então, a movimentação se fez constante, refletindo ao sistema, a complexidade da tramitação burocrática.

Em março de 2010, as tratativas foram intensificadas com o Ofício nº 196/2010-PR/DESO, convocando a Universidade Federal de Sergipe (UFS) para reunião e ajustes junto à equipe do Núcleo de Arqueologia (NUARQ/UFS). A UFS manifestou interesse em proceder à salvaguarda do material arqueológico proveniente da obra, formulando em seguida o Projeto de Levantamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico na área diretamente afetada pela ampliação do Sistema de Esgoto da cidade de São Cristóvão, Sergipe.

Com a formalização do contrato entre a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), coube à DESO a execução dos serviços e o fornecimento de apoio financeiro, enquanto à UFS, atribuída a responsabilidade pelas ações de licenciamento arqueológico, com o apoio administrativo da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE).

Em maio de 2010, o IPHAN expediu a Portaria nº 10/2010, publicada no Diário Oficial da União, em 10 de maio, autorizando formalmente o início das atividades arqueológicas e o início da obra.

A implementação do Sistema de Esgoto no município. foi realizada em duas etapas, conforme descrito na Nota Técnica nº 81/2020/DIVTEC IPHAN-SE/IPHAN-SE, de 15 de maio de 2020. A primeira delas, objeto da presente pesquisa, foi subdividida em três partes, realizadas entre 2010 e 2013. A primeira parte ocorreu sob autorização da Portaria IPHAN nº 10, de 07 de maio de 2010, cuja renovação foi formalizada para a segunda etapa, permitindo a continuidade do processo durante o período de 2011/2012. A terceira etapa foi autorizada pela Portaria IPHAN nº 59, de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de novembro de 2013.

A primeira etapa das obras, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, foi executada nos logradouros localizados no núcleo histórico do município e ficou sob a responsabilidade do Núcleo de Arqueologia (NAR) do Campus de Laranjeiras da UFS. O monitoramento e

acompanhamento arqueológico tiveram como objetivos o reconhecimento, inventário, classificação, caracterização e correlação dos vestígios arqueológicos identificados (COSTA; MELLO, 2010).

Ao analisar o processo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), constatou-se um verdadeiro imbróglio, o qual, embora tenha sido parcialmente resolvido, ainda apresenta questões pendentes relativas ao contexto arqueológico.

Durante o período de desenvolvimento do projeto arqueológico, observou-se uma grande deficiência na documentação gerada, sendo destacada uma quantidade significativa de registros relacionados à comunicação das ações realizadas na segunda parte do projeto, em 2013. No entanto, foi possível compreender o andamento do processo a partir das interações entre os técnicos do IPHAN e os responsáveis pelo projeto. É relevante falar que a análise desse processo, embora organizada cronologicamente, foi compreendida e reforçada pela leitura dos documentos que em alguns momentos apresentavam históricos específicos, o que possibilitou a absorção das complexidades atribuídas.

Para entender plenamente o sistema que envolve a descontextualização da coleção arqueológica proveniente das obras, é necessário analisar as complexidades associadas a esse processo. Esse contexto inicial pode ser parcialmente esclarecido por meio da leitura do Parecer Técnico nº 108/2017 (IPHAN/SE), que está relacionado à análise do Programa de arqueologia da segunda fase da instalação do empreendimento¹¹. Na ocasião, o técnico do Instituto avalia o programa protocolado, esse que ficou sob responsabilidade de uma empresa privada vencedora de uma licitação, no tocante do desligamento da Universidade Federal de Sergipe¹².

Partindo da abertura do processo que envolve o projeto, o histórico documental do IPHAN mostra que as primeiras tratativas datam de julho de 2009, com a emissão do Ofício nº 73/2009-DGA/DESO, seguido do Parecer Técnico nº 42/2009, no qual o Instituto avaliou o projeto de esgotamento sanitário de São Cristóvão. Em dezembro do mesmo ano, foi elaborado o projeto de levantamento e monitoramento arqueológico, formalizando o interesse da UFS em salvar o material arqueológico identificado¹³.

¹¹ É preciso ressaltar que esse documento considera a implementação do sistema de esgotamento de São Cristóvão como realizado em três etapas, levando em consideração o número de portarias solicitado para a finalidade de acompanhamento e monitoramento da obra.

¹² Licitação número 023/2017 cujo objetivo é Contratação de empresa especializada para execução do Programa de Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial na área de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da cidade de São Cristóvão/SE, a ser executado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO).

¹³ Carta NUARQ/UFS de 05/04/2010.

A primeira autorização para pesquisa foi concedida pela Portaria IPHAN nº 10, de 07 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 10/05/2010. Em meio às obras, a DESO solicitou renovação (Ofício nº 44/2010, em agosto) e o IPHAN encaminhou a demanda ao CNA (Memorando nº 220/2010). Nesse período, relatórios de fiscalização (01/09/2010, 30/09/2010, 20/10/2010) apontaram dificuldades operacionais e atrasos no convênio, que só foi formalizado em 05/10/2010 (Convênio nº 34/2010 entre DESO e UFS).

Entre 2011 e 2012, novos documentos tratam de complementações, retificações e renovação de autorização de pesquisa, incluindo o Memorando IPHAN nº 951/2011, o Parecer Técnico nº 34/2011, além de ofícios requisitando informações para instrução de inquéritos do Ministério Público Federal (ex.: Ofício MPF nº 283/2011). Em janeiro de 2012, o arqueólogo responsável solicitou renovação da autorização (23/01/2012), acompanhada por trocas de ofícios e informações técnicas ao longo de fevereiro e março, buscando regularizar a continuidade das obras e do monitoramento arqueológico.

Em julho de 2013, o IPHAN aprovou o projeto executivo da segunda fase das obras por meio do Parecer Técnico nº 93/2013 e Ofício nº 250/2013. No mesmo ano, a UFS solicitou nova renovação de autorização de pesquisa¹⁴. Essa terceira autorização foi publicada pela Portaria IPHAN nº 59, de 22 de novembro de 2013, garantindo a continuidade das atividades arqueológicas vinculadas ao andamento das obras.

Entretanto, persistiram pendências relativas ao relatório final da primeira etapa, que não foi entregue, situação que repercutiu nos anos seguintes. Em janeiro de 2017, a Ambientec Consultoria Ambiental Ltda. protocolou novo Programa de Levantamento e Monitoramento Arqueológico, assumindo a execução da segunda etapa após vencer licitação. Entre fevereiro e abril desse ano, o IPHAN analisou o programa pelos Pareceres Técnicos nº 50/2017 e nº 78/2017, endossou o material arqueológico recuperado no Ofício nº 004/2017/DARQ e publicou nova Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 15/2017, autorizando a pesquisa.

Essa fase trouxe registros importantes de ocorrências em campo, incluindo a escavação de trechos sem a presença de arqueólogos (Ofício Ambientec nº 46/2017, 13/07/2017) e a suspensão dos trabalhos em setembro do mesmo ano (Ofício nº 97/2017). Em 2018, o IPHAN reforçou as cobranças pela entrega do relatório final da primeira etapa, só obtendo resposta formal da empresa em março de 2018 (Ofício nº 08/2018, encaminhando relatório das atividades).

¹⁴ Cartas de 28/08/2013 e 30/09/2013.

Nos anos subsequentes, a gestão arqueológica do empreendimento continuou a se desdobrar em um intrincado processo administrativo, permeado por novas análises, aprovações, renovações e cobranças. Em 2018, o IPHAN emitiu o Parecer Técnico nº 24/2018, aprovando o Relatório Parcial do Programa de Levantamento e Monitoramento Arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA) e manifestando aceite para a renovação da autorização de pesquisa expedida pela Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 15, de 07 de abril de 2017, oficializada pelo Ofício nº 435/2018/IPHAN-SE-IPHAN. Naquele mesmo ano, o Memorando nº 93/2018/IPHAN-SE solicitou a ampliação da portaria vigente, mas o PARECER TÉCNICO nº 5/2018/CNA/DEPAM indeferiu o pedido de prorrogação, solicitando um novo endosso financeiro e institucional, bem como a apresentação de novo cronograma. A questão foi superada com a publicação da Portaria nº 47, de 13 de agosto de 2018 (D.O.U. edição nº 155, seção 1, anexo II, Projeto 03), autorizando a continuação dos trabalhos por mais 18 meses.

Em abril de 2019, foi publicada a Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 23, retificando a Portaria nº 47/2018 para alteração da equipe técnica (Ofício nº 299/2019/IPHAN-SE-IPHAN). Nesse contexto, a Ambientec, responsável pela execução do programa, protocolou o Relatório Parcial II (Ofício ARQUEO-AMBIENTEC nº 21/2019) com as atividades de laboratório e curadoria, além de comunicar, em 30 de outubro do mesmo ano, a identificação de uma estrutura funerária na Rua José de Góis (Ofício ARQUEO-AMBIENTEC nº 23/2019), o que levou à interrupção parcial das obras no trecho afetado. Ainda em outubro, a empresa solicitou retificação da equipe técnica (Ofício ARQUEO-AMBIENTEC nº 24/2019), aprovada posteriormente no PARECER TÉCNICO nº 1115/2019/ATEC-CNA/CNA/DEPAM e oficializada no D.O.U. edição nº 237, de 09 de dezembro de 2019.

O ano de 2020 foi marcado por novos avanços e reiteraões de pendências antigas. O Parecer Técnico nº 2/2020 (IPHAN-SE/DIVTEC) aprovou o Relatório Parcial II protocolado pela Ambientec, mas reiterou a necessidade de análise e entrega do relatório final da primeira etapa, cobrança reforçada no Ofício nº 80/2020/IPHAN-SE-IPHAN. Poucos meses depois, a empresa solicitou desmobilização da equipe de campo (Ofício ARQUEO-AMBIENTEC nº 14/2020), em virtude do término dos recursos financeiros. O IPHAN, por meio do Ofício nº 372/2020/IPHAN-SE-IPHAN, considerou a desmobilização, determinando a paralisação das obras até a formalização de novo contrato e reforçando que qualquer dano ao patrimônio cultural constituiria crime, amparado pela Lei nº 3.924/1961 e demais dispositivos legais.

A crise orçamentária levou a tentativas de adequação: em e-mail de 04 de maio de 2020, foram sugeridas alterações para concentrar o monitoramento arqueológico nas áreas do centro histórico e suspender o acompanhamento nas zonas periféricas, dada a limitação de recursos.

No entanto, a Nota Técnica nº 81/2020/IPHAN-SE foi clara em rejeitar a proposta, reafirmando a necessidade de acompanhamento integral, a regularização da curadoria dos materiais da primeira etapa e o cumprimento das pendências anteriores. O Ofício nº 436/2020/IPHAN-SE-IPHAN oficializou as determinações, e a DESO respondeu com compromisso de solicitar a renovação de autorização federal, garantir suporte financeiro, concluir análises pendentes, contratar estagiários e fornecer informações técnicas sobre a execução da obra.

Ainda em 2020, novos pedidos de prorrogação foram protocolados (Ofícios ARQUEO-AMBIENTEC nº 22/2020 e nº 30/2020). O PARECER TÉCNICO nº 100/2020/IPHAN-SE recomendou deferimento por três meses, condicionando-o ao envio de documentos e à confirmação da parceria com o LABAAC/UFS. A renovação foi oficializada pela Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 61, de 02 de outubro de 2020, publicada no D.O.U. edição nº 191, de 05 de outubro de 2020.

Em 2021, a Ambientec solicitou nova prorrogação (Ofício nº 35/2020), mas o PARECER TÉCNICO nº 7/2021 destacou a ausência de documentos essenciais, reforçando cobranças anteriores. Somente com a entrega das anuências faltantes o PARECER TÉCNICO nº 24/2021 manifestou-se favorável à prorrogação da portaria por mais seis meses, efetivada pela Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 19, de 12 de março de 2021. Nesse período, o LABAAC recebeu bens doados pela DESO (Carta Externa de 30/04/2021) para viabilizar as análises do acervo.

Em dezembro de 2021, finalmente foi protocolado o Relatório Final do Programa (Carta Externa da Ambientec, 05/12/2021). O IPHAN, no entanto, ao analisar o documento (Parecer Técnico nº 2/2022), solicitou complementações formais, oficializadas pelo Ofício nº 179/2022/IPHAN-SE-IPHAN. As respostas foram protocoladas (Ofício ARQUEO-AMBIENTEC nº 05/2022) e aprovadas (Parecer Técnico nº 19/2022/IPHAN-SE/DIVTEC), oficializado pelo Ofício nº 286/2022/IPHAN-SE-IPHAN. Mesmo assim, o DESPACHO nº 472/2022 voltou a cobrar o relatório final da primeira etapa, destacando que, apesar do encerramento técnico da segunda fase, o empreendimento continuava pendente de conclusão formal devido aos materiais coletados inicialmente.

As pendências foram reiteradas no Ofício nº 605/2022/IPHAN-SE-IPHAN, que condicionou a anuência para a Licença de Operação à entrega dos resultados dos estudos, no prazo definido em cronograma específico, sob pena de revogação da licença. O LABAAC, por meio do Ofício nº 15/2022, confirmou o recebimento de equipamentos, apoio financeiro e o andamento das análises, com foco nas peças datadas dos séculos XVII e XVIII. Em resposta, o Ofício nº 673/2022/IPHAN-SE-IPHAN recomendou manifestação favorável à licença, desde

que mantida a entrega dos estudos no prazo acordado (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**Tabela 4.1-2).

Todo esse percurso expõe, de forma clara, a complexidade da gestão arqueológica em obras de infraestrutura urbana em sítios tombados. A sobreposição de agentes, as mudanças de coordenação, as renovações de portarias, as cobranças ministeriais, a pressão dos cronogramas e as limitações institucionais compuseram um cenário no qual a ciência arqueológica teve de dialogar continuamente com a engenharia, a burocracia e a política. O resultado foi a formação de um acervo arqueológico significativo, porém fragmentado e parcialmente descontextualizado, cuja reinterpretação atual não apenas recompõe o percurso dos vestígios, mas também ilumina a própria trajetória da arqueologia preventiva em Sergipe, entre avanços, limites e aprendizados.

A fim de possibilitar uma compreensão mais fluida do processo, são apresentados nas tabelas abaixo, uma linha do tempo que perpassa todas as etapas, bem como uma listagem dos principais documentos que desencadearam a comunicação e a execução do empreendimento.

Tabela 4.1-1– Linha do tempo do processo.

Ano/Período	Eventos Principais
2009	Primeiras tratativas entre DESO, UFS e IPHAN. Emissão do Parecer Técnico nº 42/2009 avaliando o projeto de esgotamento sanitário.
2010	Assinatura do convênio entre DESO e UFS. Primeira autorização de pesquisa (Portaria IPHAN nº 10/2010). Início das obras e monitoramento arqueológico.
2011-2012	Renovações de autorização, fiscalizações e trocas de ofícios com o MPF. Retificações e complementações no projeto e relatórios parciais.
2013	Nova renovação de autorização (Portaria IPHAN nº 59/2013). Aprovação do projeto executivo da segunda fase das obras.
2017	Nova licitação: Ambientec assume a execução. Pareceres técnicos (nº 50/2017, nº 78/2017). Publicação da Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 15/2017. Ocorrências de campo e suspensão de trabalhos relatadas.
2018	IPHAN reforça cobrança pelo relatório final da primeira etapa. Ambientec encaminha relatório das atividades em março de 2018 e solicita renovação de Portaria.
2019	É encontrado material funerário comunicado e enviado o relatório parcial II para IPHAN.
2020	Desmobilização de campo e posterior retorno com nova Portaria. Início da Parceria com o LABAAC para o processo de curadoria da coleção da primeira etapa.

2021	Protocolo de Relatório Final e nova cobrança do relatório da primeira etapa. Foi solicitado complementação e novamente cobrado o relatório da primeira etapa.
2022	Recebimento da coleção pelo LABAAC e início do processo de curadoria e análise. Manifestação favorável da Licença de Operação, condicionada à entrega dos resultados dentro do prazo.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4.1-2 – Principais documentos emitidos ao longo do processo.

Ano	Data	Documento / Ação	Descrição resumida
2009	10/07/2009	Ofício n. 73/2009 – DESO	Início das tratativas formais sobre o projeto de esgotamento sanitário.
2009	20/07/2009	Parecer Técnico IPHAN n. 42/2009	Análise do projeto de esgotamento sanitário sob ótica do patrimônio cultural.
2009	Dezembro/2009	Projeto de Levantamento e Monitoramento	Primeira versão do projeto arqueológico para a área afetada.
2010	18–30/03/2010	Série de Ofícios (DESO ↔ UFS ↔ IPHAN)	Ajustes, envio de documentos e solicitação de autorização para pesquisa arqueológica.
2010	05/04/2010	Carta Coordenação NUARQ/UFS	NUARQ manifesta interesse na salvaguarda do material arqueológico.
2010	10/05/2010	Portaria IPHAN n. 10	Autorização federal de pesquisa arqueológica.
2010	20/09– 20/10/2010	Relatórios de fiscalização e convênio DESO–UFS	Fiscalizações, convênio formalizado, equipe de campo iniciada.
2011	04–06/2011	Informações técnicas e memorandos do IPHAN	Respostas a demandas do MPF e MPE, cobranças de relatórios parciais.
2011	09/06/2011	Relatório Parcial do Levantamento e Monitoramento	Entrega parcial, gerando parecer técnico com solicitações de complementações.
2012	23/01– 23/03/2012	Renovação de autorização de pesquisa (vários ofícios)	Solicitação e resposta sobre continuidade das pesquisas.
2013	06–12/2013	Projeto 2ª etapa, pareceres, memorandos e portaria	Nova etapa do projeto executivo e autorização para pesquisa arqueológica.
2017	31/01– 18/04/2017	Ofícios, pareceres, portaria CNA/DEPAM/IPHAN n. 15	Novo ciclo de pesquisa arqueológica autorizado.
2017	13/07– 14/09/2017	Ocorrências em campo, suspensão de atividades	Trechos escavados sem arqueólogos; contrato suspenso.

2018	26/01– 16/03/2018	Cobranças sobre relatório final 1ª etapa; relatório parcial I entregue	IPHAN reforça pendências antigas; Ambientec entrega parcial I.
2018	08/2018	Portaria IPHAN n. 47	Autorização renovada para continuação dos trabalhos (18 meses).
2019	04–12/2019	Relatório Parcial II, achado funerário, retificação de equipe	Comunicação de achado arqueológico, ajustes de equipe e portaria retificada.
2020	04–05/2020	Desmobilização por orçamento; solicitações ao LABAAC	Interrupção de campo; articulações para curadoria e análise do acervo.
2020	08–10/2020	Solicitação e deferimento de prorrogação de portaria (Portaria n. 61)	Renovação autorizada para mais 3 meses.
2021	03/2021	Portaria n. 19 – Prorrogação por 6 meses	Continuidade dos trabalhos em contexto de pandemia.
2021	05/12/2021	Protocolo de Relatório Final	Entrega do relatório final do Programa de Levantamento e Monitoramento Arqueológico.
2022	Início de 2022	Parecer Técnico n. 2/2022 – IPHAN	Análise e aprovação do Relatório Final.

Fonte: Elaboração própria.

4.2. A coleção Arqueológica da primeira etapa – Do campo ao laboratório

4.2.1. *Problemáticas processuais*

A análise do processo em que se insere este projeto inicialmente gerou diversas incompreensões, sobretudo por abranger um período extenso e envolver uma intensa demanda comunicacional, o que resultou em um elevado volume documental. O principal ponto de questionamento foi a ausência de registros produzidos durante as atividades da primeira etapa, situação que aqui foi tratada como um verdadeiro imbróglio processual.

A anexação dos documentos gerados até o ano de 2012 ao processo referente à comunicação da segunda etapa ocasionou lacunas perceptíveis, especialmente em relação aos materiais produzidos nos anos de 2010 e 2012. Diante disso, tornou-se necessária a solicitação de acesso às fontes primárias essas originalmente estavam em formato físico, a partir da abertura do Processo SEI/IPHAN nº 01504.000018/2025-60.

A autorização se deu então, por meio do Ofício nº 764/2025/IPHAN-SE-IPHAN, sendo disponibilizado todo o volume gerado. O objetivo do acesso ao arquivo original foi a busca por documentos de campo, como os relatórios e possíveis mapas, bem como informações relacionadas a esse período, que pudesse justificar e suprir essas lacunas. No entanto, pouco foi identificado além dos anexos já disponibilizados no SEI.

The image shows two identical IPHAN process forms, labeled 'Vol. I' and 'Vol. II'. Each form is a 'PROCESSO' from the 'INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL' (IPHAN), under the 'SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL'. The forms are for 'PROC. APENSADO AO 01504.000.967/2013-14' and 'INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - Controle de Processos e Documentos - CPROD'. The forms are dated '05/05/2013' and '16:25:29'. The forms are for 'INTERESSADO: 1 - GABINETE - SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE - SE' and 'PROCEDÊNCIA: GABINETE - SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE - SE'. The forms are for 'ASSUNTO/DESCRIÇÃO: ABERTURA DE PROCESSO TENDO EM VISTA A PESQUISA DO LEVANTAMENTO E MONITORAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA AO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE'. The forms contain a table for 'MOVIMENTAÇÕES' with columns for 'SEQ', 'SIGLA', 'CÓDIGO', 'DATA', and a section for 'ANEXOS'.

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
1				1			
2				2			
3				3			
4				4			
5				5			
6				6			
7				7			
8				8			
9				9			
10				10			
11				11			
12				12			
13				13			
14				14			

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

Figura 4.1-1: Capas dos volumes físicos arquivados no IPHAN. Foto: Bruna Ferreira.

As atividades de campo foram relatadas em quatro ocasiões a partir de documentos produzidos por Solimar Guindo Messias Bonjardim, Técnica em arqueologia do IPHAN/SE e por Ademir Ribeiro Junior, Arqueólogo IPHAN/SE. A justificativa pela coleta dos materiais de maneira assistemática, devido às intervenções previamente realizadas na região, que ocasionou o revolvimento do solo e o consequente descontexto arqueológico. No relatório de fiscalização do dia 01 de setembro de 2010, anexado ao relatório de viagem, consta o texto:

Obra:

Instalação do Sistema de Esgoto Sanitário da Cidade de São Cristóvão – Ao chegar no local, estavam presentes os estagiários da Universidade Federal de Sergipe. Os mesmos se revezam seguindo as escavações e guardando o material coletado. A área em questão parece ter sido bastante perturbada, provavelmente nas instalações de água e esgoto anteriores. Nota-se isso na

inversão das camadas arqueológicas, o que foi já percebido pelos arqueólogos. Diante disso, só são necessárias ações de monitoramento dos trabalhos, embora a decisão de fazer prospecções seja de livre opção da equipe (Bonjardim, 2010, p.2).

No dia 16 do mesmo mês, uma segunda fiscalização foi realizada e descrita a presença do arqueólogo coordenador que informou o processo de finalização das atividades. Já na terceira, realizada em 30 de setembro, tanto o arqueólogo coordenador, quanto os estagiários, já haviam encerrado o monitoramento, visto a obra em processo de finalização, com instalação do calçamento.

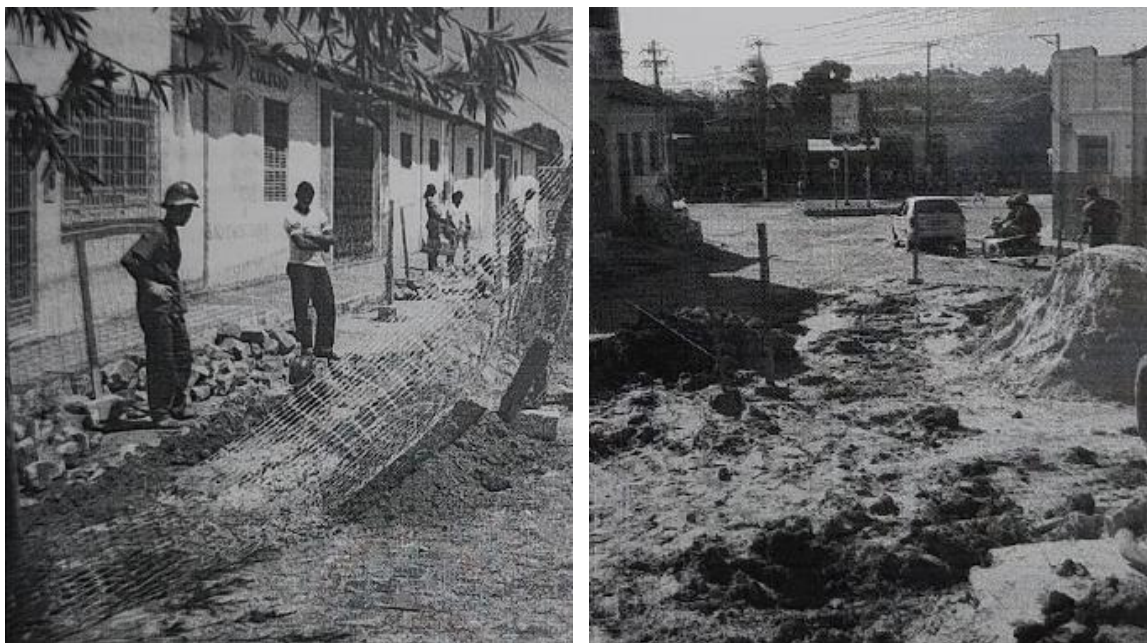


Figura 4.1-2: Imagens anexadas aos relatórios de viagem, respectivamente em 01 de setembro à esquerda e 30 de setembro de 2010. Fontes: Bonjardim, 2010; Bonjardim; Ribeiro Junior 2010.

Por fim, a última fiscalização foi feita em 20 de outubro de 2010, sendo relatado brevemente o encerramento da obra e o processo realizado com acompanhamento arqueológico sem intercorrências (Ribeiro Junior; Bonjardim, 2010).

Visando o cumprimento do programa perante o órgão, foi protocolado o relatório parcial objetivando apenas a apresentação das atividades de monitoramento. Como justificativa para a não conclusão das ações que envolvem os processos de laboratório, o coordenador geral salienta os atrasos relacionados à assinatura do contrato, bem como uma ineficiente comunicação entre a contratante e a equipe de pesquisadores. A postergação da assinatura do contrato sem o

repassa da verba ocasionou a perda do prazo para a sua inclusão no orçamento anual junto ao Ministério da Educação (MEC), burocracias que até então, impossibilitou o seu repasse. Para que fosse possibilitado o monitoramento, previamente ao processo de parceria entre as partes, a DESO fez a contratação de 4 estagiários de arqueologia, o que posteriormente foi consumada uma denúncia junto ao IPHAN e ao Ministério Público Federal (MPF).

O relatório parte das atividades de campo cujas metodologias consistiram em abertura de sondagens exploratórias e valas de acompanhamento, observações estratigráficas e coleta de vestígios arqueológicos diretamente impactados pelas intervenções. As sondagens, iniciadas apresentavam unidades estratigráficas de 1x 1 com profundidade variável conforme o tipo de tubulação, permitindo a leitura de perfis e a identificação de estruturas arqueológicas associadas à ocupação urbana de São Cristóvão. Após essa etapa, procedeu-se à escavação de valas de aproximadamente 50 cm de largura e 1,2 m de profundidade, possibilitando um reconhecimento sistemático das áreas afetadas e a caracterização tipológica preliminar dos materiais coletados (Costa; Mello, 2011).

Ao concluir, o relatório aponta que, devido às condições específicas das obras, não foi possível acompanhar toda a área impactada, sobretudo por problemas de comunicação entre a DESO, as empresas terceirizadas e a equipe de arqueologia, o que ocasionou atrasos e perda de informações sobre o cronograma e localização das frentes de trabalho. Essas falhas comprometeram parte do acompanhamento, como evidenciado em áreas como a Rua Boa Viagem e a Praça Getúlio Vargas, além da estação de tratamento de esgoto (ETE), que não constava no planejamento inicial.

Além da coleta de material arqueológico, foram observadas as características arquitetônicas e urbana das ruas que sofreram intervenção direta. Essas observações e descrições foram orientadas pela professora Mestre Renata de Godoy, que integrou a equipe técnica do projeto. O relato das coletas e das unidades, no entanto, se apresentam de forma sucinta no relatório, não sendo anexadas fichas ou tabelas de registro (Costa; Mello, 2011).

Para a equipe, o material arqueológico recuperado foi considerado representativo sob os pontos de vista histórico e cultural, possibilitando uma leitura mais ampla da cidade e de seu processo de ocupação. A coleção foi encaminhada para higienização, catalogação e análise em laboratório, enquanto a leitura espacial buscou integrar a leitura material à compreensão arquitetônica e urbanística das ruas afetadas, compondo uma abordagem mais ampla sobre a paisagem histórica de São Cristóvão (Costa; Mello, 2011).

A análise do relatório no Parecer Técnico 34/2011 considerou sua aprovação, visto protocolado como parcial, no entanto, o técnico responsável, nesse momento condicionou a

entrega da versão final sendo inclusos os documentos ausentes, conforme exigidos na Portaria nº 7/88. Das ausências, foram descritos:

- Planta(s), desenhos e fotos das estruturas descobertas e das estratigrafias reconhecidas;
- Planta(s) e fotos pormenorizadas do sítio arqueológico com indicação dos locais afetados pelas pesquisas e por testemunhos deixados no local.
- Plantas com indicações nos locais onde se pretende o prosseguimento das pesquisas;
- Inclusão de fotografia do material arqueológico relevante;
- Envio do cadastro em formato Access 2003 dos sítios arqueológicos encontrados;
- Indicação dos meios de divulgação dos resultados (IPHAN, 2011).

Como resposta, em janeiro de 2012 uma carta ao Superintendente foi redigida pelo Coordenador Geral da pesquisa, informando que as atividades de campo foram encerradas, faltando então as atividades relacionadas à curadoria e análise do material, que se encontrava depositado nas dependências do Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. O aguardo das etapas seguintes, no entanto, se condicionava ao fato da retenção da verba pela UFS, visto que o convênio com a FAPESSE ainda não havia sido assinado, desde 2010. No fim do ano. Em dezembro, uma nova carta informou que as atividades de laboratório estavam em andamento e com previsão de que até o mês seguinte, todo o material já estaria higienizado e numerado, sendo então em fevereiro, iniciada as análises.

A cobrança pela ausência dos documentos, dados de campo e análise da coleção proveniente dessa etapa, conforme já mencionado, seguiu em diversas ocasiões, até a retomada do processo já vinculado ao LABAAC, em 2020.

4.2.2. *Locação das obras e contextualização urbana*

São Cristóvão, localizada na região metropolitana de Aracaju, é uma das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1590, desempenhando papel central na ocupação e administração do território sergipano ao longo do período colonial. Seu núcleo urbano histórico consolidou-se a partir de uma lógica típica das cidades coloniais portuguesas, estruturada em torno de praças, edifícios religiosos, administrativos e residenciais, refletindo relações de poder, controle

territorial e organização social características desse período (Reis Filho, 2000; Nascimento, 2011).

É nesse contexto urbano e histórico sensível que se inserem as áreas de intervenção da primeira fase da obra executada pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). As ruas e logradouros contemplados pela intervenção integram o tecido histórico consolidado do centro, sendo portadores de materialidades e dinâmicas urbanas que ultrapassam sua função infraestrutural contemporânea. Assim, a análise dessas áreas exige uma leitura integrada do espaço urbano, considerando suas dimensões históricas, arquitetônicas, paisagísticas e arqueológicas, especialmente diante do potencial de impacto sobre contextos preservados ou ainda não identificados.

O núcleo histórico de São Cristóvão é qualificado como um complexo relevante de elementos culturais, protegido por uma série de instrumentos legais em esfera municipal, nacional e internacional. A cronologia de preservação do município tem sua origem na década de 1940, revelando-se tão antiga quanto a temática patrimonial desenvolvida no Brasil.

A área delimitada corresponde, em grande medida, ao núcleo original de ocupação da cidade, estruturado principalmente em torno da Praça São Francisco, que foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2010 e de áreas adjacentes que concentram edificações dos séculos XVII ao XIX. Esse espaço urbano preserva não apenas valores arquitetônicos e paisagísticos, mas também múltiplas camadas históricas resultantes de sucessivas intervenções, adaptações e usos ao longo do tempo, configurando um verdadeiro palimpsesto urbano (IPHAN, 2014; SANTOS, 2008).

A fim de situar o espaço urbano, sobretudo nas áreas de intervenção, em conjunto com o relatório parcial, tornou-se necessária a realização de um diagnóstico urbano para a compreensão das características físicas, históricas e espaciais das ruas. Esse diagnóstico não foi realizado com a intenção de esgotar a complexidade do tecido urbano, mas de oferecer uma leitura integrada do espaço, considerando a morfologia das ruas, o padrão das edificações, os usos do solo e as dinâmicas de ocupação ao longo do tempo. Essa abordagem possibilita compreender o centro histórico como um espaço produzido por sucessivas camadas de intervenção, no qual as obras de saneamento se inserem como mais um episódio de transformação, com impactos diretos sobre a paisagem urbana e sobre os contextos arqueológicos associados.

No campo do patrimônio, o diagnóstico urbano passa a ser entendido não apenas como uma ferramenta técnica de levantamento físico, mas como um procedimento interpretativo, voltado à leitura integrada do espaço urbano, de suas camadas históricas e de seus valores

culturais. Conforme indicado por Choay (2001), a preservação das cidades históricas exige o reconhecimento da cidade como um palimpsesto, no qual diferentes tempos coexistem e se manifestam materialmente. Ao mesmo tempo, a autora defende que esse olhar deve ser integrado ao conjunto e não aplicado a elementos individuais.

Assim, o diagnóstico urbano em áreas históricas deve considerar tanto os aspectos materiais, quanto as dimensões sociais, simbólicas e institucionais que moldam o espaço, oferecendo subsídios para intervenções mais conscientes e críticas. Conforme suas próprias palavras:

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo(...) todo fragmento urbano antigo deve ser integrado em um plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação e do ponto de vista humano, pela manutenção do caráter social da população. Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das estruturas no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta dessa dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno (Choay, 2006, p.200).

Aplicar um olhar para a cidade em movimento, observando seu dinamismo espacial e temporal, é reconhecer o palimpsesto do Centro Histórico de São Cristóvão, não em totalidade, mas pelas nuances perceptíveis a qualquer olhar mais atento. As ruas, os traçados, as edificações, as infraestruturas, as paisagens integradas em ter o urbano e o ambiental, os vazios urbanos e as características tecnológicas resultam de sucessivas intervenções, usos e readequações, que não substituem completamente as camadas anteriores, mas convivem com elas de forma muitas vezes fragmentada.

Nesse sentido, ao articular o diagnóstico urbano à noção de palimpsesto, torna-se possível compreender as obras de saneamento não como eventos isolados, mas como parte de um processo contínuo de transformação do espaço. Essa perspectiva permite observar como intervenções contemporâneas dialogam com estruturas, traçados e vestígios de períodos anteriores, incluindo os contextos arqueológicos. Assim, o diagnóstico urbano assume um papel fundamental para a arqueologia urbana, ao fornecer uma leitura integrada do território que evidencia tanto os impactos materiais das obras quanto as camadas históricas e simbólicas que conformam o centro histórico de São Cristóvão.

A ficha de diagnóstico construída, com base nessa compreensão, teve o objetivo, portanto, de reconhecer e visualizar os elementos físicos e simbólicos da malha urbana aqui atuada. Ao articular observação em campo, registro fotográfico e sistematização descritiva, a ela permite que o diagnóstico urbano ultrapasse a dimensão técnica, funcionando como uma ferramenta interpretativa capaz de relacionar as transformações contemporâneas às estruturas históricas preexistentes. Dessa forma, o preenchimento das fichas não se limita a um levantamento pontual, mas constitui um procedimento analítico que contribui para compreender os impactos das intervenções sobre o patrimônio urbano e sobre os contextos arqueológicos associados.

A estruturação, por tanto, se deu efetivamente a partir das observações acerca do uso e ocupação do solo, presença de lotes ou áreas vazias, as vias de tráfego, estado de conservação das edificações, presença de ruínas, alterações físicas nas fachadas, características arquitetônicas, bem como os nomes oficiais e populares dos logradouros e o georreferenciamento inicial e final de cada rua. Foram realizados caminhamentos sistemáticos, associados a atividades de observação in loco e de leitura paisagística do entorno.

Em conjunto com o relatório parcial, os logradouros foram então caracterizados a partir de uma análise integrada da arquitetura, da urbanização e da paisagem. Na tabela abaixo observa-se algumas dessas classificações de maneira sintetizada, no entanto, é possível verificar as fichas completas no ANEXO B.

Tabela 4.1-3 – Tabela de diagnóstico urbano simplificada.

Nº da ficha	Nome do logradouro	Nome popular	Uso e ocupação de solo	Lotes e áreas vazias	Vias de trânsito	Edifício Público
1.1441873	Rua Vinte e Quatro de Outubro	Avenida Rotary	Misto	Sim	Coletora	
30145.28	Rua José Carlos	Rua Boa Viagem	Residencial	Sim	Coletora	
30145.29	Rua Rubine Bispo Santos	Rua Pai Tomé / Rua do Elisio	Misto	Não	Local	
30145.30	Praça São Francisco		Misto	Não	Local	Igreja e Museu
30145.31	Rua Coronel Erundino Prado	Rua do Rosário	Misto	Sim	Coletora	IPHAN
30145.32	Ladeira Walter Franco	Ladeira do açougue	Residencial	Sim	Local	
30145.33	Erundino Prado Neto		Residencial	Não	Local	

30145.34	Rua Floriano Peixoto		Misto	Não	Local	
30145.35	Rua João Bebe Água		Misto	Não	Local	
30145.36	Rua Messias Prado		Misto	Não	Local	Secretaria Municipal de Educação e procuradoria Municipal
30145.37	Praça Senhor dos Passos		Misto	Não	Local	Secretaria Municipal de Infraestrutura de São Cristóvão - SEMINFRA
30145.38	Rua Tobias Barreto		Misto	Não	Local	
30145.39	Erundino Prado Filho		Misto	Não	Local	Igreja e Escola Municipal
30145.40	Travessa Vesta Viana	Travessa Ivo do Prado	Residencial	Não		
30145.41	Travessa municipal		Residencial	Não	Local	Antigo prédio da Prefeitura
30145.42	Belo Horizonte		Residencial	Sim	Local	
30145.43	Avenida Santo Antônio		Misto	Sim	Local	
30145.44	Rua Pereira Lobo		Misto	Não	Local	INSS, agência dos Correios, Controladoria geral do Município, SEMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho)
30145.45	Travessa do Amparo		Residencial	Não	Local	
30145.46	Rua Mamede F. Dantas	Travessa Mamede	Misto	Não	Local	Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Franco
30145.47	Rua Vereador João Carvalho	Nossa Senhora das Fontes	Misto	Sim	Coletora	
30145.48	Irmã Gardência		Residencial	Sim	Local	
30145.50	Praça Lourival Batista	Praça da Bíblia/ Largo Siqueira	Misto	Não		
30145.51	Jose do P. franco		Misto	Sim	Coletora	
30145.52	Praça Getulio Vargas		Misto	Não	Local	Vigilância Sanitária (COVISA), Secretaria

						Municipal de Saúde
30145.53	Ivo do Prado (museu)		Misto	Não	Coletora	Secretaria de Serviços urbanos, Polícia Militar (CIPM), Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia Militar.
30682.2	Ladeira Carlito Rico	Rua Dom Vicente Tavora	Residencial	Não	Local	
30682.3	Rua Frei Santa Cecília		Residencial	Não	Coletora	Antiga sede da prefeitura; prédio da polícia militar; secretaria de meio ambiente
1.1441873	Rua Vinte e Quatro de Outubro	Avenida Rotary	Misto	Sim	Coletora	
30145.28	Rua José Carlos	Rua Boa Viagem	Residencial	Sim	Coletora	
30145.29	Rua Rubine Bispo Santos	Rua Pai Tomé / Rua do Elisio	Misto	Não	Local	
30145.30	Praça São Francisco		Misto	Não	Local	Igreja e Museu
30145.31	Rua Coronel Erundino Prado	Rua do Rosário	Misto	Sim	Coletora	IPHAN
30145.32	Ladeira Walter Franco	Ladeira do açougue	Residencial	Sim	Local	
30145.33	Erundino Prado Neto		Residencial	Não	Local	
30145.34	Rua Floriano Peixoto		Misto	Não	Local	
30145.35	Rua João Bebe Água		Misto	Não	Local	
30145.36	Rua Messias Prado		Misto	Não	Local	Secretaria Municipal de Educação e procuradoria Municipal
30145.37	Praça Senhor dos Passos		Misto	Não	Local	Secretaria Municipal de Infraestrutura de São Cristóvão - SEMINFRA
30145.38	Rua Tobias Barreto		Misto	Não	Local	
30145.39	Erundino Prado Filho		Misto	Não	Local	Igreja e Escola Municipal
30145.40	Travessa Vesta Viana	Travessa Ivo do Prado	Residencial	Não		
30145.41	Travessa municipal		Residencial	Não	Local	Antigo prédio da Prefeitura

30145.42	Belo Horizonte		Residencial	Sim	Local	
30145.43	Avenida Santo Antônio		Misto	Sim	Local	
30145.44	Rua Pereira Lobo		Misto	Não	Local	INSS, agência dos Correios, Controladoria geral do Município, SEMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho)
30145.45	Travessa do Amparo		Residencial	Não	Local	
30145.46	Rua Mamede F. Dantas	Travessa Mamede	Misto	Não	Local	Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Franco
30145.47	Rua Vereador João Carvalho	Nossa Senhora das Fontes	Misto	Sim	Coletora	
30145.48	Irmã Gardência		Residencial	Sim	Local	
30145.50	Praça Lourival Batista	Praça da Bíblia/ Largo Siqueira	Misto	Não		
30145.51	Jose do P. franco		Misto	Sim	Coletora	
30145.52	Praça Getulio Vargas		Misto	Não	Local	Vigilância Sanitária (COVISA), Secretaria Municipal de Saúde
30145.53	Ivo do Prado (museu)		Misto	Não	Coletora	Secretaria de Serviços urbanos, Polícia Militar (CIPM), Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia Militar.
30682.2	Ladeira Carlito Rico	Rua Dom Vicente Tavora	Residencial	Não	Local	
30682.3	Rua Frei Santa Cecília		Residencial	Não	Coletora	Antiga sede da prefeitura; prédio da polícia militar; secretaria de meio ambiente

Elaboração própria com apoio do Sistema COLETUM¹⁵

¹⁵ COLETUM. Sistema de coleta de dados georreferenciados. Coletum, 2026. Disponível em: <https://coletum.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

Ainda, durante o diagnóstico, foram registrados e identificados aqueles elementos patrimoniais protegidos a nível federal nessa área de intervenção. Foram identificados 16 pontos, sendo eles 14 tombados e 2 registrados como sítio arqueológico. Embora os sítios aqui locados não estejam situados dentro da área de intervenção, eles foram incluídos no mapeamento gerado, compondo a compreensão total dos elementos desse entorno imediato, conforme observados na tabela abaixo e na Figura 4.1-7 a Figura 4.1-7.

Tabela 4.1-4 – Bens tombados da área de entorno imediato do Centro de São Cristóvão.

Nº	Identificação	Código IPHAN	Rua	Natureza	Classificação	Tipo de bem	Proteção
1	Igreja e Convento de Santa Cruz	SE2806701 BICA00003	São Francisco	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Conjunto Arquitetônico	Tombamento
2	Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2	SE2806701 BIED00003	São Francisco	Bem Imóvel	Arquitetura civil	Edificação	Tombamento
3	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	SE2806701 BIED00006	Cel. Siqueira	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
4	Igreja e Casa da Misericórdia	SE2806701 BICA00001	São Francisco	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Conjunto Arquitetônico	Tombamento
5	Igreja e Convento do Carmo	SE2806701 BICA00002	Pôrto da Banca	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Conjunto Arquitetônico	Tombamento
6	Sobrado à Rua das Flores	SE2806701 BIED00001	Cel. Siqueira	Bem Imóvel	Arquitetura civil	Edificação	Tombamento
7	Igreja e Casa da Misericórdia	SE2806701 BIED00040	São Francisco	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
8	São Cristóvão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	SE2806701 BICU00001	Getúlio Vargas	Bem Imóvel	Conjunto urbano	Conjunto Urbano	Tombamento
9	Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido	SE2806701 BIED00002	Getúlio Vargas	Bem Imóvel	Arquitetura civil	Edificação	Tombamento
10	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	SE2806701 BIED00004	Getúlio Vargas	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
11	Chafariz	SE2806701 BAST00014		Bem Arqueológico	Histórico	Sítio	Registro de sítio arqueológico
12	Praça da Bandeira	SE2806701 BAST00016		Bem Arqueológico	Histórico	Sítio	Registro de sítio arqueológico

13	Igreja e Convento de Santa Cruz	SE2806701 BIED00041	São Francisco	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
14	Igreja e Convento do Carmo	SE2806701 BIED00042	Pôrto da Banca	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
15	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	SE2806701 BIED00005	Coronel Erondino Prado	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento
16	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	SE2806701 BIED00007	Pôrto da Banca	Bem Imóvel	Arquitetura religiosa	Edificação	Tombamento

Fonte: IPHAN, 2025.¹⁶

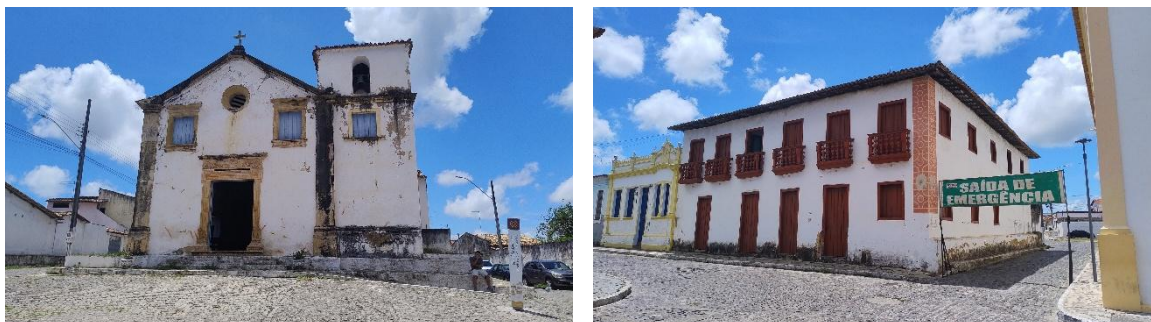


Figura 4.1-3 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos à esquerda e Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2 à direita. Foto: Autoria própria, 2026.



Figura 4.1-4 - Edifícios localizados no entorno da Praça de São Francisco. À esquerda, Igreja e Casa da Misericórdia e Museu Histórico de Sergipe. Foto: Autoria própria, 2026.

¹⁶ [Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento \(atualizado em dezembro/2025\)](#) Acesso em: 04/01/2025.



Figura 4.1-5 – Igreja e Convento de São Francisco de Assis. Praça de São Francisco. Foto: Autoria própria, 2023.



Figura 4.1-6 – Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido à esquerda e Igreja e Convento do Carmo à direita. Foto: Autoria própria, 2026.

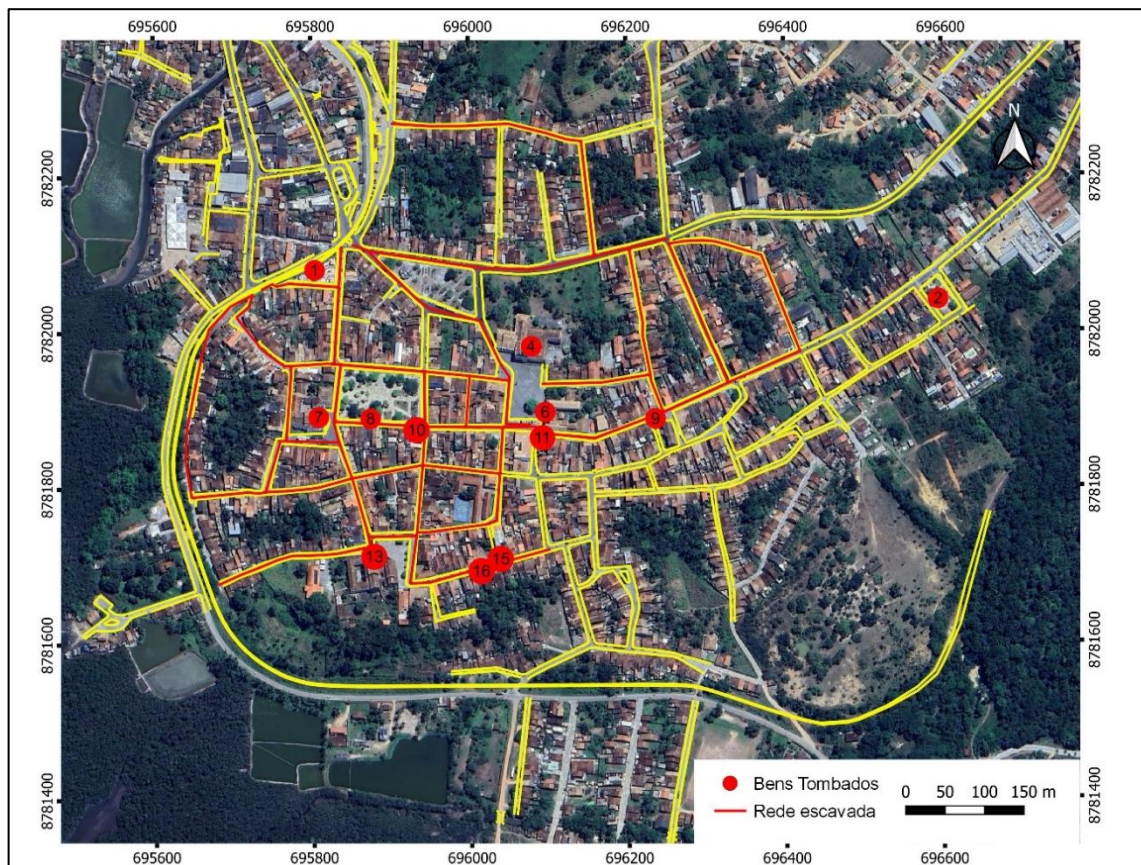


Figura 4.1-7 Área de intervenção. Ver mapa completo em ANEXO A. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPHAN (2025), Mello e Costa, (2011) e Costa, 2014.

Síntese descritiva por logradouro

- **Rua Vinte e Quatro de Outubro (Avenida Rotary):** A Avenida Rotary apresenta uso e ocupação do solo marcadamente mistos, reunindo comércio, serviços e residências. Observa-se uma clara diferenciação espacial ao longo de sua extensão: no trecho inferior, próximo à praça, predominam edificações alinhadas à testada, com características da arquitetura vernacular colonial, enquanto na porção superior surgem construções mais recentes, alteradas e descaracterizadas, sem unidade estilística definida. Há presença de vazios urbanos, muros extensos, como o do Convento de São Francisco e descontinuidades no alinhamento das fachadas, especialmente no trecho próximo à estação ferroviária, onde as edificações são mais irregulares.
- **Rua José Carlos (Rua Boa Viagem):** Trata-se de uma via residencial de traçado irregular, com edificações predominantemente vernaculares, muitas delas com alterações significativas nas fachadas. O estado de conservação é heterogêneo, variando entre imóveis bem preservados e outros com patologias construtivas evidentes. A presença de lotes vazios e áreas demolidas reforça a percepção de descontinuidade urbana e fragilidade na preservação do conjunto edificado.
- **Rua Rubine Bispo Santos (Rua Pai Tomé / Rua do Elísio):** Via de largura média a estreita, com calçamento em pedra e caráter predominantemente residencial. As edificações são, em sua maioria, vernaculares, com alterações funcionais e estéticas visíveis. A presença de um colégio estadual no trecho central introduz um uso institucional relevante. A rua estabelece conexão direta com o Largo de São Francisco, fazendo com que suas fachadas dialoguem, ainda que de forma desigual, com o conjunto monumental do entorno.
- **Praça São Francisco:** Espaço de elevada relevância histórica e simbólica, composto por um conjunto expressivo de edificações tombadas, incluindo a Igreja e Convento de São Francisco, a Ordem Terceira, a antiga Santa Casa, a Igreja da Misericórdia, o Museu Histórico de Sergipe e o sobrado do IPHAN. O calçamento em pedra, em diferentes níveis, e a presença do cruzeiro reforçam o caráter histórico da praça. As edificações vernaculares térreas coexistem com grandes volumes institucionais, conformando um dos núcleos mais preservados e legíveis do centro histórico.

- **Rua Coronel Erundino Prado (Rua do Rosário):** Rua larga, de uso misto, com residências, comércio, edifícios públicos e instituições religiosas. Predomina a arquitetura vernacular urbana colonial, com coberturas em beiral aparente e platibandas. Próximo ao Largo de São Francisco, surgem sobrados ecléticos coloniais, tanto em uso residencial quanto institucional. Apesar do predomínio do alinhamento das fachadas, observam-se recuos pontuais e a presença de muros. Destacam-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e uma igreja evangélica em estilo Art Déco.
- **Ladeira Walter Franco (Ladeira do Açougue):** Via residencial em declive, com calçamento em pedra e cimento. As edificações apresentam diversidade tipológica e forte incidência de alterações, embora seja possível identificar traços da arquitetura vernacular colonial. A ladeira se encerra junto à linha férrea, em área com vegetação mista, reforçando sua condição de transição entre o núcleo histórico e áreas periféricas.
- **Erundino Prado Neto:** Rua estreita, com calçamento em pedra, onde predominam casas vernaculares funcionais com cobertura em beiral visível. Observa-se maior descaracterização no lado esquerdo, com presença de sobrados, enquanto o lado direito apresenta maior homogeneidade, com edificações térreas mais preservadas.
- **Rua Floriano Peixoto:** Via larga, com uso misto e edificações predominantemente vernaculares coloniais, alinhadas e com alterações visíveis. As coberturas variam entre beirais aparentes e platibandas tradicionais. Destaca-se a ausência de acessibilidade urbana, devido às diferenças acentuadas de nível das calçadas. Há exemplares bastante descaracterizados, além da presença do colégio São Cristóvão.
- **Rua João Bebe Água:** Rua marcada por forte diversidade temporal. Próximo à linha férrea, predominam construções recentes e populares; à medida que se aproxima do centro, surgem edificações mais antigas, de caráter colonial e vernacular. O uso é bastante diversificado, com residências, comércio, serviços, edifícios institucionais e espaços culturais, como ateliês de arte. As alterações nas fachadas são frequentes.
- **Rua Messias Prado:** Via larga, pavimentada em paralelepípedo, com uso misto e presença significativa de edifícios públicos, religiosos e comerciais. A caracterização arquitetônica é variada, predominando a arquitetura vernacular funcional colonial, com pavimentos térreos, além de sobrados recentes. Próximo ao Largo do Carmo, observam-se exemplares coloniais mais bem conservados.
- **Praça Senhor dos Passos:** Espaço associado ao complexo Carmelita, com a Igreja e Convento do Carmo e a Igreja do Senhor dos Passos. As edificações do entorno

apresentam características ecléticas, frequentemente adaptadas funcionalmente, com grades e garagens, evidenciando processos de atualização e transformação do conjunto histórico.

- **Rua Tobias Barreto:** A Rua Tobias Barreto apresenta uso predominantemente residencial, com inserções pontuais de comércio e serviços. As edificações são majoritariamente vernaculares, térreas, com coberturas em duas águas e beirais aparentes, embora muitas apresentem alterações nas fachadas, como substituição de esquadrias, aplicação de revestimentos contemporâneos e inserção de grades. O alinhamento das construções é relativamente contínuo, mas o estado de conservação varia, com presença de imóveis bem mantidos e outros em avançado processo de degradação.
- **Rua Erundino Prado Filho:** Trata-se de via larga, com calçamento em paralelepípedo e uso misto, marcada por edificações predominantemente vernaculares, cujas fachadas se alinham em um mesmo plano. Observa-se um conjunto relativamente homogêneo, ainda que com adaptações funcionais contemporâneas, como a inserção de grades nas esquadrias. A presença da Igreja Matriz e da Escola Municipal confere caráter institucional à rua, sendo a lateral da igreja um elemento marcante na paisagem, com muros e vãos que dialogam com as residências adjacentes.
- **Travessa Vesta Viana / Travessa Ivo do Prado:** Rua estreita, de caráter residencial, com calçamento em pedra e cimento. Apresenta poucas fachadas voltadas diretamente para o logradouro, sendo majoritariamente delimitada pelas laterais das edificações das ruas adjacentes. Essa condição reforça sua leitura como espaço residual na malha urbana, com baixa expressividade arquitetônica e paisagística.
- **Travessa Municipal:** Via residencial em declive acentuado, com calçamento em pedras. As edificações encontram-se, em sua maioria, descaracterizadas, dificultando a identificação de tipologias e estilos arquitetônicos. Ainda assim, destaca-se a presença pontual de um exemplar de arquitetura vernacular colonial, que resiste em meio às alterações e ao desgaste físico.
- **Rua Belo Horizonte:** Rua irregular e em declive, com presença de vazios urbanos e lotes não edificadas. Não há padronização nas testadas nem nos estilos arquitetônicos, observando-se residências fortemente descaracterizadas ao lado de exemplares vernaculares com alterações funcionais. À medida que se aproxima da Rua do Rosário,

percebe-se maior incidência de edificações com características arquitetônicas mais definidas.

- **Avenida Santo Antônio:** Via voltada para a linha férrea, com edificações concentradas apenas em um dos lados. As construções são recentes, populares e desprovidas de caracterização estilística, apresentando desalinhamento tanto na testada quanto no gabarito. A presença da vegetação associada à faixa ferroviária introduz um elemento paisagístico relevante, ainda que dissociado do conjunto edificado.
- **Rua Pereira Lobo:** Rua de uso fortemente misto, com expressiva presença institucional e administrativa. Apresenta um dos conjuntos mais robustos de arquitetura colonial da área de intervenção, com edificações alinhadas, em bom estado de conservação, incluindo sobrados coloniais de caráter institucional. Destaca-se o edifício dos Correios, com base em pedra elevada e alterações funcionais na fachada, bem como a diversidade de coberturas, com beirais aparentes e platibandas. Além dos Correios, há presença de outros prédios administrativos, como o do INSS, da Controladoria geral do Município e da SEMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho).
- **Travessa do Amparo:** Via residencial com calçamento em paralelepípedo e bom estado de conservação. As edificações são majoritariamente recentes, com presença pontual de construções vernaculares alteradas. Observa-se diferença no alinhamento das fachadas entre os dois lados da rua, evidenciando processos distintos de ocupação e adaptação ao longo do tempo.
- **Rua Mamede F. Dantas (Travessa Mamede):** Rua de uso misto, com calçamento em paralelepípedo e diversidade tipológica. Apresenta exemplares de arquitetura vernacular, colonial e edificações contemporâneas. A presença da Escola Municipal e a proximidade com a Igreja de Nossa Senhora do Amparo conferem relevância institucional ao logradouro. Destaca-se negativamente o baixo estado de conservação do edifício colonial da antiga Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.
- **Rua Vereador João Carvalho (Nossa Senhora das Fontes):** Rua estreita e irregular, com elevado grau de descaracterização das edificações vernaculares. As fachadas não apresentam alinhamento, com recuos, muros e diferenças acentuadas de nível. Há presença de lotes vazios, ruínas e uma chácara murada, configurando uma paisagem fragmentada e heterogênea.
- **Rua Irmã Gardência:** Via residencial de média largura, com calçamento em paralelepípedo. Caracteriza-se por construções simples e populares, sem definição

estilística clara. Em determinados trechos, predominam muros contínuos, reduzindo a relação direta entre edificação e espaço público. Registra-se ainda a presença de infraestrutura aparente de esgotamento, protegida por ponte de concreto.

- **Praça Lourival Batista (Praça da Bíblia / Largo Siqueira):** Espaço de uso misto, asfaltado e em declive, com edificações vernaculares coloniais alteradas e residências recentes. A paisagem é marcada por intenso processo de atualização funcional, com presença de beirais e platibandas, porém sem unidade estilística.
- **Rua José do P. Franco:** Ladeira com calçamento em paralelepípedo, largura variável e edificações recuadas, em níveis despadronizados. Predominam construções recentes, com garagens e sinais de reforma, sem definição arquitetônica clara. A rua conecta-se à linha férrea, à estação e a uma praça recentemente implantada.
- **Praça Getúlio Vargas:** Praça central, em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, com uso diversificado. Apresenta conjunto significativo de edificações coloniais, vernaculares e sobrados institucionais em estilo eclético-neocolonial, além de construções vernaculares com platibandas típicas da região. Quanto à gestão pública, há os edifícios da Vigilância Sanitária (COVISA) e da Secretaria Municipal de Saúde.
- **Rua Ivo do Prado:** Logradouro de uso altamente misto, com grande diversidade estilística, incluindo edificações coloniais, vernaculares, ecléticas, recentes e a igreja barroca. Apesar de parte do conjunto encontrar-se bem caracterizada, há expressivo número de edificações descaracterizadas. Destaca-se o casarão tombado com balcão corrido, em processo de restauração. Nessa rua possui a Secretaria de Serviços urbanos, a Polícia Militar (CIPM), o Museu Histórico de Sergipe e o Museu da Polícia Militar.
- **Ladeira Carlito Rico (Rua Dom Vicente Távora):** Via residencial em declive, com edificações vernaculares funcionais, em sua maioria bastante descaracterizadas. Atua como eixo de ligação com ruas de maior concentração de edifícios históricos.
- **Rua Frei Santa Cecília:** Rua plana, relativamente larga, com edificações vernaculares conservadas e alterações pontuais nas fachadas. Observa-se a coexistência de coberturas com beiral aparente e platibandas, além da presença de edifícios institucionais relevantes, como a antiga sede da prefeitura.
- **Ladeira Francisco oliveira / Pôrto da Banca:** Rua em Declive com pavimentação em pedras irregulares. Ao final da rua, na parte mais baixa, há a linha férrea. As edificações possuem de média a baixa conservação e se apresentam como residências simples e alteradas por atualização. As coberturas são em sua maioria de telha cerâmica com beiral

aparente e embora descaracterizadas, possuem estilo vernacular. Ao lado esquerdo há um muro longo referente a uma chácara.

A leitura integrada dos logradouros da área de intervenção evidencia um tecido urbano marcado pela sobreposição de camadas históricas, usos e formas arquitetônicas, configurando um palimpsesto urbano típico de centros históricos consolidados. A arquitetura vernacular colonial constitui a base predominante do conjunto edificado, sobretudo nas edificações térreas, alinhadas à via e com soluções construtivas simples, frequentemente adaptadas às necessidades contemporâneas.

Os processos de descaracterização observados foram em grande parte para a instalação de gradil, ampliação para construção de garagens, alterações de fachadas, inserção de novos materiais, recuos e demolições. Eles de modo geral não se distribuem de forma homogênea, concentrando-se em determinadas vias e trechos, especialmente aqueles mais afastados dos núcleos monumentais. Em contrapartida, áreas próximas às praças históricas e aos conjuntos religiosos apresentam maior grau de preservação e legibilidade urbana.

A presença de vazios urbanos, ruínas e edificações em mau estado de conservação reforça a percepção de fragilidade na gestão do patrimônio edificado, ao mesmo tempo em que evidencia as tensões entre preservação, uso cotidiano e dinâmicas econômicas. As ruas analisadas revelam, portanto, não apenas características arquitetônicas e urbanísticas, mas também os efeitos de escolhas institucionais, práticas construtivas e processos históricos que moldaram o centro histórico de São Cristóvão.

4.2.3. *Problemáticas curatoriais*

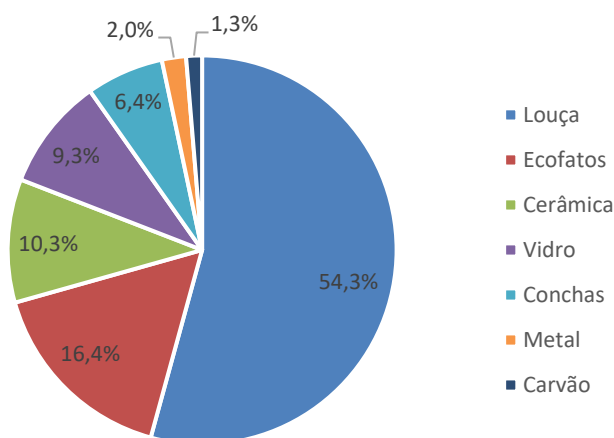
A coleção arqueológica proveniente das obras no Centro Histórico de São Cristóvão embora marcada pela falta de registro durante a coleta, é constituída por um conjunto de diversidade tipológica complexo e de grande relevância. O levantamento coordenado pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, descrito por Diogo M. Costa (2010), abrangeu mais de trinta logradouros no núcleo histórico da cidade e resultou na coleta de mais de 3.334 vestígios arqueológicos, entre louças, cerâmicas, vidros, metais, ossos, carvão e conchas.

Durante todo o monitoramento, foram objetivados o reconhecimento arqueológico sistemático da área e produzir um inventário dos testemunhos, visando posteriormente a

caracterização dos grupos históricos que ali viveram, bem como correlacionar essa pesquisa com as demais já realizadas na cidade (Costa, 2010).

Esses vestígios, entretanto, foram obtidos no contexto do monitoramento arqueológico, prática inserida nos processos de licenciamento, que prioriza a mitigação dos impactos imediatos das obras em detrimento de escavações sistemáticas e análises estratigráficas aprofundadas. O próprio relatório parcial indica que grande parte do material foi coletado em valas abertas mecanicamente, limitando a possibilidade de estabelecer associações contextuais sólidas. Assim, desde a sua origem, a coleção carrega consigo a marca da fragmentação e da lacuna interpretativa.

O levantamento quantitativo dos materiais arqueológicos recuperados em São Cristóvão resultou na identificação de 1.809 fragmentos de louça, 546 ecofatos de osso, 342 de cerâmica, 311 de vidro, 215 de conchas, 67 artefatos de metal e 44 vestígios de carvão. Esses dados revelam o predomínio expressivo da louça, seguida pelos ossos e conchas. (COSTA, 2010)¹⁷. O restante dos materiais apresenta proporções significativamente menores, como proporcionado no gráfico abaixo.



A construção de uma narrativa desse contexto arqueológico se mostrou até então, reduzida ao quantitativo e espacialidade das coletas pela perspectiva das ruas. Em observação, A análise espacial mostra que os fragmentos de louça se concentram majoritariamente nas ruas centrais, especialmente e em logradouros adjacentes, com índices entre 70% e 80% em relação às demais tipologias. Essa concentração diminui gradualmente à medida que se afasta do núcleo central, reduzindo-se para cerca de 60%. Nas áreas mais periféricas, a presença de louça atinge

¹⁷ Esses valores são referentes àqueles citados no relatório parcial. Com o avanço das atividades curatoriais do LABAAC, até o momento há uma significativa divergência. Das tipologias já analisadas e curadas, foram identificados: 1045 fragmentos de faianças ibéricas; 3876 de Faianças finas e 350 de porcelanas.

50%, percentual equivalente à média geral da cidade e por fim, na região conhecida como cidade baixa, a ocorrência decresce para 40% (COSTA, 2010). Destaca-se na Figura 4.1-8, os logradouros e a presença ou ausência de material arqueológico durante as obras.

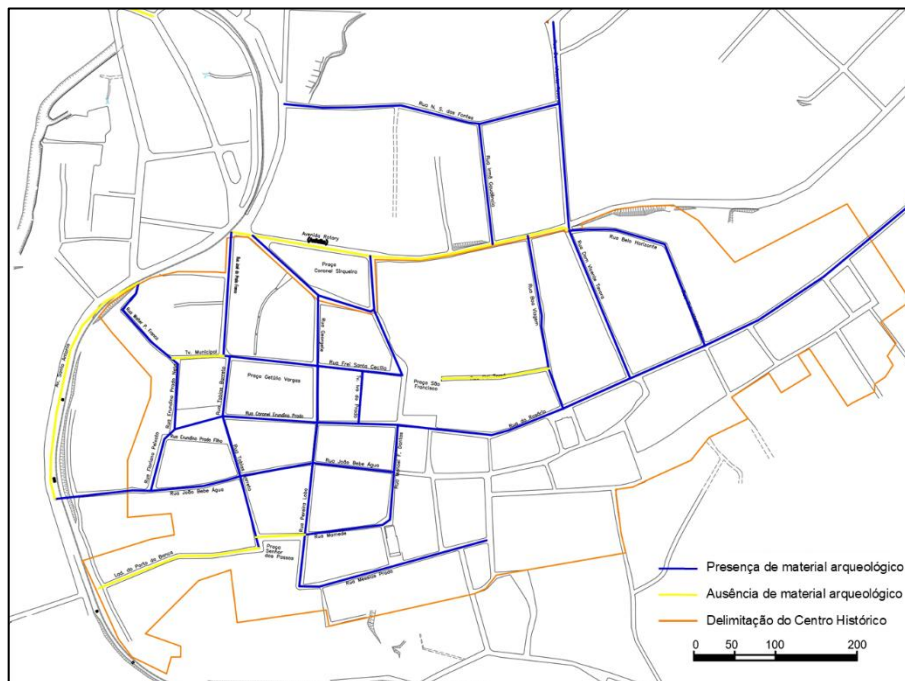


Figura 4.1-8 – Logradouros com coleta de material. Fonte: Construção da autora a partir de COSTA, 2014.

Esses dados, para o autor, indicam um padrão espacial de distribuição da louça, que tende a diminuir progressivamente das áreas mais centrais para as periféricas, sugerindo diferenças nas dinâmicas de ocupação e descarte urbano. As demais categorias materiais, especialmente ossos e conchas, aparecem em proporções mais elevadas justamente nas zonas onde a louça perde predominância, o que aponta para uma diversidade funcional e social nos contextos de deposição arqueológica.

A compreensão da formação do espaço urbano, entretanto, permanece à luz dessa análise superficial, sobretudo pelo fato da permanência da coleção guardada e sem intervenções ou análises apropriadas. Como apontado pelo LABAAC em comunicação ao IPHAN (2020), todo o acervo permaneceu por cerca de uma década em reserva técnica, sem curadoria, em condições inadequadas de armazenamento. Conforme registrado no ofício, “oficialmente o acervo não existe como tal” (p.2), já que não havia relatório final nem arrolamento dos materiais (LABAAC, 2020).

O levantamento identificou, ao todo, 52 caixas de plástico polionda, amarelas, as quais se encontravam acomodados os vestígios sem qualquer tratamento, sendo em muitas, pacotes

densos e inadequados, sem ao menos uma proteção para as etiquetas de coletas, essas que se encontravam deterioradas pelo tempo e pelo atrito direto com o material.



Figura 4.1-9 – Início do processo de curadoria da coleção de faianças, com a realização da triagem. Esse material foi acondicionado originalmente em apenas 1 saco. Ao fundo da primeira imagem, observam-se as caixas polionda. Foto: Jenilton Santos, 2022; Autoria própria, 2022, respectivamente.

A quantificação das caixas em relação às tipologias, consistiu em 19 unidades de ossos, 12 de louça, 9 de cerâmica, 4 de metal, 4 de vidro, 2 de concreção sedimentar e 2 com materiais diversos. Em seu conteúdo, as caixas acomodavam ossos, cerâmica, louça, vidro, metais e materiais diversos, muitos já em processo avançado de deterioração. Os metais se apresentam como “o conjunto mais afetado em termos de conservação” (p.2), enquanto as cerâmicas e vidros foram armazenadas em bolsas coletivas, apresentando desgaste acelerado pelo atrito entre fragmentos e novas fragmentações (LABAAC, 2020). Essa situação reforça o caráter paradoxal da coleção, que embora fruto de um projeto licenciado e institucionalmente reconhecido, invisibiliza os vestígios, que se encontravam até o momento, ausentes das narrativas oficiais e vulneráveis ao esquecimento.

Visto a complexidade que se encontrava a coleção, a pesquisa a ser realizada está além da análise qualitativa e registro dos materiais, sobretudo por se tratar de uma coleção originalmente descontextualizada, e posteriormente abandonada na reserva técnica com sérios problemas vinculados à conservação. Uma série de etapas metodológicas devem ser cumpridas visando a construção do conhecimento arqueológico dessa pesquisa, como dito no texto original:

- Sanar processos de deterioro dos artefatos pelas más condições de acondicionamento;

- Pesquisa geoarqueológica aplicada, com intuito de se aproximar do contexto de deposição do material (entendimento da morfologia, topografia da cidade, vinculada a obra que foi realizada para identificar procedência do material);
- Análise (macro e Arqueometria) e curadoria de todo o acervo;
- Pesquisa em fontes primárias (arquivos históricos) sobre a urbe;
- Pesquisa bibliográfica;
- Divulgação das informações sobre o acervo e sua possibilidade de construção de narrativas históricas e de entendimento sobre a cidade (LABAAC, 2020, p.3).

Em posse do material e firmados convênios, foi iniciado o processo de curadoria e análise das coleções em 2022. Com a finalidade de compreender a espacialidade e dispersão das coletas, a primeira atividade foi a construção de um mapa contendo informações sobre as ruas, com nome e breve descrição arquitetônica e Urbana. Já nessa etapa, conflitos temporais e lacunas de informação ocasionaram dúvidas lentamente sanadas. Por se tratar de uma atividade de campo realizada a mais de uma década, os nomes das ruas durante a coleta se encontravam distintos dos atuais e devido o deterioro das etiquetas de coleta, quando possível a leitura, não constava um padrão em seu registro. A construção de mapa síntese propiciou a formulação de uma padronização nos nomes das ruas e das siglas para o tombamento das peças e posterior inventário da coleção (Figura 4.1-10).

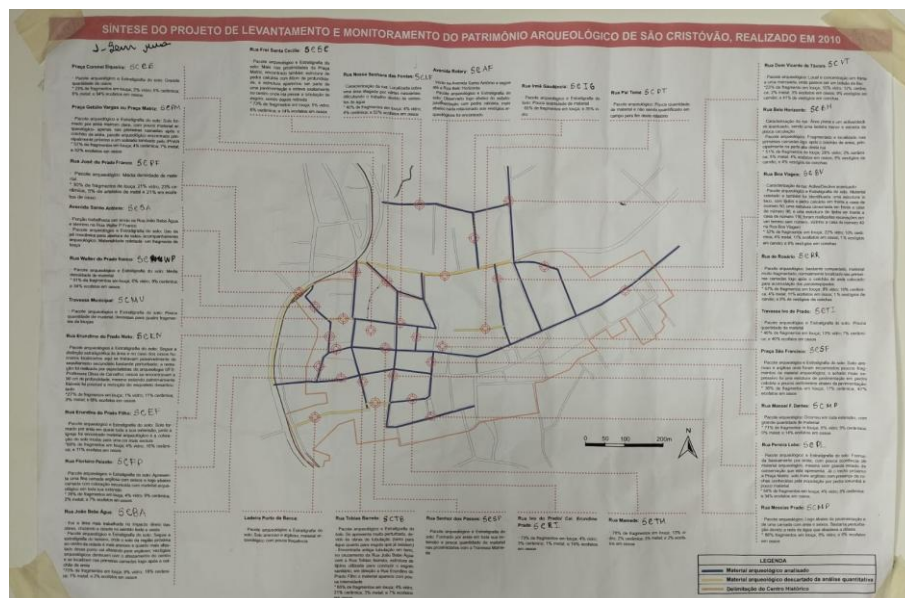


Figura 4.1-10 - Mapa formulado para sintetizar o projeto e auxiliar na etapa de curadoria.

Durante a abertura das caixas contendo as faianças, foram observadas uma primeira tentativa de tombamento, possivelmente ainda na realização da primeira etapa e após as obras.

No entanto, graves condições foram registradas, como inicialmente a incoerência na numeração e posterior identificação de escrita diretamente na superfície das peças, sem aplicação prévia e posterior de esmalte. Como resultado, durante o novo processo de registro conduzido no âmbito da intervenção no LABAAC, observou-se que grande parte da coleção apresentava manchas permanentes, impossíveis de serem removidas, comprometendo parcialmente a integridade e a leitura de alguns exemplares (Figura 4.1-11).



Figura 4.1-11 – Primeira intervenção realizada nas peças, observa-se a incoerência nos registros. Foto: Arquivo LABAAC, 2022.

A coleta de informações utilizou fotografias, fichas de caracterização e guias comparativos, construídos para tal finalidade. A elaboração de um Guia de Análise com base em referências bibliográficas e um catálogo dos estilos decorativos das faianças, contribuiu para uma análise mais fluida visando os elementos decorativos e suas informações a respeito da cronologia de produção. Os dados foram registrados em planilhas contendo informações como número de tombo, tipo de decoração, medidas, cronologia e contexto. Esses registros serviram de base para a produção de gráficos e tabelas que subsidiam a análise dos resultados sobre o cotidiano da cidade de origem dos materiais (Silva, 2023).

Entre 2020 e 2023, os ofícios enviados ao IPHAN relataram avanços graduais, com concentração inicial nos artefatos mais frágeis, sobretudo faianças dos séculos XVII e XVIII (LABAAC, 2022), elaboração de monografias de conclusão de curso e projeção de oficinas de extensão vinculadas ao acervo (LABAAC, 2023).

Nessa retomada, os pesquisadores buscaram ir além da conservação preventiva. Como afirma o ofício de 2022, “nosso esforço tem sido de construir indiretamente contexto para os materiais, possibilitando contribuir com a narrativa histórica de uma das cidades mais antigas do país” (LABAAC, 2022). Para tanto, a análise material vem sendo complementada por pesquisas em arquivos primários no Brasil e no exterior, bem como por estudos geoarqueológicos, numa tentativa de recompor o elo perdido entre fragmentos e passado urbano.

A justaposição entre o relatório de campo de Costa e as comunicações posteriores do IPHAN e do LABAAC evidencia que a arqueologia não se encerra na escavação, mas se prolonga no destino atribuído aos vestígios. A condição de descontextualização, longe de ser apenas uma limitação, também pode ser entendida como um convite a percursos interpretativos inovadores. Trata-se, portanto, de transformar a fragilidade da coleção em potência interpretativa, reconhecendo a arqueologia urbana como prática de mediação: entre ciência e sociedade, entre materialidade e memória, entre perdas documentais e possibilidades narrativas.



Figura 4.1-12 – Processos curatoriais iniciados em 2022. Foto: Autoria própria, 2022.

5. DISCUSSÃO

A análise da coleção arqueológica proveniente da primeira fase das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no centro histórico de São Cristóvão evidencia, de forma clara, os limites e desafios da prática arqueológica em contextos urbanos consolidados. A inserção da arqueologia no âmbito de obras de infraestrutura, especialmente em cidades históricas tombadas, frequentemente impõe condicionantes operacionais e institucionais que resultam na formação de acervos marcados pela fragmentação documental e pela perda de informações contextuais fundamentais.

No caso de São Cristóvão, essas limitações não podem ser compreendidas como falhas pontuais ou exclusivamente técnicas, mas como parte de um modelo recorrente de produção da arqueologia urbana, atravessado por urgências de obra, descontinuidades administrativas e fragilidades nos mecanismos de acompanhamento e gestão do patrimônio arqueológico. As áreas de intervenção analisadas, inseridas em um centro histórico caracterizado pela sobreposição de temporalidades, evidenciam como o espaço urbano funciona como um palimpsesto, no qual práticas sociais, traçados viários, edificações e vestígios materiais se acumulam e se transformam ao longo do tempo.

A descontextualização observada na coleção estudada reflete, portanto, não apenas a perda de dados estratigráficos ou espaciais precisos, mas também a complexidade inerente à atuação arqueológica em ambientes urbanos ativos. Nesse sentido, a arqueologia urbana se apresenta como um campo constantemente tensionado entre a salvaguarda do patrimônio e as demandas do desenvolvimento urbano, exigindo abordagens teóricas e metodológicas capazes de lidar com contextos incompletos e fragmentados.

A partir de uma perspectiva interpretativa e pós-processual, este trabalho buscou deslocar o olhar da ausência de contexto para as possibilidades analíticas ainda existentes. Ao compreender os vestígios arqueológicos como parte de redes simbólicas, sociais e espaciais mais amplas, torna-se possível atribuir novos sentidos a materiais que, à primeira vista, pareceriam limitados do ponto de vista científico. A coleção analisada, mesmo marcada por lacunas informacionais, oferece indícios relevantes sobre práticas cotidianas, padrões de consumo e dinâmicas de ocupação do espaço urbano no centro histórico de São Cristóvão.

Além disso, a trajetória institucional da coleção que desde sua coleta durante o monitoramento arqueológico, até sua permanência em reserva técnica e posterior retomada para análise, evidencia que a prática arqueológica não se encerra no momento da escavação. A curadoria, o acondicionamento, a documentação e a interpretação posterior configuram etapas

fundamentais do processo arqueológico, capazes de produzir conhecimento e ressignificar acervos descontextualizados. Dessa forma, a discussão proposta reforça a curadoria como um campo central da arqueologia contemporânea, especialmente em contextos urbanos.

As discussões desenvolvidas ao longo desta dissertação evidenciam que a análise da coleção arqueológica do centro histórico de São Cristóvão não se configura como um ponto final, mas como um ponto de partida para investigações futuras. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de aprofundar as abordagens aqui propostas, especialmente no que se refere à curadoria de coleções descontextualizadas e à compreensão integrada do contexto arqueológico urbano.

Como perspectiva de continuidade, vislumbra-se o desenvolvimento de uma pesquisa em nível de doutorado voltada ao aprofundamento da curadoria da coleção analisada, ampliando os procedimentos de documentação, sistematização e interpretação dos materiais arqueológicos. Essa etapa permitirá não apenas o refinamento das análises já realizadas, mas também a construção de metodologias capazes de lidar de forma mais crítica e propositiva com acervos marcados por lacunas contextuais.

A continuidade da pesquisa pretende ainda avançar na compreensão da formação urbana do centro histórico de São Cristóvão, com ênfase na análise do traçado das ruas, das dinâmicas de ocupação e das sucessivas intervenções realizadas no espaço urbano. A construção de mapas sobrepostos, integrando dados arqueológicos, cartografia histórica, registros urbanos e intervenções contemporâneas, será central para a leitura da cidade como um palimpsesto histórico, no qual diferentes temporalidades permanecem inscritas no espaço.

Outro eixo fundamental desse desdobramento reside na incorporação de abordagens de multivocalidade, reconhecendo que a interpretação do patrimônio arqueológico urbano deve ser construída de forma compartilhada. A proposição de ações de devolutiva à sociedade, envolvendo comunidades locais, instituições e diferentes públicos, é compreendida como parte constitutiva do processo arqueológico, ampliando o alcance social da pesquisa e fortalecendo os vínculos entre arqueologia, cidade e memória.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo de formação e as possibilidades interpretativas de uma coleção arqueológica proveniente da primeira fase das obras de

ampliação do sistema de esgotamento sanitário no centro histórico de São Cristóvão, Sergipe, enfatizando os efeitos da descontextualização e os limites impostos à prática da arqueologia em contextos urbanos. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender a coleção não apenas como um conjunto de vestígios materiais, mas como resultado de práticas institucionais, decisões metodológicas e dinâmicas urbanas específicas.

A análise desenvolvida evidenciou que a fragilidade informacional associada à coleção não decorre exclusivamente de negligências pontuais, mas de uma cadeia complexa de decisões, interrupções e limitações estruturais que marcam a arqueologia realizada no contexto de obras de infraestrutura urbana. Em cidades históricas como São Cristóvão, caracterizadas pela sobreposição de usos e temporalidades, tais processos tendem a intensificar a fragmentação do registro arqueológico, ao mesmo tempo em que revelam a complexidade do espaço urbano como campo de disputas, permanências e ressignificações.

Entretanto, ao adotar uma abordagem teórica interpretativa e integrada, este trabalho demonstrou que a descontextualização não implica, necessariamente, o esgotamento do potencial científico e social da coleção. A partir do trabalho curatorial, da análise material e da leitura integrada do espaço urbano, foi possível construir interpretações que contribuem para a compreensão das práticas cotidianas e das dinâmicas de ocupação do centro histórico de São Cristóvão, reafirmando a relevância de coleções arqueológicas frequentemente marginalizadas nos debates acadêmicos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa reforça a importância de reconhecer a curadoria como parte constitutiva da prática arqueológica, e não como uma etapa secundária ou meramente técnica. A experiência analítica em laboratório evidenciou que o trabalho posterior à escavação possui potencial próprio de produção de conhecimento, capaz de tensionar modelos estabelecidos e ampliar as possibilidades interpretativas da arqueologia urbana.

Nesse sentido, mais do que propor soluções pontuais para a análise de acervos fragmentados, esta dissertação buscou refletir os próprios fundamentos da prática arqueológica contemporânea. Ao evidenciar que a descontextualização não é uma exceção, mas uma condição recorrente na arqueologia urbana e de contrato, desloca-se o debate do plano técnico para o plano epistemológico, questionando os critérios que historicamente definiram o que é considerado dado válido, contexto legítimo e conhecimento arqueológico aceitável.

Ao assumir uma perspectiva interpretativa e integrada, o trabalho reafirma que o contexto não se restringe à estratigrafia, mas se constrói também nas relações entre materialidade, trajetória dos objetos, práticas institucionais e processos urbanos. Dessa forma, a análise da coleção de São Cristóvão evidencia que mesmo diante de lacunas informacionais,

é possível produzir conhecimento arqueológico consistente, desde que essas lacunas sejam explicitadas, problematizadas e incorporadas como parte do próprio processo analítico.

Essa mudança de perspectiva implica reconhecer a curadoria, a documentação e a interpretação como dimensões centrais da prática arqueológica, deslocando a primazia tradicionalmente atribuída ao momento da escavação. Ao fazê-lo, contribui-se para uma arqueologia mais reflexiva, crítica e comprometida não apenas com a produção de dados, mas com a construção responsável de narrativas sobre o passado.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre arqueologia urbana e gestão do patrimônio em cidades históricas brasileiras, ao evidenciar a necessidade de práticas mais integradas entre arqueologia, urbanismo e políticas públicas. Ao transformar uma coleção descontextualizada em objeto de reflexão crítica, esta dissertação reafirma a arqueologia como prática científica, social e política, comprometida com a construção de narrativas plurais sobre o passado e o presente de São Cristóvão. Mais do que um encerramento, o trabalho se coloca como convite à continuidade da pesquisa e ao aprofundamento de abordagens sensíveis à complexidade do espaço urbano e às múltiplas vozes que o constituem.

Assim, mais do que contornar a ausência de contexto, esse trabalho propôs enfrentá-la como parte da construção da arqueologia contemporânea, não somente na aceitação passiva dessa demanda, mas no reconhecimento da importância do enfrentamento de desafios inerentes às práticas arqueológicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira. *Canindé (MAX/UFS), Sergipe*, v. 2, n. 2, p. 9-51, 2002.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar. *Estudos Avançados (Online)*, v. 32, p. 285-308, 2018.

ATALAY, S. Multivocality and indigenous archaeologies. In: HABU, J.; FAWCETT, C.; MATSUNAGA, J. M. (Eds.). *Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies*. New York: Springer, 2008. p. 29-44.

BALLARDO, Luciana Messeder. *Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica*. 2021. 322 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2021.

BALLARDO, L. M.; MENDONÇA, E. C. Gestão de coleções arqueológicas: da intervenção à incorporação no museu. In: *XX ENANCIB*, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121717>. Acesso em: 18 out. 2023.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, v. 44, p. 32-51, 2000.

BERTOLO, A. I. *Perspectivas dos processos de musealização do patrimônio arqueológico no estado de Rondônia*. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

BICHO, N. Ferreira. *Manual de arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 972-44-1345-4.

BONJARDIM, S. G. M. *Relatório de fiscalização*. Aracaju: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência em Sergipe, 1 set. 2010a. Relatório de viagem.

BONJARDIM, S. G. M. *Relatório de fiscalização*. Aracaju: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência em Sergipe, 16 set. 2010b. Relatório de viagem.

BONJARDIM, S. G. M; RIBEIRO JR. *Relatório de viagem*. Aracaju: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência em Sergipe, 30 set. 2010. Relatório de viagem.

BRAGA, G. A conservação preventiva e as reservas técnicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 8, p. 269-277, 1998.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Dispõe sobre a proteção e preservação de monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 1937.

BRASIL. *Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 1961.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. XXXX, 1 set. 1981.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. XXXX, 13 fev. 1998.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 71, de 2012*. Altera dispositivos sobre a gestão e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. *Portaria Interministerial nº 60, de 2015*. Estabelece diretrizes para pesquisa arqueológica preventiva e divulgação científica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

BRUNO, M. C. O. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 10-25, 2020.

CALDARELLI, S. B. Arqueologia preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental. *Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 5-30, 2015. DOI: 10.18224/hab.v13.1.2015.5-30. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4240>. Acesso em: 19 out. 2023.

CALDARELLI, S. B.; CÂNDIDO, M. M. D. Desafios da arqueologia preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 11, n. 2 [19], p. 186-214, 2017. DOI: 10.20396/rap.v11i2.8649552. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649552>. Acesso em: 19 out. 2023.

CAMPOS, Juliano B.; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo A. O Patrimônio Arqueológico no Licenciamento Cultural: Legislação, Políticas Culturais e Gestão Integrada. *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 331-347, 2017.

CHILDE, V. Gordon. *Social Evolution*. London: Watts, 1951.

COELI PINHEIRO DA SILVA, Regina. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. *Revista de Arqueologia*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 9-23, 1998.

COPÉ, S. M.; ROSA, C. A. D. A arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.). *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. v. 1, p. 97-124.

COSTA, C. A. S.; FERNANDES, H. L. A. “Joga fora no lixo”? reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 189–205, 2020.

COSTA, C. A. S. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i1.7088. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7088>. Acesso em: 19 out. 2023.

COSTA, D. M.. Um Estudo de Arqueologia Urbana em São Cristóvão/ SE. *Clio. Série Arqueológica* (UFPE), v. 28, p. 7, 2014.

COSTA, D. M.; MELLO, P. J. C. *Projeto de levantamento e monitoramento do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela ampliação do sistema de esgoto e de abastecimento de água, realizado pelo DESO, nos municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, estado de Sergipe*. Aracaju: UFS/FAPES, 2010.

DIAS, M. P. *Política de descarte em pauta: desafios para a Arqueologia Pública no Brasil*. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

DUNNELL, R. C. *Classificação em arqueologia*. São Paulo: EDUSP, 2007.

FERREIRA, Bruna Luiza Silva. *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – Jazida Lyra, Município de Riachuelo, Estado de Sergipe*. Processo IPHAN nº 01504.000031/2023-57. Aracaju: Aurora Arqueológica, 2023.

FOGOLARI, Everson Paulo. *Gestão em projetos de arqueologia*. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FRONER, Y.-A. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 5, p. 291-301, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia histórica*. São Paulo: Contexto, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. *Revista História*, São Paulo, v. 27, n. 2, 2008. DOI: 10.1590/S0101-90742008000200002

GÁNDARA, Manuel. El análisis de posiciones teóricas: aplicaciones a la arqueología social. In: *Boletim de Antropologia Americana*, n. 27, p. 5-20, 1993.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *An archaeology of the contemporary era*. London: Routledge, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (org.). *Reclaiming archaeology: beyond the tropes of modernity*. London: Routledge, 2013.

GUERREIRO, Hugo. Apontamentos sobre faianças de Estremoz. In: *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 2ª série, n. 4, p. 68-116, 2011.

HODDER, Ian. *The symbolic and the social in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, Ian. *Reading the Past: current approaches to interpretation in archaeology*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HODDER, Ian. *The archaeological process: an introduction*. Oxford: Blackwell, 1999.

HODDER, I.; SHANKS, M. Processual, postprocessual and interpretative archaeologies. In: HODDER, I. et al. (Eds.). *Interpreting archaeology: finding meaning in the past*. New York / London: Routledge, 1998. (cap. 1).

HODDER, I. “*Interpretación en arqueología. Corrientes actuales*”. Edición ampliada y puesta al día. Barcelona: Crítica, 1994. 233 p.

IPHAN. *Legislação*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/legislacao>. Acesso em: 8 set. 2025.

IPHAN. *Projeto de levantamento e monitoramento do patrimônio arqueológico na área diretamente afetada pela ampliação do sistema de esgoto da cidade de São Cristóvão, Sergipe*. Processo SEI nº [número]. Disponível em: <https://sei.iphan.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2025.

IPHAN. *Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São Cristóvão*. Brasília, 2014.

IPHAN. *Instrução Normativa IPHAN nº 01, de 2015. Dispõe sobre a divulgação científica nas pesquisas arqueológicas preventivas*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

IPHAN. *Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988*. Regulamenta a prática da pesquisa arqueológica no Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1988.

IPHAN. *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002*. Define procedimentos para a execução de projetos de arqueologia preventiva submetidos ao IPHAN. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2002.

IPHAN. *Parecer técnico 34/2011*. Aracaju: IPHAN, 2011.

IGNÁCIO SCHMITZ, Pedro. O patrimônio arqueológico brasileiro. *Revista de Arqueologia*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 11-18, 1988. DOI: 10.24885/sab.v5i1.64. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/64>. Acesso em: 19 out. 2023.

JOHNSON, Matthew. *Teoria Arqueológica: una introducción*. Barcelona: Ariel, 2000.

JONES, Andrew. *Archaeological theory and scientific practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEAL, A. P. R. *Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

LUMBRERAS, L. G. *Arqueologia como ciência social*. Ediciones HISTAR, 1974. Cap. 1: El objeto de estudio.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copdoc, 2015. Verbete. ISBN 978-85-7334-279-6.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 233–290, 2017.

MARTINS, D. C. A gestão do patrimônio arqueológico na arqueologia do licenciamento ambiental. *Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 143–167, 2012. DOI: 10.18224/hab.v9.1.2011.143-167. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2217>. Acesso em: 19 out. 2023.

MELLO, P. J. C e COSTA, D. M. *Relatório Parcial – Campo São Cristóvão: Projeto de levantamento e monitoramento do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela ampliação do sistema de esgoto e de abastecimento de água, nos municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, SE*. UFS/FAPESE, Aracaju, 2011.

MENDONÇA, E. C. A musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe: um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183312>. Acesso em: 19 out. 2023.

MESKELL, Lynn (org.). *Archaeologies of materiality*. Oxford: Blackwell, 2005.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha. *Ciência do patrimônio: a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais*. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2015.

NASCIMENTO, J. A. *São Cristóvão: história, urbanismo e patrimônio*. Aracaju: UFS, 2011.

OLIVEIRA, D. M. N.; OLIVEIRA, M. I. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Mina Usina Sergipe Anm 870.718/1981*. Processo IPHAN nº 01504.000376/2021-49. Aracaju: Ambientec Soluções Sustentáveis, 2023.

ORSER Jr., Charles E. *A historical archaeology of the modern world*. New York: Plenum Press, 1996.

PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 2003. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

PEARSON, Mike; SHANKS, Michael. *Theatre/archaeology*. London: Routledge, 2001.

PEDRO, Maria de Fátima Alves São; PEREZ, Rhoneds A. R. Patrimônio arqueológico: conhecendo a legislação. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 23–24, 2000.

PEREIRA, D. *Perspectivas da Curadoria Arqueológica: O caso do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert*. Monografia de Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia. Macapá: Universidade do Estado do Amapá. 84p. 2012.

REIS FILHO, N. G. *Evolução urbana do Brasil: 1500–1720*. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO JR; BONJARDIM, S. G. M. *Relatório de viagem*. Aracaju: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Superintendência em Sergipe, 20 out. 2010. Relatório de viagem.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, H. R. S.; MENDONÇA, E. C. Patrimônio arqueológico: dos protocolos mínimos à gestão de coleções. In: SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 5., 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019. p. 364–386.

SCHLANGER, Nathan. Ancestral archives: excavating the history of archaeology in the laboratory. In: SCHLANGER, Nathan (org.). *Histories of archaeology: a reader in the history of archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 301–314.

SGEARQ; DEPAM; IPHAN. *Patrimônio arqueológico brasileiro: normas de preservação*. Brasília: IPHAN, 2006.

SILVA, Andrea Costa Romão. Contribuição para a delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão/SE. *Patrimônio: práticas e reflexões 1*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007. p. 81–116.

SILVA-SANTANA, C. de C.; SANTANA, J. A. B.; SILVA, G. D.; VIEIRA, N. S.; LIMA, F. S.; SANTANA, H. A. Gestão e documentação de acervos arqueológicos: o exemplo utilizado no LAP/UNEB. *Gestão Universitária*, v. 1, p. 1–7, 2014.

SHANKS, M. Postprocessual archaeology and after. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (orgs.). *Handbook of archaeological theories*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 133–144.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press, 1987.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Reconstructing archaeology: theory and practice*. London; New York: Routledge, 1987.

SHANKS, M.; TILLEY, C. Positivism and the new archaeology. In: SHANKS, M.; TILLEY, C. *Reconstructing archaeology: theory and practice*. London; New York: Routledge, [1987] 1992. p. 29–45.

SHENNAN, Stephen. After social evolution: a new archaeological agenda? In: YOFFEE, Norman; SHERRATT, Andrew (orgs.). **Archaeological Theory: Who Sets the Agenda?** Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 53–59.

SCHIFFER, M. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 1972, 37: 156-165. Tradução: Acadêmica Maria Francisca de Oliveira Vargas. Instituto de Letras/UFRGS, 2005.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, J do R. *As faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII no contexto arqueológico de São Cristóvão*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2023.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Código de Ética. São Paulo: SAB, 2016. Disponível em: <https://sabnet.org/codigo-de-etica/>. Acesso em: 3 out. 2025.

SOUZA, Fabio Silva. *Arqueologia do cotidiano: um flâneur em São Cristóvão*. Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

STANLEY-PRICE, N. P. (dir.). *La conservación en excavaciones arqueológicas: con particular referencia al área del Mediterráneo*. Roma: ICCROM, 1984. Traducción al español: Valeria Seguel Q.; revisión de arqueología: Consuelo Valdés Ch.; revisión de conservación: Guillermo Joiko H. Ed. esp. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, 1987. 2. ed., 1990. ISBN 84-505-7114-6.

THOMAS, J. Archaeology of place and landscapes. In: HODDER, Ian (org.). *Archaeological theory today*. Cambridge: Polity Press, 2001. p. 165–186.

TRIGGER, B. G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VOSS, B. *Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections*. Cambridge University Press, 2012.

WALLER, R. R.; CATO, P. S. Agent of Deterioration: Dissociation. In: *Agents of Deterioration*. Canadian Conservation Institute, 2016.

WEBSTER, G. S. Culture history: a culture-historical approach. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (orgs.). *Handbook of archaeological theories*. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 11–27.

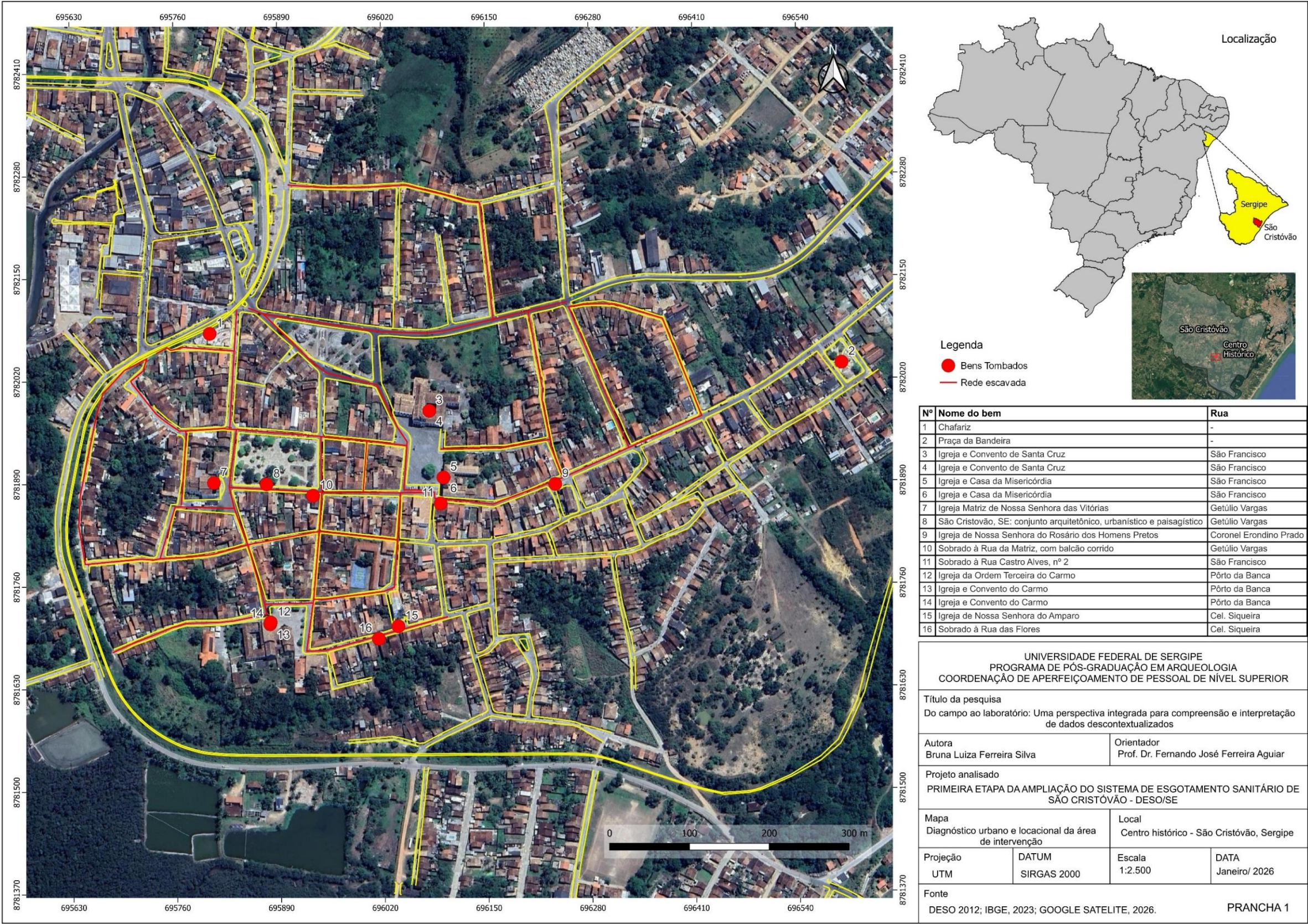
WICHES, Camila Azevedo de Moraes. Arqueologia pelas gentes. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 79–99, 2013.

WILLEY, G.; PHILLIPS, P. *Method and theory in American archaeology*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

ZANETTINI, Paulo; WICHES, Camila A. de Moraes. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239–256, jul./dez. 2014.

ZEDENÕ, M. I. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from Pueblon southeast. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 1, p. 63–103, 1997.

APÊNDICES
Apêndice I – Mapa da área de intervenção



**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.28**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 21:08

Nome do logradouro	Rua José Carlos
Nome popular	Rua Boa Viagem
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01376
	Longitude
	-37,20386
Localização final	Latitude
	-11,01203
	Longitude
	-37,20418
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Sim
Vias de trânsito	Coletora
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Sim 1 ruína de casa construída com tijolo e concreto

Vegetação

Ausente

Observações gerais

Rua irregular com edificações vernaculares de pavimentos mistos, com alterações significativas nas fachadas. A conservação da rua se apresenta variada, com algumas residências muito bem conservadas e outras apresentando patologias estruturais. também há presença de lotes vazios e demolidos.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.29

Criado por: Bruna Luiza Ferreira Silva

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 21:08

Nome do logradouro	Rua Rubine Bispo Santos
Nome popular	Rua Pai Tomé / Rua do Elisio
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01348
	Longitude
	-37,20397
Localização final	Latitude
	-11,01349
	Longitude
	-37,20512
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Média conservação	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente

Vegetação

Ausente

Observações gerais

Rua de largura média para estreita com calçamento de pedra. As construções são em sua maioria residenciais vernaculares e com alterações significativas. Há um colégio estadual na porção central e a sua finalização se dá na lateral do Largo de São Francisco, cujas fachadas, nessa porção, são referentes às edificações voltadas para o largo.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais



**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.30**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 23:06

Nome do logradouro	Praça São Francisco
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01285
	Longitude
	-37,20591
Localização final	Latitude
	-11,01411
	Longitude
	-37,20555
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Igreja e Museu
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das Conservado construções	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Não

Vegetação

Árvores nas calçadas

Observações gerais

A área da praça é composta por edificações antigas, calçamentos em pedras em níveis e composições diversas. Presença do cruzeiro. Edifícios institucionais, religiosos, residenciais e comerciais. As construções compõem um complexo de edifícios tombados, a constar: A Igreja e Convento de São Francisco e Ordem Terceira, a Antiga Santa Casa e Igreja da Misericórdia, além do prédio do Museu Histórico de Sergipe e o sobrado do IPHAN. Também compõe algumas casas térreas em estilo vernacular colonial com beiral visível.



Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.31

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 21:09

Nome do logradouro Rua Coronel Erundino Prado

Nome popular Rua do Rosário

Data 25/01/2026

Localização inicial Latitude

-11,0132

Longitude

-37,2021

Localização final Latitude

-11,01409

Longitude

-37,2053

Uso e ocupação de solo Misto

Lotes e áreas vazias Sim

Vias de trânsito Coletora

Presença de edifício público Sim

Qual o tipo de edifício público IPHAN

Tipo de cobertura da via Calçamento

(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)

Rede elétrica Aérea

Estado de conservação das construções Varia entre baixa, média e alta conservação.

Características arquitetônicas Não informado

Ruínas ou estruturas visíveis Sim

Vegetação Ausente

Observações gerais

Rua larga composta por residências, pontos comerciais, instituição religiosa e edifício público. As residências possuem características variadas, mas com tendência para a vernacular urbana colonial. As coberturas se apresentam aparentes com beirais e com platibandas típicas da região nordeste do país. No trecho mais próximo ao largo de São Francisco os sobrados ecléticos coloniais aparecem tanto dentro das tipologias residenciais quanto na institucional. A maior parte da rua possui fachadas alinhadas, mas em algumas construções há um recuo ou muro. Possui uma igreja Evangélica em Art-Déco e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de fachada simples e recuada, com um pátio em seu entorno.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.32

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:45

Nome do logradouro	Ladeira Walter Franco
Nome popular	Ladeira do açougue
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,0134
	Longitude -37,20807
Localização final	Latitude -11,01248
	Longitude -37,20865
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Sim
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	Calçamento de pedra e cimento (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Não informado

Vegetação

Mata

Observações gerais

Rua larga em declive com calçamento em pedras. Tipologia residencial com diversidade quanto ao estilo e testada. As residências se apresentam bastante alteradas, embora a maioria seja facilmente identificada como arquitetura vernacular colonial. A rua finaliza na linha férrea e em área de vegetação mista.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.33

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 23:07

Nome do logradouro	Erundino Prado Neto
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01339
	Longitude
	-37,20816
Localização final	Latitude
	-11,01421
	Longitude
	-37,20817
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	<i>Não informado</i>
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Média conservação	
Características arquitetônicas	Arquitetura vernacular
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente

Vegetação

Ausente

Observações gerais

Rua estreita e com calçamento de pedras. Embora haja edificações descaracterizadas, a maior parte das casas são construções vernaculares funcionais com cobertura com beiral visível. no lado esquerdo a descaracterização é maior e possui sobrados, no lado direito há uma maior similaridade entre os exemplares que são em pavimento térreo.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.34

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:20

Nome do logradouro	Rua Floriano Peixoto
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01436
	Longitude
	-37,20819
Localização final	Latitude
	-11,01481
	Longitude
	-37,20841
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	<i>Não informado</i>
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	Arquitetura vernacular colonial
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Árvores nas calçadas

Observações gerais

rua larga com edifícios residenciais e de prestação de serviços. As construções em sua maioria são vernaculares coloniais, alinhadas e com alterações visíveis. As coberturas variam entre beirais aparentes e platibandas tradicionais. os níveis verticais das calçadas são distintos, conferindo total ausência de acessibilidade urbana. No lado esquerdo da rua há uma casa com muro, uma bastante descaracterizada pós reforma e a lateral do colégio São Cristóvão.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.35

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:19

Nome do logradouro	Rua João Bebe Água
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01474
	Longitude
	-37,20937
Localização final	Latitude
	-11,01458
	Longitude
	-37,20576
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Varia entre baixa, média e alta conservação.	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

A rua possui grande diversidade temporal. No ponto inicial, próximo à linha férrea as construções são mais recentes e populares. à medida que a rua avança em direção ao centro, as edificações se apresentam mais antigas com estilo colonial e vernacular colonial. Observa-se também intensas alterações nas edificações. Há diversidade tipológica, com edifício dos Correios, prestação de serviços, comércios, ateliê de arte e residenciais

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.36

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:20

Nome do logradouro	Rua Messias Prado
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01542
	Longitude
	-37,20514
Localização final	Latitude
	-11,01606
	Longitude
	-37,20671
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Secretaria Municipal de Educação e procuradoria Municipal
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	<i>Não informado</i>
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua larga de paralelepípedo. As construções são mistas, com presença da igreja do Amparo, edifícios públicos, religiosos, comércio e prestação de serviços. Quanto à caracterização arquitetônica há grande variedade de estilos. A grande parte é vernacular funcional colonial, de pavimento térreo, mas também há sobrados recentes e mais na porção final da rua, próximo ao largo do carmo, há exemplares bastante conservados de arqueologia colonial mais tradicional.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.37

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:20

Nome do logradouro	Praça Senhor dos Passos
Nome popular	Não informado
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01529
	Longitude -37,20659
Localização final	Latitude -11,01541
	Longitude -37,20723
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Secretaria Municipal de Infraestrutura de São Cristóvão SEMINFRA
Tipo de cobertura da via	Calçamento (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Boa conservação
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Árvores nas calçadas

Observações gerais

Praça onde se localiza o complexo Carmelita, cujos elementos tombados são: Igreja e Convento do Carmo e da Igreja do Senhor dos Passos e Ordem Terceira do Carmo. As construções localizadas na rua se apresentam de características ecléticas com alterações funcionais, como a presença de grades e ampliação para garagem.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.38

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:18

Nome do logradouro	Rua Tobias Barreto
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01531
	Longitude
	-37,20726
Localização final	Latitude
	-11,01434
	Longitude
	-37,20753
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento em pedras (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua de largura média com calçamento de pedra, localizada entre a Igreja e Convento do Carmo e a Igreja Nossa Senhora da Vitória (ou Matriz). Uso misto com tipologia residencial, comercial e prestação de serviços, com construções alinhadas de pavimento único e sobrado. Coberturas com beirais visíveis, mas também com platibandas tradicionais da arquitetura vernacular. Em alguns trechos as residências possuem estilo mais ecleticos recentes, porém com alterações visíveis nas fachadas. .

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)

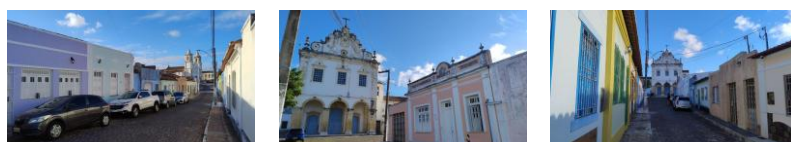


Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.39

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 21:09

Nome do logradouro	Erundino Prado Filho
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01424
	Longitude
	-37,20762
Localização final	Latitude
	-11,01433
	Longitude
	-37,20814
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Igreja e Escola Municipal
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	Arquitetura vernacular colonial
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Árvores nas calçadas

Observações gerais

Rua larga com calcamento em paralelepípedo. As casas de modo geral são de estilo arquitetônico vernacular, cujas fachadas estão alinhadas em um mesmo plano. Observa-se adaptações tecnológicas funcionais, como a presença de grades nos vãos das esquadrias. De frente para as residências e colégio municipal, há a lateral da igreja Matriz, representada por paredes e muros com vãos das esquadrias.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.40

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 21:09

Nome do logradouro	Travessa Vesta Viana
Nome popular	Travessa Ivo do Prado
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01346
	Longitude -37,20606
Localização final	Latitude -11,0143
	Longitude -37,2062
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	Calçamento de pedra e cimento (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	Arquitetura vernacular
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua estreita com poucas casas voltadas para a frente, sendo em maioria delimitada pela lateral das casas de outras ruas.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.41

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:37

Nome do logradouro	Travessa municipal
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01326
	Longitude
	-37,20767
Localização final	Latitude
	-11,01338
	Longitude
	-37,20806
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Antigo prédio da Prefeitura
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Média conservação	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	<i>Não informado</i>
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua com declive acentuado. Calçamento em pedras e tipologia residencial. Não foi possível identificar os estilos arquitetônicos que se apresentam descaracterizados em sua maioria, embora há um exemplar de arquitetura vernacular colonial.

Imagem 1 (Paisagem)

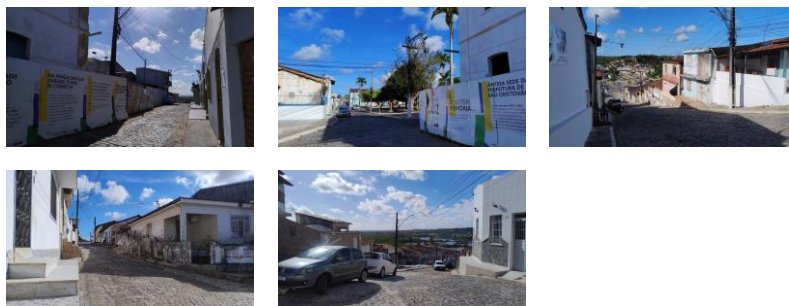


Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem

**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.42**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 25/01/2026 às 22:44

Nome do logradouro	Belo Horizonte
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01317
	Longitude
	-37,20222
Localização final	Latitude
	-11,01189
	Longitude
	-37,20372
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Sim
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Médio	
Características arquitetônicas	
Ruínas ou estruturas visíveis	<i>Não informado</i>
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua irregular e em declive. Não há um padrão na testada das construções e, tampouco nos estilos arquitetônicos. Algumas residências estão fortemente descaracterizadas e outras possuem características vernacular típicas, com alterações funcionais. Há presença de vazios urbanos de lotes e sem vegetação. À medida que a rua se aproxima da Rua do Rosário, as construções aparentam mais características.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais



**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.43**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 18:59

Nome do logradouro	Avenida Santo Antônio
Nome popular	Não informado
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01489
	Longitude
	-37,2093
Localização final	Latitude
	-11,00955
	Longitude
	-37,20761
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Sim
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Entre baixa e média conservação
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Não
Vegetação	Mata mista

Observações gerais

A rua Santo Antônio é voltada para a linha férrea, possuindo construções apenas no lado esquerdo (em direção à estação). Não há caracterização estilística arquitetônica, visto que são construções recentes e populares. As construções são desalinhadas quanto à testada e ao nível vertical. Ao lado da linha férrea há uma vegetação com árvores mistas e gramado.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.44

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 18:59

Nome do logradouro	Rua Pereira Lobo
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01527
	Longitude
	-37,20664
Localização final	Latitude
	-11,01424
	Longitude
	-37,2065
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	INSS, agência dos Correios, Controladoria geral do Município, SEMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho)
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Varia entre baixa, média e alta conservação.
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua em calçamento de paralelepípedo. O uso é misto, variando entre residências, comércio e edifícios públicos. As construções são em grande parte alinhadas pela fachada, embora haja algumas recuadas com grade. Os edifícios se apresentam como vernaculares de único pavimento e alguns sobrados alterados. Nessa rua a presença da arquitetura colonial é bastante robusta e caracterizada e a maior parte é de boa conservação. O edifício dos correios se trata de um sobrado colonial robusto com alterações funcionais na fachada, como a construção de escada e rampa de acesso. Sua base é em pedra e elevada em relação ao nível da rua. Na esquina, em frente ao prédio dos Correios há um sobrado colonial de característica institucional, com portas e balcões de ferro. Quanto às coberturas, a maior parte possui estrutura com beiral e algumas com platibanda típica.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)





Imagem 4 (Superfície do solo)

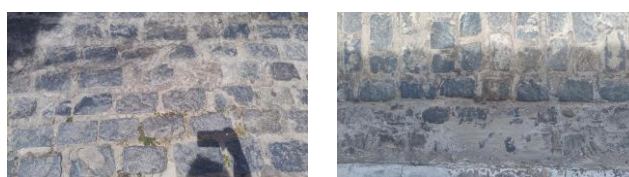


Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.45

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 18:57

Nome do logradouro	Travessa do Amparo
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01494
	Longitude -37,20577
Localização final	Latitude -11,01525
	Longitude -37,20662
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	<i>Não informado</i>
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Boa conservação
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente Vegetação Ausente

Observações gerais	A Travessa do Amparo possui características de construções mais recentes, embora não sejam caracterizadas. Tem presença de construções vernaculares, embora apenas uma seja mais
--------------------	--

características, ainda que com alterações funcionais. A grande parte das construções possuem garagem e no lado esquerdo, no sentido da praça Senhor dos passos, não há uma linearidade em relação às testadas, ocorrendo alguns recuos. Já no lado direito o alinhamento se dá por toda a extensão da rua.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.46

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 18:58

Nome do logradouro	Rua Mamede F. Dantas
Nome popular	Travessa Mamede
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01405
	Longitude
	-37,20565
Localização final	Latitude
	-11,01464
	Longitude
	-37,20561
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Franco
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Varia entre baixa, média e alta conservação
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua de calçamento de paralelepípedo, com uso misto, sendo comercial, residencial e institucional. A rua finaliza ao fundo da Igreja de nossa Senhora do Amparo, sendo seguida pela Travessa do Amparo. As construções possuem variados graus de conservação e estilisticamente possui exemplares de arquitetura vernacular, colonial, e mais contemporâneas. Na esquina com a rua João bebe Água há o edifício colonial da antiga Secretaria Municipal de planejamento e finanças, cujo estado de conservação pode ser caracterizado como baixo.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.47

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 18:57

Nome do logradouro Rua Vereador João Carvalho

Nome popular Nossa Senhora das Fontes

Data 25/01/2026

Localização inicial Latitude

-11,01019

Longitude

-37,207

Localização final Latitude

-11,01078

Longitude

-37,2047

Uso e ocupação de solo Misto

Lotes e áreas vazias Sim

Vias de trânsito Coletora

Presença de edifício público Não

Qual o tipo de edifício público *Não informado*

Tipo de cobertura da via Calçamento em paralelepípedo

(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)

Rede elétrica Aérea

Estado de conservação das construções Entre baixa e média conservação

Características arquitetônicas *Não informado*

Ruínas ou estruturas visíveis Sim

Vegetação Ausente

Observações gerais

Rua estreita e irregular, com casas vernaculares que variam entre baixo e médio grau de conservação, considerando que a grande maioria se apresenta descaracterizada. Não há alinhamento entre as fachadas, sendo algumas casas recuadas, outras com muro e com diversidade de níveis verticais. Na grande parte da rua as casas possuem um único pavimento, mas principalmente as casas descaracterizadas e mais modernas são classificadas como sobrados. Há presença de lotes vazios, ruínas e de uma chácara com quintal e muro largo.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.48

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 20:51

Nome do logradouro	Irmã Gaudência
Nome popular	Não informado
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01074
	Longitude -37,20476
Localização final	Latitude -11,01205
	Longitude -37,20454
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Sim
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Entre baixa e média conservação	
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

A rua é de média largura e possui calçamento em paralelepípedo. No sentido da Avenida Rotary, há apenas presença de muros com pequenas portas e no lado direito as construções são vernaculares e sem caracterização estilística delimitada. São construções simples e populares. Há um trecho com passagem de esgoto protegido por uma ponte de concreto.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)

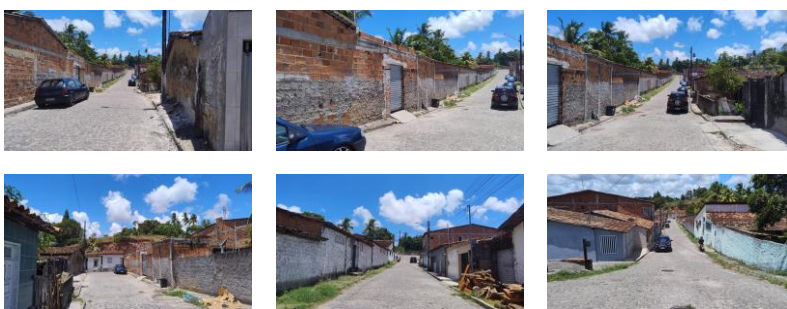


Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem

**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.50**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 20:46

Nome do logradouro	Rua Messias Prado/ Praça Lourival Batista
Nome popular	Praça da Bíblia/ Largo Siqueira
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01203
	Longitude -37,20724
Localização final	Latitude -11,01285
	Longitude -37,2059
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	Asfalto (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Não informado
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Mata mista

Observações gerais

Arquitetura vernacular colonial alterada e residências recentes. Presença de beirais e platibandas. As construções não possuem caracterização específica, visto o alto processo de atualização funcional. A rua é de largura média e asfaltada, em declive e com as construções desalinhadas.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)

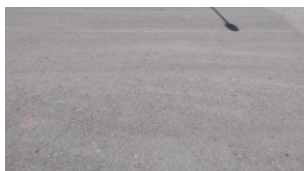


Imagem 5 Gerais

Nenhuma imagem



Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.51

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 20:46

Nome do logradouro José do P. franco

Nome popular Não informado

Data 25/01/2026

Localização inicial Latitude

-11,01316

Longitude

-37,20762

Localização final Latitude

-11,01198

Longitude

-37,20763

Uso e ocupação de solo Misto

Lotes e áreas vazias Sim

Vias de trânsito Coletora

Presença de edifício público Não

Qual o tipo de edifício público Não informado

Tipo de cobertura da via Calçamento em paralelepípedo

(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)

Rede elétrica Aérea

Estado de conservação das construções Varia entre baixa, média e alta conservação.

Características arquitetônicas Não informado

Ruínas ou estruturas visíveis Sim

Vegetação Ausente

Observações gerais

A Ladeira possui calçamento em paralelepípedo e largura de média a larga. As edificações não possuem as fachadas lineares, apresentando-se recuadas e em níveis despadronizados (apesar do declive). As construções não possuem estilos arquitetônicos definidos, sendo elas compostas por garagens, sinais de reforma e construções recentes. Ao fim da rua há a linha férrea, uma praça recém construída e a estação ferroviária.

Imagem 1 (Paisagem)

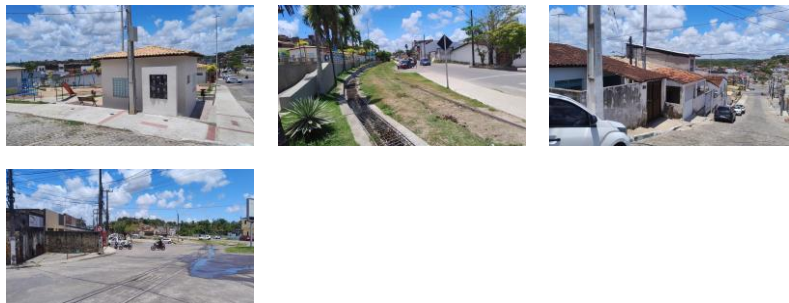


Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais



**Bruna****Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.52**

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 19:19

Nome do logradouro	Praça Getulio Vargas
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01399
	Longitude
	-37,20763
Localização final	Latitude
	-11,01349
	Longitude
	-37,20658
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Vigilância Sanitária (COVISA), Secretaria Municipal de Saúde
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo
	(Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Varia entre baixa, média e alta conservação.	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Mata mista

Observações gerais

Praça situada em frente à Matriz de Nossa Senhora da Vitória, com uso misto, variando entre edifícios institucionais, comerciais, públicos e de serviços. Edificações coloniais e vernaculares, sendo a maior parte de sobrado institucional no estilo eclético neocolonial. Há também algumas construções vernaculares com platibandas típicas da região nordeste do país.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)

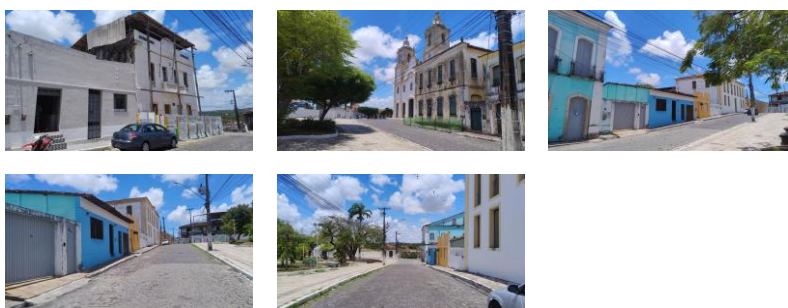


Imagem 4 (Superfície do solo)



Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30145.53

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 19:43

Nome do logradouro	Ivo do Prado
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01412
	Longitude -37,20546
Localização final	Latitude -11,01407
	Longitude -37,20765
Uso e ocupação de solo	Misto
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Coletora
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Secretaria de Serviços urbanos, Polícia Militar (CIPM), Museu Histórico de Sergipe e Museu da Polícia Militar.
Tipo de cobertura da via	Calçamento em paralelepípedo (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções Varia entre baixa, média e alta conservação.	
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Ausente
Vegetação	Ausente

Observações gerais

A rua inicia em frente ao Museu Histórico de Sergipe e finaliza na Secretaria de Serviços Urbanos, em frente à Praça Getúlio Vargas e à Igreja Matriz. O uso e ocupação do solo é altamente misto, com presença de residências, comércio, serviços e edifícios públicos. As construções se diversificam quanto aos estilos, sendo observados exemplares ecléticos neocoloniais, vernaculares, coloniais e recentes, além da Igreja barroca. A maior parte se encontra bastante caracterizadas, embora haja muitas construções descaracterizadas ou alteradas. Na quina em frente à Praça Getúlio Vargas há o casarão tombado com balcão corrido que está em processo de restauração. À medida que a rua avança em direção à praça, as residências se tornam vernaculares com presença de platibanda típica do nordeste brasileiro.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30682.2

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 11:23

Nome do logradouro	Ladeira Carlito Rico
Nome popular	Rua Dom Vicente Tavora
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude -11,01184
	Longitude -37,20367
Localização final	Latitude -11,01346
	Longitude -37,20315
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Local
Presença de edifício público	Não
Qual o tipo de edifício público	Não informado
Tipo de cobertura da via	calçamento (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das construções	Média conservação
Características arquitetônicas	Não informado
Ruínas ou estruturas visíveis	Não
Vegetação	Ausente

Observações gerais

Rua em declive com acesso a rua com prédios históricos. Rua com construções vernaculares funcionais e em grande parte, altamente descaracterizadas.

Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções



Imagem 3 (Perspectiva urbana)



Imagem 4 (Superfície do solo)

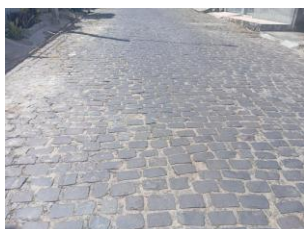


Imagem 5 Gerais





Bruna

Diagnóstico Urbano - Preenchimento: 30682.3

Gerado por Bruna Luiza Ferreira Silva em 26/01/2026 às 11:23

Nome do logradouro	Rua Frei Santa Cecília
Nome popular	<i>Não informado</i>
Data	25/01/2026
Localização inicial	Latitude
	-11,01352
	Longitude
	-37,20597
Localização final	Latitude
	-11,01335
	Longitude
	-37,20754
Uso e ocupação de solo	Residencial
Lotes e áreas vazias	Não
Vias de trânsito	Coletora
Presença de edifício público	Sim
Qual o tipo de edifício público	Antiga sede da prefeitura; prédio da polícia militar; secretaria de meio ambiente
Tipo de cobertura da via	Calçamento (Calçamento, pavimentação, sem calçamento...)
Rede elétrica	Aérea
Estado de conservação das Construções	Boa conservação
Características arquitetônicas	<i>Não informado</i>
Ruínas ou estruturas visíveis	Sim
Vegetação	Ausente

Observações gerais

De esquina com a antiga sede da prefeitura (em reforma) e praça. Encontro com a Travessa Epaminondas e Travessa Vesta Viana. Rua plana e relativamente larga de via única. Calçamento em pedras e construções relativamente conservadas. Construções vernaculares com alterações nas fachadas. Em algumas casas há a presença de platibandas típicas e em outras, cobertura colonial com beiral visível.



Imagem 1 (Paisagem)



Imagem 2 (Construções)



Imagem 3 (Perspectiva urbana)

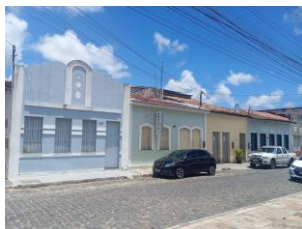


Imagem 4 (Superfície do solo)

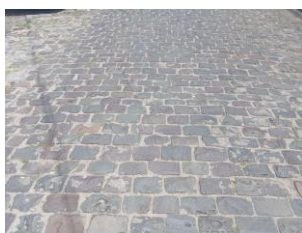


Imagem 5 Gerais

